

4



CRITICA DE NOTICIÁRIO

Um choque mortal

*Na entrevista reientemente concedida ao jornal **Le Figaro**, o Senhor Presidente do Conselho disse:*

Quando se é, durante longos anos, chefe do Governo, a Nação habitua-se a um estilo de vida política e sofrerá sem dúvida um choque moral quando a pessoa que a representa e chefia for substituída por outra, ainda que melhor e de mais vinca-das qualidades.

Primeiro de Janeiro - 6. 11. 1966

Na Lousã

Fala o Chefe do Estado

Minhas senhoras e meus senhores. Senhor presidente da Câmara: Muito grato lhe estou, e certamente o estará também minha mulher, pelas palavras cativantes

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO



que nos dirigiu. Pode crer que, além de muito nos terem sensibilizado, naturalmente lhes damos um significado especial muito grato ao nosso coração. Lembrou V. Ex.^a a minha visita à Lousã, há mais de 40 anos. De facto, é esta a segunda vez que aqui venho e, da primeira, era então um jovem tenente da Marinha, que passou despercebido dos habitantes desta linda terra, na felicidade que aqui veio naturalmente encontrar. Hoje, passados mais de 40 anos, não é o jovem primeiro-tenente de Marinha que está perante V. Ex.^{aa}, mas um contra-almirante, já velho, mas ainda novo do espírito que o anima. Lembro que há 40 anos, quando aqui passei despercebido, era então o mesmo homem que hoje sou. Hoje, fui recebido com o entusiasmo transbordante de todos os habitantes desta terra. Mas por que é que um homem que é o mesmo foi recebido de duas maneiras tão diferentes? Muito simplesmente porque o homem de então é o Chefe de Estado de hoje, e ao Chefe de Estado se dirigem muito mais os entusiasmos dos Portugueses, que a qualquer português como eu então era nessa altura. Mas pensava eu, quando aqui vim, quando escalei o Trovím a pé, como V. Ex.^a lembrou, mal pensava eu que viria aqui, quarenta e tal anos depois, e era recebido em apoteose. Na verdade, o destino tem caprichos, e caprichos muito especiais. E eu,, se V. Ex.^{aa} me permitem, acrescentarei que fui uma vítima desses caprichos. Hoje, a Lousã está bastante diferente do que aquela que eu conheci há mais de 40 anos. Está muito maior; apenas conserva as mesmas belezas que então me foi dado admirar e gozar. A terra pode crescer, mas pode manter as belezas da natureza. E o sr. Presidente da Câmara, ao anunciar todas as belezas da terra, todos os benefícios que ela tem recebido, quis ser sobretudo grato ao Governo da Nação. Lembrou, naturalmente, algumas aspirações. Mas quem as não tem? Todos nós, mesmo depois de velhos, temos ainda as nossas



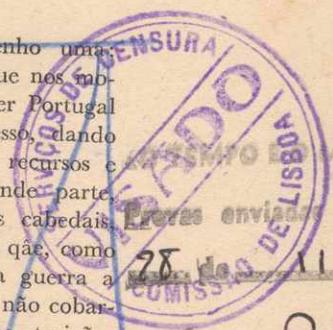
SERVIÇOS DE CENSURA
 (SEDE)
 CORTADO

aspirações. Pelo menos, eu tenho uma
a de ver terminada a guerra que nos mo-
veram, para que possa ainda ver Portugal
prosseguir na senda do progresso, dando
a esse progresso todos os seus recursos e
não tendo que despender grande parte
senão a maior parte, dos seus cabedais
numa guerra que não quis, mas que, como
tantas vezes tenho dito, é uma guerra a
que não foge, porque fugir seria não cobar-
dia, mas, verdadeiramente uma traição.

Disse V. Exc.^a que a inauguração de um
abastecimento de água a esta terra foi o
motivo, o pretextto, para a minha vinda
aqui. Mas, talvez, mesmo que não estivesse
hoje nesta linda terra. É que, na minha
obrigação de visitar todas as terras do
País, tenho procurado fazê-lo e é evidente
que nunca poderia excluir dessas visitas
uma das terras mais queridas ao meu
coração.

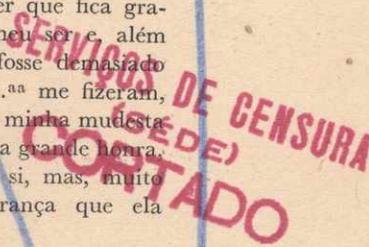
Senhor presidente da Câmara: Peço-lhe
que agradeça à sua população a entusiás-
tica recepção que me dispensou. Não a
esquecerei jamais: pode crer que fica gra-
vada no mais íntimo do meu ser e, além
disso, como se tanto não fosse demasiado
já para mim, ainda V. Ex.^{aa} me fizeram,
ou por outra, nos fizeram, a minha modesta
linda terra. Agradecemos essa grande honra,
não apenas pela honra em si, mas, muito
principalmente, pela lembrança que ela
em si contém.

Senhor presidente da Câmara: Desejo
à sua terra as maiores felicidades; que ela
possa ver realizadas todas as suas aspira-
ções; e devemos dizer que todas aquelas
que forem justas serão certamente aten-
didas. Mais hoje, mais amanhã, tudo será
feito. É só, como eu tenho dito muitas
vezes, saber esperar, porque saber esperar
é uma grande virtude e nós, agora, temos
necessidade de maior paciência para esperar,
porque há outras coisas que nos chamam
mais prementemente. Em todo o caso,
pode V. Ex.^a crer que a Lousã o que jus-
tamente aspira ter e que for justo virá a
seu tempo.



42
MODO N.
Para enviar à Censura
de 19

Ref 3



Pois, sr. presidente da Câmara, que a minha visita possa constituir para esta terra uma lembrança inolvidável, tal como para mim ela constituirá sempre uma grata recordação.

Primeiro de Janeiro — 27-10-1966

Felizmente lugar comum

Em Oliveira do Hospital, o Chefe do Estado disse:

Referiu-se o sr. Presidente da Câmara à guerra que nos têm movido do exterior. É, felizmente, lugar comum, em todos os discursos que tenho escutado, uma referência a essa circunstância e também àquela que levou os nossos soldados de terra, mar e ar a enfrentarem uma guerra que não quiseram mas a que, como tantas vezes tenho repetido, não fogem também. Todos nós, portugueses, desejamos que esta guerra termine, porque o povo português foi sempre amante da paz, mas o povo português não pode desejar que ela termine sem honra plena de Portugal; de outra forma, nós não seríamos dignos dos nossos antepassados e nós queremos legar aos vindouros uma honra que recebemos e devemos manter a todo o custo».

Primeiro de Janeiro — 1-11-1966

A espinha dorsal dos transportes terrestres

No dia de Novembro, o Chefe do Estado, e quando da electrificação da linha ferroviária do Norte, disse:

«Assim, com a sua lição, se completaram os discursos na sessão solene, e foi por isso que eu então não usei da palavra. Mas agora entendi dever fazê-lo, porque estranho seria que o Chefe do Estado não se congratulasse e associasse a um tão grande acontecimento como este que estamos festejando. Pois o que eu desejo é que

TEMPO E O MODO, N.º 42



8

o passo em frente que os Caminhos de Ferro acabem de dar não tenha compasso de espera e possa prosseguir no futuro num ritmo célere, se possível for, dado que o Caminho de Ferro é ainda hoje a espinha dorsal dos Transportes Terrestres.»

Primeiro de Janeiro — 4-11-966

O ensino em Portugal

Na abertura do ano lectivo na Universidade do Porto, o Reitor disse:

Seguidamente, o reitor passou a fazer referência ao relatório apresentado pelo sr. prof. dr. Arnaldo Madureira e Sousa, director da Faculdade de Ciências, o qual ao mostrar-se apreensivo quanto ao futuro próximo desta Faculdade devido à falta de pessoal docente, acrescenta:

— Sobre a vida da Faculdade em relação com o estado de ensino, não há a assinalar qualquer facto que tenha modificado as condições que há muitos anos se verificam, e que consistem principalmente em excessiva sobrecarga de serviço ao pessoal docente, bem patente nos horários submetidos à aprovação superior. Já no relatório de 1957-58 se escreveu o seguinte: «...a insuficiência dos quadros do pessoal docente e das dotações dos diferentes serviços cria situações que já não poderão ser resolvidas pela boa vontade e espírito de sacrifício daqueles que têm de ministrar o ensino. A situação tem-se agravado nos últimos anos e, se não forem tomadas medidas de emergência, dentro de dois anos apresentar-se-á sem solução. Efectivamente o quadro docente, não incluindo os assistentes, consta de 18 professores catedráticos e 15 extraordinários; mas actualmente há 5 vagas de professores catedráticos e 14 de professores extraordinários, estando de resto em exercício apenas o único professor extraordinário e 11 professores catedráticos. Destes atingem o limite de idade, dentro de dois anos, três.

«O TEMPO E O MODO» Nº. 42

Provas de Censura em 28 de 11.00 de 196.6



COMISSÃO DE CENSURA
SERVIÇOS DE CENSURA
COMISSÃO DE LISBOA

9
42
«O TEMPO E O MODO» N.º...
Provas enviadas à Censura
28 de 11 de 19
SERVIÇOS DE CENSURA
VISADO
COMISSÃO DE LISBOA
SERVIÇOS DE CENSURA
AUTORIZADO
COM
CORTES
Primeiro de Janeiro 25-10-966

Na continuidade de leitura do seu relatório, o reitor, em certa altura, afirmou:

— A Faculdade de Economia enfrenta vários problemas graves, entre os quais o de estarem ainda por preencher definitivamente quase todos os lugares do seu quadro docente, que julgô só poderá resolver-se sem atraso excessivo pela reforma, já referida, das condições de acesso ao professorado. Mas o seu problema n.º 1 continua a ser, e cada vez mais, o da insuficiência das instalações. Com uma frequência que subiu novamente de 13W (de 1 002 alunos em 1964-65), continua instalada no «corredor com 3 salas» do último andar da Faculdade de Ciências que ocupa desde a sua fundação.

Esta juventude de agora

Infelizmente, o lar paterno como escola tem decaído muito nestes tempos chamados de *nova bassa!* Os filhos são frequentemente cuidados à *la diable*, digamos, em vez de usarmos a expressão *ao Deus dará*. Quando entram na escola, os meninos e meninas levam tão maus hábitos, na generalidade, que o professor, ou professora, vê-se em sérios apuros para manter a disciplina e conseguir o que se espera. E quantas vezes um professor, ou professora, se encontra em grandes dificuldades para se libertar da fúria do pai, ou mãe, deste ou daquele educando que mereceu um castigo! E o que acontece ao professor, ou à professora, acontece a qualquer indivíduo que, lesado por um *pequeno malfeitor*, tenha recorrido ao castigo corporal na esperança de evitar novo prejuízo...

Por exemplo: num prédio novo, bem cuidado, aparecem riscos de carvão, ou vidros partidos, e até azulejos arrancados da fachada. O dono, ou mesmo inquilino que seja honesto e ordenado, sabendo que foi um determinado rapaz o causador desses danos, dá-lhe um puxão de orelhas.

13

TEMPO E O MODO, N.º 42

navitica brasileiro que seja proibido aos
ronautica brasileiro que seja proibido aos
militares usarem barba, patilhas -ou para
Foi igualmente proibido aos soldados,
furriceis e cabos, o uso de bigode.

Provas enviadas à Censura em
... 28 de de 1966

A Rebeca — 20-10-966

O que pode o Leste?

Terminaram as manobras por forças militares de Portugal e de Espanha, que tiveram lugar no nosso di trito, nas regiões de Alpalhão e Crato, no início, e depois em terras de Espanha.

Claro que estas manobras visam a ins-
trução de comandos e forças para no caso
de uma investida contra a Península, por
leste.

A título de curiosidade, damos nota da quantidade de comestíveis gastos na manutenção das tropas, o que não admira, manuteção da tropa, o que não admira, dado o elevado número de homens reunidos. O consumo diário foi de: 1578 quilogramas de batata; 44 quilogramas de café; 103 de açúcar; 58 de leite em pó; 263 de arroz; 818 de hortaliça; 175 de cebola; 116 litros de azeite; 73 quilogramas de toucinho; 29 de massa de tomate; 438 de carne de segunda; 1753 litros de vinho; 58 quilogramas de chouriço; 2923 pais; 1169 quilos de melão e 584 de uvas.

A Rebeca — 13-10-966

Consentimento Espanhol

BONA,25 — Os voos da Aviação alemã sobre a Espanha, dirigidos à base azrea de Beja, em Portugal, realizam-se, de futuro, co o consentimento espanhol, mas sem que para o efeito seja assinado qualquer acordo internacional entre Bona e Madrid — afirma-se em circulos autorizados de Bona.

Primeiro de Janeiro — 26-10-966

TERMOS — CRUZ



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

16

Correcção a Paulo VI

Instituiu o Papa o «dia da Paz», a celebrar em 4 de Outubro de cada ano, aniversário da sua visita às Nações Unidas.

Na encíclica em que convida os fieis a participar nesse dia de pacificação, dirige o Sumo Pontífice um dramático apelo aos homens responsáveis para que instaurem a paz no Mundo.

Muito pode o Santo Padre, que nos promete consagrar todos os seus esforços à defesa e à consolidação da paz no Mundo.

Mas a verdade é que a paz não é deste mundo, muito conseguindo o vigário de Cristo se os seus esforços lograrem tornar os homens bons, tão bons que, não lhes sendo possível conseguir a paz neste mundo, a venham a encontrar — no outro.

Ecos de Extremoz — 2-10-1966

Igreja, serva e pobre

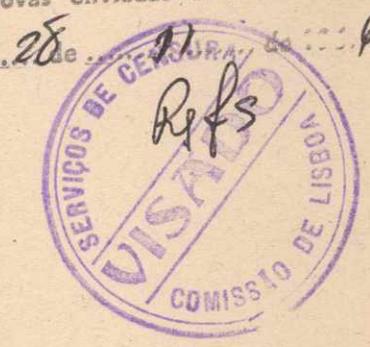
GONDOMAR, 16 — Teve hoje lugar a apresentação e posse do novo pároco desta vila de S. Cosme de Gondomar, rev. Arnaldo de Oliveira Duarte, que veio suceder ao rev. Crispim Gomes Leite, falecido em 27 de Outubro do ano findo.

A sua chegada ao limite da freguesia em Gondomarinho, foram queimadas girândolas, tendo o rev. pároco recebido os cumprimentos do rev. José Maria de Oliveira, que vinha chefiando a paróquia; fr. M. Desport Marques, presidente da Edilidade; eng.º Ramos das Neves e Jeremias Neves, vereadores da localidade; José Soares da Silva, presidente da Junta de Freguesia, acompanhado dos respectivos vogais; párocos de diversas freguesias; padres do Seminário dos Capuchinhos; representantes das confrarias religiosas, de organismos de Acção Católica, corporação dos Bombeiros Voluntários de Gondomar, elevado número de individualidades e senhoras.

Posta em marcha a numerosa caravana, composta por cerca de 150 automóveis, o novo pároco chegou ao Largo de Santo An-

NO TEMPO E O MODO» N.º 162

Provas enviadas à Censura



COMISSÃO DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

paroquianos e amigos.

Primeiro de Janeiro — 17-10-966

Nós e os outros

Os rendimentos por habitante e em dólares dos países membros da E. F. T. A. foram em 1962, conforme se publica agora:

Suécia, 1702; Suíça, 1597; Dinamarca, 1270; Reino Unido, 1192; Noruega, 1094; Finlândia, 945; Áustria, 774; Portugal, 263.

Nos últimos 40 anos houve assinaláveis progressos em Portugal. Contudo, se não fizermos muitos mais ficaremos condenados a ser sempre os mais pobres.

São usos

MONTEVIDEU, 7 — O presidente do Conselho do Governo uruguaio, Alberto Heber, foi provocado para um duelo na reunião do Conselho, de hoje, por um dos seus membros, Alberto Abdala, representante do partido minoritário vermelho (liberal).

Primeiro de Janeiro — 8-10-966

O recurso do general Vassalo e Silva contra a pena de demissão foi rejeitado pelo Supremo Tribunal Administrativo

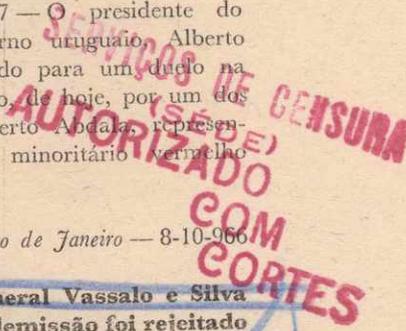
Os juizes do Supremo Tribunal Administrativo, reunidos em Tribunal Pleno, elaborarão um acórdão sobre os recursos interpostos pelo general Manuel António

Os juizes do Supremo Tribunal Administrativo, reunidos em Tribunal Pleno, elaborarão um acórdão sobre os recursos interpostos pelo general Manuel António Vassalo e Silva, do acórdão da 1.ª Secção do mesmo Tribunal, que julgara procedente a questão prévia da incompetência do mesmo para conhecer do recurso contra a decisão do ministro da Defesa Nacional que applica àquele official a pena de

18

42

NO TEMPO E O MODO, N.º...



demissão.

O acórdão do Tribunal Pleno mantem as decisões do acórdão recorrido.

O acórdão é assinado por todos os juizes conselheiros, sendo relator o conselheiro Manuel Lourenço Vasco e votaram vencidos os conselheiros Eduardo Bogarim Correia Guedes, José Augusto do Nascimento Neves, Henrique Mário Pereira Parreira e António Luís Pereira, entendendo estes que o art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 34 800, de 31 de Julho de 1945, «senão frontalmente, pelo menos por via indirecta, é materialmente inconstitucional». É que «subtraui da competência do Supremo Tribunal Administrativo as questões de carácter disciplinar respeitantes a officiais do Exército, mas succede que nenhum outro tribunal tem competência para delas conhecer». Diz ainda que «quando a sanção aplicada seja, como neste caso, a demissão, o Art.º 109.º, n.º 4.º da mesma Constituição Política dá o direito ao official do Exército de interpor recurso da decisão E depois: «E entendemos que era este Supremo Tribunal o competente para conhecer deste recurso, dada a inconstitucionalidade do Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 34 800, porque, em matéria de anulação de actos ministeriais, é ele o tribunal comum, aquele que tem competência para conhecer dos recursos interpostos desses actos, quando não exista outra jurisdição para tanto competente, como claramente se deduz dos Artigos 15.º, n.º 1, e 1.6º n.º 3, do Decreto-Lei n.º 40 768, de 8 de Setembro de 1956».

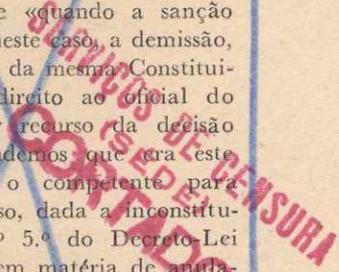
O acórdão é assinado ainda pelos juizes conselheiros Emídio Beirão Pires da Cruz, António Simões Correia, Fernando Correia Pereira da Silva, Alberto Cabral da Silva Basto, Henrique Dias Freire, Eudoro Pamplona Corte-Real e António Furtado dos Santos.

Primeiro de Janeiro — 14-10-966

«O TEMPO E O MODO» N.º 424

Provas enviadas à Censura em 20 de de 1966

Refs



«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em
28 de de 1966

Refs

54

VIETNAM⁶ Eles ou os filhos deles

«Esta provação que eles sofrem é atroz. Mas têm a convicção absoluta de que se não a superam, são os seus filhos, os seus netos que a sofrerão por sua vez.» (a)

O Vietnam continua a ser o principal tema da política internacional. A guerra que ali se trava é, cada vez mais, uma mancha negra na consciência dos povos civilizados. Voltámos a este assunto com a consciência nítida de que a Terceira Guerra Mundial, a primeira da era nuclear, poderá começar, se os homens que governam os destinos dos povos, nada fizeram para obstar a essa trágica possibilidade.

A nossa análise pretende ser tão dura quanto possível. É que temos bem presentes todos os crimes cometidos contra a Humanidade. Queremos avisar o leitor de que não podemos colocar em pé de igualdade a violência americana com a violência do povo vietnamita. E não podemos pela única razão de distinguirmos entre agressores e vítimas da agressão, entre incasores e resistentes. É, no fundo, a diferença que vai dos crimes da Gestapo à revolta do Ghêlto de Varsóvia...

Dividiremos esta nossa nota crítica em duas partes distintas e complementares: na primeira, procuraremos dar ao leitor uma breve retrospectiva dos antecedentes desta guerra, e na segunda procuraremos dar a conhecer a situação actual.

Presença Francesa

«Sentimo-nos estrangeiros no nosso próprio país», são palavras de um vietnamita.

Não vamos insistir nos aspectos positivos e negativos da colonização francesa. Tudo isso, no xadrez político que hoje apresenta aquela parcela da Asia, está ultrapassado. Bem ou mal, o que está feito, feito está.

A França deixou o Vietnam. E porquê? A razão menor, sem deixar de ser importante, terá sido a existência de um drama chamado Argélia. A França deixou o Vietnam pelas mesmas razões com que foi obrigada a abandonar a Argélia. É dialéctica a que não se pode fugir. Cedo ou tarde. As situações internas deterioram-se, forçando as únicas soluções possíveis. No caso concreto do Vietnam, vamos mencionar, em síntese, as principais: (a)

— A primeira oposição ao regime francês vem dos mandarins, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

— A seguir vêm os jovens intelectuais e a elite burguesa.

— Só então, e progressivamente, as massas populares se atiram para a luta.

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

—Criação dos partidos políticos: é evidente o seu contributo para a liquidação do regime colonial. Ei-los:

Partido Constitucionalista, fundado na Cochichina por Bui Quang Chien e Ngnden Phan Crong com a ajuda da burguesia vietnamiana.

Partido Nacional do Vietnam, fundado em Hanoi, sob a direcção de Ngnden Tjai Hoc, de tendência ultimamente revolucionária.

Até à Segunda Guerra Mundial mais nada de importante se formou, a não ser extra Vietnam: em Paris com a ajuda do P. C. e na China com a contribuição da U. R. S. S. fundavam-se as equipas que irão ter acção decisiva depois da Guerra. O futuro homem forte do Vietnam vive também em Paris desde 1919: o seu nome é Ho Chi Minh.

A independência do Vietnam

A 2 de Março de 1946, a Assembleia Nacional elege Ho Chi Minh como Presidente da República Democrática do Vietnam com plenos poderes para formar o seu ministério.

O governo francês não só reconhecia esta independência (dentro da Federação indochinesa e da União Francesa), como também o presidente eleito chega a ser recebido em França com honras de Chefe de Estado. Isto tudo até que... alguns episódios sangrentos conduzem à ruptura. Uma ruptura que se traduz numa consequência: a guerrilha.

E eis que os acontecimentos se precipitam. A face do Extremo Oriente muda. É ainda André Massin que nos diz: «A solução da União francesa, oferecida ao Vietnam, talvez válida alguns anos mais cedo, intervinha no momento em que profundas transformações mudavam a face dos grandes países vizinhos, no Extremo Oriente: os últimos meses de 1949 viram a vitória de Mao Tse Tung na China e o fim da influência ocidental na Indochina.»

Ao analisarmos os artefactos desta guerra não podemos esquecer, evidentemente, que foi a guerra da Coreia que provocou a intervenção americana.

Os acordos de Genebra

Sobre este assunto chamamos a atenção do leitor para o que se escreveu no n.º 18 desta revista (a). É oportuno, porém, voltar ao assunto:

«Tínhamos uma organização, o Viet Minh, que dirigia a primeira guerra de resistência. Nos Acordos de Genebra, coisa nenhuma estipulava que essa organização devesse ser dissolvida uma vez proclamado o cessar-fogo nem que os membros do Viet Minh devessem retirar-se para Norte do Paralelo 17 com o Exército regular. Isto teria significado, para uma grande parte da população, a obrigação de abandonar os seus lares e as suas aldeias. Os diemistas fizeram a diligência por perseguir e exterminar todos aqueles que tinham pertencido ao Viet Minh.» (a)

É acerca destes Acordos, desrespeitados pelos E. U. A. e seus acólitos do Sul, que residem as con tradições, os paradoxos, o drama.

INICIO — CRUZ

Vejamos o que nos afirma Eisenhower: «Os Estados Unidos não participaram nas decisões da Conferência (de Genebra) nem estão ligados a essas decisões»

Mas eis o paradoxo, na voz do General Bedeff Smith, chefe da delegação americana à conferência: «Qualquer repetição da agressão, em violação dos acordos citados seria para ele (a) uma causa de grave inquietação e seria considerada como uma séria ameaça à paz e segurança

internacional.» *Há aqui várias contradições. Notemos, com Atticos, que um país que se afirma «livre e democrático» considera a luta do Viet Minh contra o colonialismo como agressão, uma vez que se fala em «qualquer repetição da agressão.» Mas há mais. Fala-se em «violação dos acordos citados», etc... E eis os E. U. A. defendendo acordos que não quiseram assinar!... Ficaram, pois, livres e de mãos «limpas» para defenderem «a paz e a segurança internacional». «Os Estados Unidos não desejam ser os polícias do Universo», afirmou algures o Sr. Dean Rusk e já o li no Diário de Notícias.*

Afirma o artigo 14.º da convenção de Genebra: «Cada uma das partes compromete-se a abster-se de qualquer medida de represálias ou de discriminação contra pessoas ou organizações devido às actividades destas no decurso das hostilidades e a garantia o exercício das suas liberdades democráticas.»

Resposta a este artigo: «Durante o seu primeiro ano de actividade, a comissão internacional de «control» realizou inquéritos no Sul em quarenta casos de infracção a este artigo, uma percentagem ínfima de todos aqueles que ocorreram. Tratava-se, por vezes, de hecatombes onde pereceram centenas de pessoas. No termo deste primeiro ano, foram confirmadas dezasseis destas violações, os resultados de outros treze inquéritos não foram publicados, oito casos exigiram um suplemento de informação e, em outros três casos, os elementos de apreciação recolhidos não foram considerados suficientes para que deles se pudesse retirar conclusões formais. No Norte não foi observado nenhuma violação do mencionado artigo.»

Foi, como se sabe, um clima de torturas e massacres que se processou a política no Vietnam do Sul.

A conferência consultiva que, segundo os Acordos de Genebra, deveria ter sido convocada em Julho de 1955 não se realizou, como não se realizaram as eleições gerais marcadas para 1956.

A FRENTE NACIONAL DE LIBERTACAO

A sua proclamação data de 20 de Dezembro de 1960. É, sem dúvida, o passo mais importante do povo vietnamiano para a sua libertação: desde esta data a sua luta coloca-se numa perspectiva estruturada, isto é, política.

Como foi criada? «A ideia da Frente remontava a 1954. Nessa época, as grandes massas da população regozijavam-se com a assinatura dos acordos de Genebra e nós havíamos criado o nosso «comité» Saigão — Cholar para velar por que eles fossem respeitados, em particular para que fossem efectivamente aplicadas as clausulas relativas à manutenção da paz e ao exercício das liberdades democráticas. Este «comité» era já o embrião da Frente e, como era um órgão perfeitamente legal, agrupava a elite intelectual saigonesa — directores de jornais, homens de teatro, advogados, médicos, engenheiros assim como responsáveis dos sindicatos e dos caponeses dos arredores de Saigão.» Por outras palavras, a Frente congrega em si homens de diversas tendências, de religiões e classes diferentes, o mesmo é dizer, quase todo o povo esclarecido do Vietnam do Sul.

SITUACAO ACTUAL

Discurso de de Gaulle

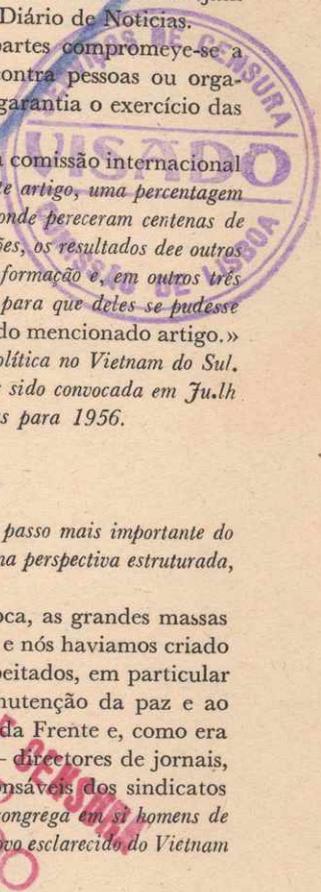
Não vamos transcrever aqui todo o discurso do Presidente francês em Phnom-Penh, capital do Camboja. Afirma De Gaulle «...vimos a autoridade política e militar dos Estados Unidos instalar-se por sua vez no Vietnam do Sul e, simultaneamente a guerra reanimar-se aí sob a forma duma resistência nacional Após o que, ilusões relativas ao emprego da força conduziram ao reforço contínuo do corpo expedicionário e a uma escalada cada vez mais extensa na Ásia, cada vez mais próxima da China, cada vez mais provocante em relação à União Soviética, cada vez mais reprovada por grande número de povos da Europa, da África da América Latina, e cada vez mais ameaçadora para a paz do mundo.»

E mais adiante: «A menos que o Universo role para a catástrofe, só um acordo político

«O TEMPO E O MODO» N.º...42

Provas enviadas à Censura em

...28 de4..... de 196.8



5+

poderia restabelecer a paz. Ora, sendo as condições de tal modo bem claras e bem conhecidas, ainda podemos ter esperanças. Tal como o de 1954, o acordó teria por objecto restabelecer e garantir a neutralidade dos povos da Indochina e o seu direito a disporem de si próprios tais como são efectivamente, deixando a cada ium deles a responsabilidade total das seus assuntos. Os contratantes seriam portanto os Poderes de facto que aqui se exercem, e, entre

TERMO ... CRUZ

outros estados, pelo menos as cinco potências mundiais. Mas a possibilidade, e por maioria da razão, a abertura de uma tão vasta e difícil negociação, dependeriam evidentemente da decisão e do compromisso que a América quisesse tomar antes de repartir as suas forças num período de tempo conveniente e determinado.»

Em síntese, poderemos enunciar em breves palavras a posição actual de De Gaulle: Oposição à «escalada»; retirada das forças americanas; neutralização do Vietnam.

Duas conferências — em Manila e em Nova Delhi

Em fins de Outubro Manila viu aterrar diversos aviões que traziam até às Filipinas além do Sr. Johnson, os chefes de mais cinco países da Asia e do Pacífico, a saber: Tailândia, Coreia do Sul, Austrália (onde o Sr. Johnson além de palmas apanhou também alguns sustos!), Nona Zelândia e Vietnam do Sul. Sete países, portanto, incluindo as Filipinas.

Uma ausência notada: O Japão, que recusou o convite.

O que vão lá fazer? Dizem que os países participantes não têm «intenção de formular novos planos estratégicos para a continuação da guerra». (Johnson).

Todavia, interroguemo-nos: o que pode representar Manila? Ofensiva diplomática?! A prova, em vésperas de eleições americanas, de que numerosos países apoiam a política americana no Vietnam?!

Em Cambena o comunicado Johnson — Harold Holt afirma:

«Embora o Vietnam do Norte não possa já conseguir uma vitória militar no conflito vietnamiano, é necessário que os aliados mantenham firmemente o actual e forço militar até ser possível negociar com Hanói, um acordo que satisfaça ambas as partes.»

Estes deste comunicado o responsável dos E. U. A. afirmara vinte vezes aquilo que todos nós já sabemos, isto é, que não se esperavam milagres da conferência de Manila.

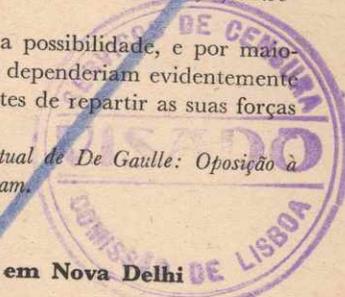
No final, os países participantes publicaram três documentos — «objectivos da liberdade», «declaração de princípios» e «comunicado final».

Eis a notícia da Agência A. N. I.: «...Os Estados Unidos e os seus seis aliados na guerra anunciaram a decisão de retirarem tropas do Vietnam se os comunistas aceitarem certas condições recíprocas. Os sete países salientaram que essa retirada poderia começar dentro de seis meses, desde que o inimigo começasse também a retirar as suas forças. Nestas entendem-se não só as unidades militares do Exército norte-vietnamiano, mas também as chamadas forças subversivas do Vietcong.

...O documento, assinado no Palácio de Malacanang afirma que os aliados ficam na expectativa de uma proposta de Paz dos comunistas e, até que isso se verifique, vão intensificar os seus esforços de guerra, para deter a agressão comunista e impedir a destruição do Vietnam do Sul.»

Por sua vez, eis que o Sr. General Westmoreland, Comandante-Chefe das forças dos Estados Unidos no Vietnam, nos vem dizer que «a guerra está longe do seu fim, que os comunistas vão lançar brevemente uma ofensiva em massa contra o Sul e, finalmente, que são precisas mais tropas para os deter.»

Na mesma data, realizava-se em Nova Delhi uma outra conferência: India, Jugoslávia e República Ara'be Unida, países não alinhados que, fedem-se não se comunicam a respeito da cessação imediata da



28 de V. de 1966

bo-bardagem to americanos no Vietnã do Norte é que o Vietcong seja reconhecido como uma das partes principais na realização da paz.

O Presidente da R. A. O., Nasser, devido aos contactos havidos entre o seu governo e uma delegação norte vietnamita, afirma que «o Vietcong, consciente da sua força numérica no Vietnã do Sul, está certo de poder resistir indefinidamente à escalada americana, quaisquer que sejam os acordos realizados pelos Estados Unidos no Vietnã do Norte. Os dirigentes do Vietcong estão persuadidos de que se fossem realizados, no Vietnã do Sul, eleições verdadeiramente livres, obteriam a maioria (66)».

Paz ou Guerra

Tais como se nos apresentam os dados deste imbróglio da política internacional, difícil é fazer previsões.

Três colossos parecem caminhar no sentido de um embate. A U. R. S. S. intensificando o seu auxílio à R. D. U., os E. U. A. envolvidos numa escalada de imprevisíveis consequências e a China, que com o seu novo ensaio nuclear veio alarmar uns e outros. A sua posição rígida pode ser até fruído da a e são dada aos acontecimentos. Quem sabe se os E. U. A. não estão no Vietnã pensando apenas numa China de 700 milhões de habitantes que, dia a dia, cresce e se transforma?!

Sabemos todos suficientemente que uma vitória militar não está ao alcance de nenhum dos contendores. Só Goldwater o parece acreditar.

Afirmando que o Vietnã pode ser cenário de uma outra guerra mundial, recordamos todavia, com DeGaulle, que «Berlim está mais perto de Saigão do que Nova Delhi...»

A propósito deste tema da Paz ou da Guerra publicou recentemente a revista L'Express, de 26 de Set. a 2 de Out. de 1966, os resultados de um inquérito conduzido pelos seus correspondentes em diversas partes do Globo. Eis a introdução:

«...a partir do conflito vietnamiano, a guerra mundial é possível?

A resposta é: Sim.

Por causa de um conflito maior, inevitável entre a China, amarela, pobre, comunista, e a América, branca, capitalista e poderosa? Apesar das aparências, a resposta é: Não. Então onde, quando, como?

Estaremos no limiar de uma guerra mundial, ao sabor de um erro de manobra, se a escalada, a verdadeira, começa entre as duas grandes potências nucleares: Os Estados Unidos e a União Soviética. A prova de força jogar-se-ia então não na Ásia, mas no coração da Europa.»

E porquê? Não se esqueça que as forças em presença na Alemanha se podem considerar equilibradas, enquanto que na Ásia e no Pacífico há uma clara superioridade militar americana. Basta assinalar num mapa todas as bases dos E. U. A. naquelas paragens...

Foroso é concluir, utilizando para isso as palavras de Bertrand Russell, in Le Monde, 15/10/66:

«Il y a maintenant des années qu'une petite nation paysanne fait l'objet des attaques d'un colosse industriel. Y a-t-il quelque chose de plus atroce que le pillage par la voie des airs d'un peuple d'agriculteurs d'éprouver d'avions de guerre? La révolution vietnamienne est l'un des éléments du processus historique au travers duquel les peuples affamés, les peuples exploités, ont entrepris de faire triompher la revendication de leur droit à la vie. Recourir à la force, aux moyens les plus brutaux, pour foudroyer, l'élan de cette lutte pour la vie: tel est l'objectif que les Etats-Unis se sont assignés.»

J. A. R.

Paulo VI Não à guerra

Continuados, na cadeira de Pedro, numa nova forma de encarar a posição da Igreja no mundo, Verdadeiramente preocupado com os grandes problemas humanos, Paulo VI tem sido uma das figuras do nosso tempo que mais tem procurado que os homens abandonem a guerra, como processo de solução das suas divergências. E, esse seu esforço tem-se dirigido numa forma especial à guerra do Vietnam, conflito de balanço já trágico para ambos os lados, mas especialmente para o povo vietnamiano, e cujas consequências futuras são tão imprevisíveis como assustadoras.

Desde a corajosa exortação do discurso na Assembleia Geral da O. N. U. — «*Nunca mais a guerra, nunca mais*» —, às tréguas conseguidas durante o Natal de 1965 e à impressionante intimidação — «*Em nome do Senhor, nós gritamos: Parem!*» — da recente encíclica *Christi Nati Rosarie*, publicada em Setembro de 1966, Paulo VI não tem deixado de mostrar a preocupação que lhe causa a situação no Vietnam do Sul.

E, apesar de Paulo VI ter sempre evitado tomar o partido de qualquer dos lados ou apresentar propostas concretas de resolução, é natural, que a sua acção esteja a começar a embaraçar e a pôr sérios problemas de consciência àqueles, principalmente entre os católicos, que afirmações como «*A Guerra no Vietnam é a única maneira de estabelecer a paz num mundo duro*»⁽¹⁾, tão facilmente tranquilizavam. Isto porque, embora limitando-se sempre ao terreno firme dos princípios — o que não deixa de lhe ser censurado por todos aqueles que o gostariam de ver defender o povo vietnamiano, na sua luta por uma independência real — a força das expressões usadas por Paulo VI e as ocasiões especiais escolhidas para as proferir, são de levar a reflectir seriamente sobre o problema.

Mas, o Papa não tem limitado a sua acção aos angustiados apelos que toda a gente conhece. Por trás deles, há uma intensa actividade diplomática e, ainda recentemente, enviou um dos seus melhores colaboradores, Ms. Pignedoli como representante especial na Conferência nacional do episcopado do Vietnam. E, se bem que oficialmente a missão de Ms. Pignedoli fosse estritamente religiosa, as suas entrevistas com o General Cao Ky e com o General Ngyen Van Thien, respectivamente primeiro ministro e chefe do estado do Vietnam do Sul, e os contactos que ainda à partida anunciou que iria ter com não-cristãos — budistas — ajudam-nos a perceber todo o alcance da tarefa confiada por Paulo VI a Ms. Pignedoli. Por outro lado, a mensagem do Papa ao episcopado vietnamiano, de que Ms. Pignedoli era portador, mostra a sua firme determinação de prosseguir a tarefa iniciada e a sua vontade de que os bispos do Vietnam sintam a construção da paz como um dever inerente à missão que desempenham: «*Nós pensamos que é dever do nosso ministério apostólico continuar esta tarefa até ao momento em que o desejo e saudação do Cristo ressuscitado: «A paz seja convosco» se torne realidade para o querido povo vietnamiano.*» E no final, «*Que a muito especial bênção apostólica que nós vos enviamos (...) vos sustenha na obra construtiva que sois chamados a realizar: a edificação do corpo místico de Cristo e o retorno à paz ardentemente desejada para a prosperidade da vossa querida pátria.*» E por último, no dia 4 de Outubro (que Paulo VI determinou que fosse consagrado à oração pela paz) as suas palavras voltaram a focar numa forma especial o conflito vietnamiano: «*Nós pediremos com fé pela paz, especialmente no extremo-orient, por uma paz que assegure a liberdade destas regiões e que deve ser tornada possível por negociações leais e humanas e não pela violência da mancha ou da força.*»

Quererão os homens de que depende a paz ouvir as palavras de Paulo VI?

N. S. M.

Provas enviadas à Censura em

28 de 11 de 1966

Ref. 9

ANTOLOGIA

GEORG LUKÁS!

É habitual, na filosofia hoje em dia predominante, tomar como ponto de partida aquilo a que se dá o nome de «situação». Nas nossas considerações utilizaremos o mesmo processo, ainda que não entendamos por «situação» a situação individual do homem agindo isolado, mas a situação em que hoje se encontra toda a humanidade. Esta situação pode ser assim resumida: o poderio militar do fascismo foi aniquilado pela guerra. Contudo, a evolução do período que se seguiu à guerra mostra que o aniquioamento político, orgânico e sobretudo ideológico do fascismo é muito mais demorado e difícil de conseguir do que muitos muitos imaginavam. Isto do ponto de vista político, porque muitos homens de Estado, que enfaticamente se proclamam democratas, consideram os fascistas como uma reserva, acarinhando-os e mesmo amparando-os. Por outro lado, a concepção fascistas do mundo mostra-se muito mais resistente do que alguns pensaram após a queda de Hitler.

Devo dizer que não me acho entre aqueles a quem esta evolução surpreende e decepciona. Já antes da guerra, e durante o seu decurso, defendi constantemente a ideia de que o fascismo não é de modo nenhum, do ponto de vista histórico, uma manifestação mórbida isolada e que não constitui uma brusca irrução da barbérie na civilização europeia. O fascismo, entendido como concepção do mundo, marca, antes de mais, o apego qualitativo de doutrinas irracionaisistas no domínio da teoria do conhecimento e de doutrinas aristocráticas do ponto de vista social e moral que, muitos decínios passados, desempenham um papel de primeira importância quer na ciência oficial, quer na não oficial, bem ainda como no mundo dos publicistas científicos e pseudocientíficos. Estando, aqui, na presença de uma revolução orgânica, é fácil aos adeptos do fascismo encontrar uma posição de retirada; é-lhes



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉ DE)
COMISSÃO DE CENSURA

Provas enviadas à Censura em

28 de 11 de 1959.

Ref. 9

possível desaprovar Hitler ou Rosenberg e, enquanto esperam uma ocasião favorável para nova ofensiva, entrincheiraram-se atrás da filosofia de Spengler ou de Nietzsche. Pude observar pessoalmente este processo, desde a sua origem, por ocasião de uma série de conferências que fiz durante a guerra perante oficiais superiores alemães prisioneiros.

Assim, mesmo do ponto de vista da concepção geral do mundo o aniquilamento da ideologia fascista não é de forma alguma uma tarefa simples. Mesmo com a retirada do mercado dos textos de Mussolini, de Hitler ou de Rosenberg nada se fez ainda. É necessário aniquilar as raízes espirituais e morais do fascismo. É, no entanto, impossível atingir essa finalidade se não se vir, claramente, quando e de que modo nasceu a crise donde saiu o fascismo, como forma particular, bárbara e desumana do seu desenvolvimento. Até aqui, esta crise foi encarada de modos diversos e de pontos de vista diversos. Todavia, as causas pro fascismo, como forma particular, bárbara e desumana do seu desenvolvimento. Até aqui, esta crise foi encarada de modos diversos e de pontos de vista diversos. Todavia, as causas profundas das suas diferentes manifestações são na sua essência idênticas, e, por consequência, devem ser pensadas de maneira idêntica.

Quando nos propomos abarcar, pelo pensamento, esta crise no seu conjunto encontramos-nos face a quatro grandes complexos: crise da democracia, crise da ideia de progresso, crise da crença na razão e crise do humanismo. Cada um destes complexos saiu do triunfo da grande Revolução Francesa e todos eles atingiram o seu ponto culminante no período imperialista. Todos se acentuam qualitativamente durante o período entre as duas guerras mundiais — o período em que nasceu o fascismo.

Por economia da exposição, estudaremos estes quatro complexos separadamente, sem por isso deixarmos de ter em conta a sua natureza comum. Porque a sua essência, e, por conseguinte, o modo de os conceber, constitui bem uma unidade. Só a clareza da exposição nos obrigar a separá-los e, mesmo sem o desejarmos, vê-los-emos confundirem-se.

Antes de passar à exposição propriamente dita, seja-nos permitida ainda uma nota prévia de ordem metodológica. Todos os argumentos utilizados contra a democracia e o progresso, contra a razão e o humanismo, não constituem simples e ociosas argúcias; eles emanam da própria essência social da nossa época. Como diz Marx, tais ideias não passaram dos livros para a vida, mas da vida para os livros. Daí resulta que todas estas evoluções sejam reflexo, ainda que desfigurado, de problemas, sofrimentos e necessidades bem concretas. Dada esta sua ligação ao fundo social, estes argumentos possuem assim umq espécie de justificação intrínseca e não podem ser simplesmente refutados pela prova do seu carácter contraditório ou mesmo do seu absurdo. É necessário mostrar, primeiro que tudo, que este carácter contraditório e absurdo tem a sua origem em necessidades concretas, que contém elementos de um problema justo, mas colocado de uma forma desviada e alterada, pelo que

Ref. 9

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em

20

esse problema — justifico do ponto de vista subjectivo, mas mal posto do ponto de vista objectivo — não pode se resolvido senão por meio de uma resposta justa e adequada.

Por que razão foi justamente a vitória da grande Revolução Francesa que deu origem a esta crise? Porque foram as condições históricas concretas desta vitória e o seu paralelismo, em nada fortuito, com a revolução industrial inglesa, que conduziram, pelo seu desenvolvimento antitético, ao aarecimento do capitalismo, base da sociedade burguesa moderna. Do ponto de vista da concepção do mundo, a consequência deste facto é a criação de uma situação social que comporta, ao mesmo tempo, e inseparavelmente, uma realização e uma refutação das ideias do Iluminismo.

Consideremos, agora, separadamente, estes quatro complexos.

1. A crise social e intelectual da democracia tem a sua origem no carácter antitético que a liberdade e a igualdade dos homens apresentam, quer sejam encarados politicamente ou no plano concreto. A célebre «piada» de Anatole France dizendo que a lei proíbe, com idêntica solenidade, aos ricos e aos pobres, dormir debaixo das pontes, traduz este complexo de contradições de uma maneira clara e plástica. Alguns clarividentes críticos da sociedade, tais como Lingue, t aperceberam-se destas contradições mesmo antes da Revolução Francesa. Todavia, foi necessário que a liberdade e a igualdade formais se realizassem na vida concreta para que o seu carácter contraditório servisse de centro de cristalização a todas as formas de agrupamentos políticos e sociais do século XIX, e, consequentemente, às diversas concepções do mundo que se desenvolveram durante este período, a saber: antes de mais, tentativas para realizar concretamente a liberdade e a igualdade dos homens ou, pelo menos, tentativas tendentes a essa realização — jaobinos, demócratas radicais, socialistas —; em segundo lugar, esforços para fixar juridicamente e para idealizar, pelo pensamento, os resultados político-sociais da Revolução Francesa — liberalismo —; e, finalmente, tendência para considerar a desigualdade efectiva dos homens e a sua ausência de liberdade como um «facto natural» uma «lei da natureza», um dado metafísico enfim, tomando-estas noções como ponto de partida para uma concepção do mundo *sui generis* — tendências reaccionárias diversas, incluindo o fascismo.

Estes grupos, que, tipologicamente, esgotam as várias posições possíveis em relação aos principais problemas postos pela crise da democracia moderna, estão na origem de todas

Estes grupos, que, tipologicamente, esgotam as várias posições possíveis em relação aos principais problemas postos pela crise da democracia moderna, estão na origem de todas as controvérsias — tão intimamente ligadas entre si, apesar da sua diversidade — que opuseram, durante os séculos XIX e XX, as diversas concepções do mundo.

Aquilo que une os esforços das democracias radicais revolucionárias aos do socialismo é uma concepção nova da democracia que se pode enunciar, em poucas palavras, deste modo: só se pode falar de democracia quando tiverem desaparecido todas as formas concretas de dependência do homem ao homem, de exploração e opressão do homem pelo homem, de desigualdade social e ausência de liberdade.

É, pois, necessário atingir uma liberdade e uma igualdade que não entrem em linha de conta com as diferenças de situação económica, nacionalidade, raça, sexo, et.

Só então se terá realizado a terceira grande etapa da igualdade humana. Enunciemos, rapidamente, estas etapas: o cristianismo proclamou a igualdade da alma humana perante Deus; a Revolução Francesa, a do homem abstracto perante a lei; o socialismo realizará a igualdade dos homens concretos na vida real.

Do ponto de vista da concepção do mundo, notamos ainda que todas estas tendências, apesar da sua diversidade, sempre consideraram, e continuam a considerar, a igualdade como uma condição *sine qua non* do verdadeiro desenvolvimento da personalidade, e nunca

Ref. 9

Provas enviadas à Censura em

28 de 11 de 1966

como o aniquilamento desta. Do ponto de vista filosófico, a contribuição da nova interpretação é a seguinte: a liberdade e a igualdade não são simples ideais, mas formas da vida humana concretas, relações concretas entre os homens e a natureza: a sua plena realização exige, pois, necessariamente, que sejam modificadas as condições sociais das relações humanas. Junto daqueles que, socialmente, foram os verdadeiros vencedores da Revolução Francesa, a ideia originária deste grande movimento arrefece e seca cada vez mais, mercê da própria vitória. Quanto mais o liberalismo, considerado como a expressão espiritual e política destas tendências sociais — por oposição à democracia radical e ao socialismo —, se encontra recuado na defesa dos seus princípios ideológicos, mais ou conceitos de liberdade e igualdade se tornam abstractos e formais. Em Fichte e em Kant, esses conceitos são já pálidas ideias formais. Contudo, para estes pensadores, a expressão filosófica das ideias de liberdade e igualdade ligava-se a fundas esperanças utópicas cuja componente utópica os levava — especialmente no caso do jovem Fichte — além dos limites do formalismo. Do mesmo modo, raramente a prática da Revolução Francesa se eleva acima do conceito jurídico formal de liberdade e igualdade — recordemos Robespierre tomando posição contra as associações operárias —, mas justamente naquele caso, é fácil ver quanto a utopia plebeia dos *sans culottes* ultrapassa o âmbito restrito da liberdade e da igualdade formais e tende a dar vida a uma liberdade e a uma igualdade concretas.

do jovem Fichte — além dos limites do formalismo. Do mesmo modo, raramente a prática O fundamento teórico — consciente ou inconsciente — de todas as concepções liberais é a economia inglesa clássica. A ideia de que uma liberdade de acção limitada do *homo economicus* no âmbito da liberdade e da igualdade jurídicas formais permite assegurar a todos os homens, pelo funcionamento automático das forças económicas, um estado social e cultural ideal, uma felicidade e um desafogo máximos — esta ideia está na base de todas as esperanças do liberalismo, mas desde o começo do século XIX que esta concepção foi demolida pela própria evolução económica, e essa contradição entre a concepção originária da economia inglesa clássica e os factores da vida económica capitalista reflectem-se na derrota espiritual da economia clássica — discussão Ricardo-Sismondi, dissolução da escola ricardina. Esta crise conduz a economia proletária ao seu ponto de maturidade. Por outro lado, a economia capitalista dá origem — já antes do período imperialista — a toda uma série de instituições — *contr:le* alfandegário, protecção, monopólios — que constituem não somente uma refutação prática dos princípios da doutrina económica clássica no seu sentido *imediato*, como deitam a perder, na mesma assentada, todos os princípios fundamentais de uma concepção do mundo segundo a qual uma renovação ou simplesmente uma consolidação da humanidade se poderia produzir de maneira a favorecer o livre desenvolvimento das forças económicas no âmbito da liberdade e da igualdade formais. Tal situação não pode deixar de dar origem ou a uma economia puramente empírica, desprovida de qualquer fundamento ideológico, ou a uma posição de defesa apologetica cada vez mais cega. Está-se a defender uma liberdade e uma igualdade cada vez mais problemáticas, sem que uma crença baseada nos factos permita esperar que o futuro possa, alguma vez, corrigir as indiscutíveis deficiências do presente. Assim, a concepção liberal do mundo petrifica-se progressivamente, pois a situação económica e social a que corresponde se torna cada vez mais irreal.

Esta estagnação age igualmente sobre uma parte importante do ser humano na sociedade burguesa. A Revolução Francesa vivia na tensão entre o cidadão e o burguês, no seio de um povo livre. O grave e trágico problema humano da cidadania, a que esta tensão deu origem, encontrou a sua expressão no melhor da poesia de todos os países, no começo do século XIX — Schiller, Holderlin, Stendhal, Shelleê. Porém, a evolução que acabamos de descrever e, sobretudo, a base económica desta evolução cedo transformam o

Ref. 9

«O TEMPO E O MODO» Nº 42
Provas enviadas à Censura em
28 11 de 1966

72

cidadão numa caricatura abstracta, onde aquilo que sobressai do modo mais caricatural são os traços que, exteriormente, sobreviveram ao período das «Luzes» e à Revolução Francesa, mas que interiormente são, de agora em diante, desprovidos de qualquer significado — o Sr. Homais, de Flaubert !.

A democracia formal do liberalismo transforma o homem numa pessoa privada. O desaparecimento do cidadão não corresponde, sòmente, a um empobrecimento e a uma *desespiritualização* da vida pública, assunto que retomaremos mais adiante, mas ainda a uma mutilação do homem como individuo e como personalidade. O individualismo burguês moderno, tal como se desenvolveu nesta base — quer esteja de acordo com ela, numa posição de indiferença ou num espírito de recusa —, nada quer saber, naturalmente, dessa mutilação. Da afirmação estética da vida — no fim do século — ao sombrio endurecimento de Heidegger num «nada» destruidor, só o aspecto de «homem privado» de cada ser humano — o dado «burguês», no sentido atribuído à Revolução Francesa — é reconhecido como essencial. Mas como o homem, de bom ou mau grado e quer Heidegger o reconheça ou não, pertence também à vida pública e dela participa, todas as possibilidades e aptidões da sua personalidade que só na vida pública podem encontrar ocasião para se desenvolver lhe são extirpadas, de um modo artificial e à força. Basta pensar nos Antigos para compreender até que ponto todas as formas do individualismo moderno são mutilações da personalidade humana.

Daí, por outro lado, que se cria uma estruturação falsa da economia privada do homem, o burguês. Quanto mais a economia capitalista se «fetichiza» (se transforma num *fétiche*), mais acentuadamente reveste formas apoloéticas, mais, por consequência, a parte exploradora e parasitária do *homo economicus* se identifica com a sua personalidade. Parte-se da ideia — justificada em si própria — de que, para assegurar o desenvolvimento da personalidade humana, é necessário reservar-lhe constantemente um terreno concreto entre os objectos e as relações humanas. Esta ideia encontra-se, contudo, deformada ao ponto de, para o homem, os meios de explorar os outros homens acabarem por tomar um valor de atributos-*fétiches* inseparáveis da sua personalidade / é essa a razão por que, nesta concepção da vida, a socialização da personalidade foi imediatamente considerada como sinónimo do seu aniquilamento. Não se presta, porém, a devida atenção do facto de que — do ponto de vista do verdadeiro desenvolvimento da personalidade — esse «terreno» de que falzamos só pode, precisamente, ser considerado por relações recíprocas, reais e concretas de homem para homem e entre o homem e os objectos; e dado que estas relações e esta reciprocidade existem, não interessa o modo como as relações jurídicas de propriedades organizam o referido «terreno», nem que, pelo contrário, um direito da propriedade que não acompanha tais relações recíprocas — facto característico do capitalismo — paralise o desenvolvimento da personalidade e a mutile em vez de lhe ser favorável. Foi o que reconheceram claramente os Estóicos e os Epicuristas. Não menos «fetichizada» é, por outro lado, a conceação segundo a qual o desenvolvimento da personalidade em alguns homens — os não capitalistas — exigiria como estimulantes a fome, as privações, etc. É assim que o fetichismo deste período se transforma num aristocratismo muitas vezes escondido, mas em todo o caso sempre transposto para o plano objectivo, nos termos do qual existem duas espécies distintas de homens cujo desabrochar exige condições sociais opostas.

Este desenvolvimento conduz assim, ao mesmo tempo, a uma deformação da personalidade, à sua vaidade fetichista e ao seu envelhecimento.

É impossível descrever aqui, em pormenor, a crise da concepção liberal do mundo. Chamemos simplesmente a atenção para estas duas características. Em primeiro lugar, aquilo a que se chama o problema da «constituição das massas», no qual certos aspectos económicos do desenvolvimento do capitalismo se encontram «fetichizados» do ponto de vista

Ref-9

23

da psicologia e da filosofia sociais; é preciso ver nisso um reflexo importante, no plano intelectual, da crise de que estamos a falar: o liberalismo separa-se progressivamente da democracia, esta enfraquece cada vez mais e vai perdendo a sua influência, salvo no movimento operário socialista. Assim se produz uma separação total entre o pensamento liberal e as massas; o medo e, ao mesmo tempo, o desprezo pelas massas entram em cena. Esta evolução tem o seu ponto de partida em Stuart Mill e atinge o seu ponto culminante na psicologia social de Le Bon, na sociologia de Pareto, Michels, etc. Nesta fase, tal separação alia-se, nos representantes sinceros do pensamento liberal, a uma profunda resignação.

O sociólogo mais importante deste período, Max Weber, lutou durante toda a vida para uma democratização da Alemanha guilhermina. Fazia-o, porém, com a ideia de que isso iria favorecer o desenvolvimento de um sistema um pouco melhor que o precedente do ponto de vista do «funcionamento técnico», e sem de modo algum acreditar na possibilidade de uma verdadeira conversão do povo alemão — ideia lógica, dadas as premissas do seu pensamento e o modo como ajuizava a situação.

Ao problema da «constituição das massas» liga-se estreitamente o da *élite* e da «escolha dos chefes». Uma vez mais somos levados a pôr um problema, que não deixa de ser exacto e que consiste em verificar que a *élite* se torna largamente independente das massas de que é considerada representante. O problema só é falseado a partir do momento em que generalizamos, fazendo-o ultrapassar o quadro da história e perdendo a consciência de que se trata somente de um facto social particular numa fase determinada do desenvolvimento do capitalismo. Esta verificação, exacta no que diz respeito a esta fase, denuncia uma das principais fraquezas da democracia burguesa formal. Do ponto de vista formal, as massas aparecem — no exercício do direito de voto — como senhores absolutos, sem apelo. Na realidade, porém, elas são totalmente impotentes e assim se mantêm de acordo com a vontade dos que seguram os «cordelinhos». A lembrança de um pequeno número de factos — o elevado custo do aparelho eleitoral, jornais destinados às massas, etc. — basta para tornar evidente o seguinte: numa organização económica deste tipo, o poder total encontra-se, necessariamente, concentrado num pequeno número de mãos. A imprensa, a literatura, o cinema, etc., assim dirigidos, tendem a «despolitizar» o espírito das massas, pois só dessa maneira a propaganda eleitoral poderá agir facilmente sobre elas. Em resumo: a pretensa nova *élite* é, na realidade, escolhida por um pequeno número de personagens anónimas, das quais a maior parte se mantém escondida na retaguarda; em parte, esta *élite* escolhe-se a si própria, mas, sempre que necessário, as suas insuficiências, o seu carácter irresponsável e a sua corrupção serão atribuídas à democracia e às massas, porque, formalmente, foram elas que a elegeram. Em terreno tão duvidoso não se podem desenvolver senão a incoerência ou a hipocrisia do pensamento, e para um pensamento subjectivamente honesto só resta como saída uma profunda resignação.

A nova ideologia, abertamente antidemocrática, nasce devido a esta crise. O anticapitalismo romântico que se desenvolveu, em rebelião contra a cultura capitalista, no princípio do século, apresenta inicialmente traços que vem depois a perder, à medida que a crise se desenvolve — recode-se a mudança de atitude de Carlêle depois de 48. A oposição romântica da segunda metade do século mostra abertamente a desigualdade e a ausência de liberdade como a base de uma sociedade «sã». Esta concepção tem muitos pontos comuns com a ideologia da Restauração que se seguiu à Revolução Francesa, mas não constitui, de modo nenhum, uma tentativa de restauração, pura e simples, do sistema absolutista feudal que por essa altura tinha sido aniquilado; trata-se, sim, de um novo produto da crise moderna da democracia. Pode considerar-se o pensamento de Nietzsche como o fenómeno mais importante que marca a passagem para estas novas concepções.

É fácil compreender por que motivo a iníqua ideologia antidemocrática encontra o seu fundamento científico em primeiro lugar na biologia. Com efeito, só a demonstração da existência de uma irremediável desigualdade biológica entre os homens lhe pode dar uma aparente base racional. Contudo, esse género de biologia não é uma ciência, é um mito, o que se verifica já claramente em Nietzsche; a sua «raça de mestres» não tem, na realidade, senão fundamento romântico-moral e a biologia não passa de um ornamento místico.

Um outro mito biológico grosseiro se desenvolve paralelamente a este: a teoria racista. Tão-pouco se trata, neste caso, de uma teoria baseada em resultados fornecidos pelas ciências naturais, mas da necessidade metodológica, nascida do âmbito político-social de demonstrar a existência de uma desigualdade radical entre os indivíduos de um mesmo povo e dos vários povos entre si. Semelhante teoria constitui a negação brutal de uma velha verdade: aquela que afirmava que a diversidade de personalidades, bem como as próprias diferenças individuais, se conciliam perfeitamente com a igualdade de direitos, quer entre os homens como entre os povos, e ainda que esta diversidade só é tolerável quando verificada no plano da igualdade de condições de desenvolvimento económico e social. A teoria racista, a doutrina radical da desigualdade, foi pela primeira vez desenvolvida sistematicamente por Gobineau, e não é por acaso que os seus primeiros leitores e adeptos fossem recrutados entre os proprietários de escravos americanos, como se deduz da correspondência com Tocqueville. De facto, só uma diversidade qualitativa entre os homens, definida tão radicalmente, pode servir de fundamento a uma moral, a uma sociologia e a uma filosofia da história das quais se deduz que certas raças não fazem parte da humanidade, ao mesmo tempo que justifica a confiscação total dos direitos humanos destas raças.

Houve, no entanto, mesmo entre os defensores destas teorias, violentas lutas de tendência no decurso das quais o grosseiro mito biológico se ia empando progressivamente e a psicologia moral, aliás já reduzida a mitos, seria empurrada para uma posição cada vez mais de segundo plano. O facto, porém, de a orientação Chamberlain-Rosenberg ir dominar a orientação nietzschiana não deve fazer-nos perder de vista que, no que diz respeito à saída da crise da democracia, estas duas orientações são convergentes.

Assim se desenvolveu, entre as duas guerras, uma paradoxal situação em que o mundo civilizado era na sua quase totalidade governado segundo princípios democráticos, precisamente quando a democracia tinha perdido todo o poder e todos os seus defensores. A República de Weimar foi uma democracia sem democratas e, como o seu aparelho governamental não agia senão em proveito de uma pequena minoria anónima, provocou entre as massas uma decepção geral e profunda em relação à democracia. Faltava o poder persuasivo de uma real convicção aos seus melhores defensores, tais como Max Weber. E, o que é mais grave, é que os únicos defensores activos possíveis da democracia, os trabalhadores revolucionários, foram levados a tornar-se adversários cada vez mais encarniçados da democracia. A opinião, muito espalhada nesse tempo, de que o mundo tinha de escolher entre o fascismo e o bolchevismo lançou na maior confusão os adversários do fascismo e tornou impossível a constituição de uma frente de unidade antifascista. Só aproveitando-se de um tal caos ideológico, foi possível ao fascismo aparecer às massas desamparadas e a uma elite intelectual desesperada como uma solução para a crise da democracia.

Foi assim que a estratégia de Hitler pôde caminhar de vitória em vitória até 1941. Sòmente a aliança de 1941, a aliança entre a democracia e o socialismo, podia conduzir a uma mudança da história, fazendo-nascer a possibilidade de salvar a civilização.

2. Todos estes problemas nos levam ao segundo complexo crítico: a crise da ideia do progresso. Do ponto de vista filosófico, a noção de progresso pressupõe a descoberta, na sociedade, de tendências constantes, se não uniformes, do aperfeiçoamento dos valores humanos, descoberta que permite basear esta noção de progresso numa realidade concreta. Uma tal concepção filosófica implica quer a aspiração a um estado ideal — numa ideia de *perfectibilida* te indefinida tal como a concepção de Kant —, quer a possibilidade concreta de modificar

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Ref. 9

Provas enviadas à Censura em

28 de 11 de 1966



Ref. 9

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em 28 11 1966

75

qualitativamente a situação presente, possibilidade que garante o desenvolvimento das forças «naturais» da humanidade — capitalismo na economia clássica, fins propostos pelo Iluminismo, objectivos da Revolução Francesa, etc. Ora a verdade é que na crise cujas linhas mestras acabamos de esboçar desapareceu essa crença na realização concreta do progresso. A partir daí, se a noção de perfectibilidade indefinida subsiste sózinha, como é o caso do neokantismo liberal, para a conexão com a realidade concreta se perde, tudo se torna abstracto, sem força nem poder persuasivo. Semelhante desenvolvimento é, contudo, socialmente necessário. Sob uma forma académica, encontra-se ainda aquela noção nos neokantianos. Tal concepção, na qual a não concordância entre o ideal e a realidade aparece como inevitável e como radicalmente inultrapassável, lança, porém, a *élite* intelectual num profundo pessimismo cultural. Da «imptência da razão» de Scheler a Valéry se vê surgir a concepção de uma resistência heroica solitária, de uma morte heroica por uma causa perdida; defendem-se ideais que pernitentemente se sabe não estarem nem poderem estar ligados a nenhuma realidade social concreta. A evolução cultural da *élite* espiritual prossegue com uma resignação aristocrática, à margem da realidade hostil às ideias. A realização prática dos ideais tem de ser transposta para o plano interior. No seu desenvolvimento, o homem isolado pode tender para o progresso, mas o mesmo não sucede com a sociedade.

Com esta evolução se relaciona o conflito entre cultura e civilização que tão grande influência exerceu durante os últimos decénios. Nas suas linhas gerais, este conflito assenta na ideologia de que um progresso é possível no plano exterior, o da civilização, em particular, da civilização técnica, mas que não é possível no único plano verdadeiramente fundamental, o da cultura. É uma resposta falsa dada a uma questão, em si, perfeitamente fundamentada. Foi com justiça que a *élite* intelectual protestou contra o facto de a evolução da cultura ter sido tratada segundo o esquema de um puro e simples progresso técnico. Para o pensador dialéctico, o princípio básico da evolução da cultura reside na sua não uniformidade. Já Schiller sabia que, no domínio da arte, se pode perfeitamente verificar uma evolução e um progresso sem que por isso se devam considerar as criações futuras como superiores às do passado. Só porque a *élite* intelectual se encontra perdida no seio da sociedade moderna e por ela ser «orgânicamente» incapaz de descobrir os caminhos e meios de um progresso verdadeiro pôde nascer o conflito entre cultura e civilização. Adiante examinaremos a fundo as relações entre estes dois fenómenos, na origem dos quais está também, como é natural, um certo estacionamento das ideias liberais.

Assim surgiu relativamente cedo a negação do progresso histórico. Ela é mais radical em Schopenhauer, mas encontra-se também, no fim de contas em Kierkegaard e na escola histórica romântica alemã, em Ranke e nos seus sucessores. Nietzsche tenta alicerçar sobre esta base uma utopia reaccionária, mas o certo é que a sua verdadeira concepção de história está muito próxima, por um lado, da de Schopenhauer (a história oferece-nos o espectáculo de uma corrupção constante, de um declínio inevitável, e as suas raras mutações favoráveis são milagres sem causa), por outro lado, a sua doutrina do eterno regresso das coisas constitui uma negação de toda a evolução histórica, de todo o progresso. Não é de admirar, pois, que ele se perca no puro mito quando tem de constatar um progresso, no sentido que ele próprio atribui à palavra.

Por aqui se apercebe uma relação muito interessante: o pessimismo social cria-se numa concepção estática da história; a doutrina antidemocrática está intimamente ligada à negação do progresso: tudo o que a história pode eventualmente guardar de bom pertence ao passado; o próprio processo histórico não pode deixar de ser uma decadência; o melhor que se pode fazer é voltar a um estado anterior. Este resultado não pode, porém, ser obtido orgânicamente, por meio de uma evolução histórica: tem de constituir um brusco salto qualitativo.

É esta última ideia, em particular, a que domina a teoria racista. A idade média do

22 11 de 1966

anticapitalismo romântico torna-se, para ele, a o estado originário da raça pura. A evolução histórica só se manifesta pela mistura das raças e, por consequência, pela sua corrupção. Daí o pessimismo de um Gobineau. A ideologia fascista constrói-se sobre esta bases, nega radicalmente qualquer ideia de progresso e faz assentar num «milagre» — termo usado por Hitler para designar a sua própria missão — a perspectiva de um restabelecimento do estado originário.

Desta forma se torna a noção de *élite*, a concepção aristocrática, primeiro, igualmente acessível às grandes massas porque é aplicável a povos inteiros; por outro lado, essa concepção assenta numa base totalmente rígida e ao mesmo tempo totalmente arbitrária. O racismo radical desenvolveu-se durante muito tempo no meio de pequenas seitas; contudo, vivendo estas seitas num meio já de si aristocrático, onde a noção de *élite* repousava acima de tudo em concepções ético-sociais, psíquicas ou espirituais, mas que convergia sempre, em última análise, num mito racista — Nietzsche e Spengler—, a sua influência tomou cada vez mais extensão.

Foram, bem entendido, estas as condições sociais do período preparatório da segunda guerra mundial que levaram à vitória do movimento fascista junto das massas.

Há aqui oportunidade para pôr em destaque uma convergência entre a noção de democracia ou o conceito antidemocrático, por um-lado, e o que se convencionou chamar as «posições extremas» em matéria filosófica, por outro, convergência que não é de modo nenhum uma construção puramente abstracta, uma «tipologia» — sempre mais ou menos arbitrária—, tal como se encontra nas ciências do espírito. Trata-se de mostrar, acima de tudo, como se comportam os homens de pensamento frente a certas tendências concretas do seu meio social, como interpretam essas tendências, e qual a posição — positiva ou negativa — que assumem relativamente a elas, se as negam ou as reconhecem, etc. Ligação entre progresso e democracia, por um lado, e negação do progresso e concepção aristocrática, por outro, são, pois, factos da vida concreta.

Não é de forma alguma por acaso que o conceito de pessimismo aparece nesta altura. Mais uma vez se pode pôr em evidência uma conexão importante — fundamentada na evolução social concreta. Não é por acaso que o progresso, o optimismo e a democracia, por um lado, e a oposição ao progresso, o pessimismo e o ponto de vista aristocrático, por outro, andam a par, pois, ainda que os factos naturais pareçam desempenhar um papel importante na controvérsia entre optimismo e pessimismo, é sempre o ponto de vista social que tem, afinal de contas, a última palavra, não fornecendo os factos naturais mais do que justificações: o facto de que a Terra inteira, e com ela toda a cultura humana, desaparecerá um dia não perturbaria um democrata optimista; pela sua parte, Chamberlain e Nietzsche mostraram como é possível utilizar o darwinismo para os fins de uma filosofia antievolucionista.

O actual poder crescente do pessimismo põe bem em evidência as raízes sociais desta concepção, ainda que se apresente essencialmente como um pessimismo cultural, como uma negação do progresso no que diz respeito aos problemas humanos fundamentais. A situação da *élite* intelectual do nosso tempo, tal como a acabamos de descrever, está intimamente ligada ao facto de que o pessimismo se mostra cada vez mais como uma atitude elegante, em oposição ao robusto optimismo plebeu; como a única atitude epiritual autêntica possível, como moralmente superior ao optimismo. Trata-se, mais uma vez, de um ponto de vista em parte justificado: num meio apoiado na apologia da vida capitalista, onde toda a fealdade, baixeza e desumanidade tem de ser em parte negada e em parte idealizada; num meio onde reina a concepção vulgar do progresso que identifica o desenvolvimento deste tipo de economia e da sua civilização técnica com uma marcha ascendente — sem tomar em consideração os efeitos destrutivos desta evolução no plano humano e cultural—, o ceticismo e até o pessi-

o mesmo podem perfeitamente manter-se a um nível intelectual e moral superior ao dos seus adversários. Contudo, uma inversão de valores está sempre iminente. Esta inversão verifica-se assim que o pessimismo se transforma numa concepção aristocrática satisfeita consigo própria, assim que ele conduz a uma aliança com as forças da reacção. O anti-historicismo e o pessimismo-metafísico de Schopenhauer pretendiam elevar-se acima das pequenezas da vida social e política, mas na realidade nada mais faziam, mesmo no próprio Schopenhauer, que sustentar o Terror branco de 48 e de após 48. Quanto ao progresso destas tendências aristocráticas pessimistas que se seguiram a Schopenhauer, ele não faz mais do que reforçar esse carácter decadente e reaccionário. Não é de modo nenhum por engano que Thomas Mann fala, para caracterizar a nossa época, da força de atracção da doença do depauperamento e da morte.

Todas estas tendências foram levadas ao extremo no seio do fascismo, porque, como acabámos de ver, o que caracteriza estas teorias racistas é um pessimismo e um aristocratismo absolutos. O «pessimismo heróico» do fascista é uma filosofia baseada no mais completo desprezo pelo homem, na exploração sem escrúpulos do profundo desespero das grandes massas de uma *élite* intelectual perdida. Os campos de exterminação de Auschwitz ou de Maidanek são a consequência imediata da política imperialista do fascismo. Porém, este sistema político e as suas manifestações nunca chegaria a desenvolver-se sem este aristocratismo que considera todo o ser de outra raça como não humano, sem uma concepção universal do desespero e sem a ausência de uma visão de conjunto social e histórica — tudo aquilo, enfim, que coloca uma nação inteira e o seu destino na situação de um aventureiro à beira do abismo.

3. Estamos já a aproximar-nos dos problemas propriamente filosóficos que constituem o objecto deste estudo. As considerações que se seguem vão conduzir-nos ao assunto central: negar ou afirmar a razão. Considerar a posição da filosofia perante a razão como um problema imanente à filosofia — do domínio da teoria do conhecimento, da fenomenologia ou da ontologia — é consequência de um falso academismo. As várias disciplinas não são mais do que aspectos da filosofia geral, cujos fundamentos devem ser procurados no próprio ser, como muito bem tinham visto os Gregos, assim como Fichte, para não falar nos materialistas. Para qualquer problema levantado pela teoria do conhecimento ou por qualquer outro ramo da filosofia, o modo de o pôr ou de o resolver depende do modo como o filósofo concebe a relação entre o ser e a razão e difere conforme a origem da existência e a essência do ser são, para ele, de natureza racional ou irracional.

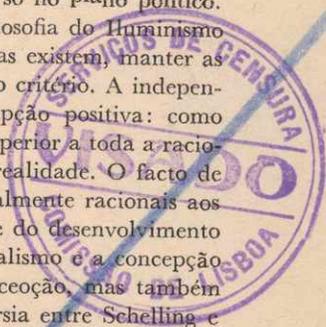
É impossível abordar aqui, mesmo de passagem, o problema filosófico do irracionalismo. Contentemo-nos com a indicação das suas relações com o nosso problema, o dilema aristocratismo-democratismo. A coordenação é mais uma vez perfeitamente visível. Não, evidentemente, no sentido simplista com que se perguntaria se tal pensador tem, do ponto de vista político, opiniões da direita ou da esquerda. Neste aspecto, há frequentes excepções: Sorel, por exemplo. No que diz respeito porém à concepção geral do mundo, a ligação é unívoca: o ponto de vista antiprogressista está quase sempre em íntima relação com o irracionalismo e com a noção, tão especial, de «nova *élite*». As tendências fundamentais de um Sorel correspondiam certamente a uma mentalidade socialista, mas de modo nenhum a uma mentalidade democrática. Também a ruptura, de tão graves consequências, entre o socialismo e a democracia se manifesta na sua filosofia.

Segundo a sua génese histórica, a ideologia anti-racionalista nasceu opondo-se à Revolução Francesa, pelo que se opõe fortemente ao conceito de progresso, à ideia de que as coisas do passado devem ser necessariamente destruídas pelas coisas novas. Constitui, portanto,

antecipadamente, uma defesa da velha sociedade aristocrática, e não só no plano político. A sua concepção geral do mundo é dirigida contra o racionalismo da filosofia do Iluminismo e pretende defender as instituições, etc., pela simples razão de que elas existem, manter as tradições são ou não racionais: é a rejeição da racionalidade enquanto critério. A independência, assim colocada perante a razão, transforma-se numa concepção positiva: como estas instituições, estas tradições, etc., representam qualquer coisa de superior a toda a racionalidade, nelas se vê a origem supra-racional e irracional de toda a realidade. O facto de um Burke, de um De Maistre ou de um Haller parecerem excepcionalmente racionais aos irracionaisistas de hoje apenas evidencia a profundidade e a amplitude do desenvolvimento alcançado por esta concepção do mundo. As relações entre o irracionalismo e a concepção aristocrática do mundo não determinam somente a génese desta concepção, mas também a sua própria estrutura filosófica. Recorde-se, a propósito, a controvérsia entre Schelling e Hegel acerca da intuição intelectual. Nela foi a oposição sólidamente elevada ao nível filosófico, ao mesmo tempo que o carácter, respectivamente, aristocrático e democrático, dos dois pontos de vista, se acha expresso com toda a clareza. Schelling pensa que a intuição intelectual, quer dizer, o órgão que nos permite chegar à realidade em si, exige um dom genial que não é possível adquirir pelo estudo. Esta ideia foi desenvolvida por Schopenhauer, Nietzsche, Bergson e pela escola de George, até ao irracionalismo contemporâneo. O importante não é distinguir entre as exigências de «genialidade» estética, moral, filosófica, psicológica, etc., importante é, sim, o princípio aristocrático que, depois de Chamberlain, se apresenta também como um princípio racista.

Hegel, pelo contrário, defende o ponto de vista segundo o qual o homem possui meios para chegar a uma concepção filosófica da realidade. Isso não significa, directamente acessível a toda a inteligência humana e que tenha na conta de supérfluos os trabalhos técnicos introdutórios à filosofia. O seu ponto de vista apenas implica que, em princípio, esta via está aberta a todo o homem normal. A comparação que ele faz acerca deste assunto é bem significativa: todos os soldados de Napoleão podem vir a ser marechais, mas, evidentemente, nem todos o serão; o mesmo sucede com o acesso dos homens ao conhecimento filosófico. A *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, já era dirigida contra Schelling pelo simples facto de opor ao «salto» irracional e genial da intuição intelectual um caminho racional — tanto individual como colectivo, tanto antropológico como histórico e social — para compreensão do mundo.

É preciso, evidentemente, não minimizar a importância da mudança de ponto de vista que aqui se operou: a razão hegeliana não é idêntica à dos filósofos do Iluminismo. Entre elas, há a Revolução Francesa e a crise da humanidade provocada pela sua vitória, e há a crise esta de que acabámos de estudar o reflexo na crise do pensamento democrático e da ideia de progresso. Em Hegel, a mudança de ponto de vista marca todos os problemas, assim como a própria estrutura da sua concepção do mundo. Também aqui não podemos ir além do esboço do fenómeno nas suas linhas gerais. Acabámos de mostrar as relações entre Hegel e a filosofia irracionalista do seu tempo. sabemos, também, qual foi a atitude de Hegel perante a Restauração e o Romantismo. Na nossa época, juntou-se muitas vezes negar ou a teniar a oposição que ele claramente manifestava perantesessas tendências, embora baste ler as passagens da *Filosofia do Direito* relativas a Haller ou a Savigny para ver, nitidamente, qual era a sua posição. No decorrer da Revolução Francesa, a razão, como acrescenta claramente Hegel, tornou-se senhora da sociedade e da história. O reino da razão está portanto realizado. Mas como se apresenta esta realização? Como muito justamente o demonstra Engels, esse reino coincide, na verdade, como o da burguesia. Acabámos de passar em revista, rapidamente, as contradições que, a este respeito, se manifestaram em todos os domínios da vida.



REPUBLICA DE PORTUGAL
COMISSÃO DE CENSURA

29

«O TEMPO E O MODO» N.º 412

Provas enviadas à Censura em
28 de 11 de 1966

Ref. 9



Perante a contradição inerente a toda a realidade histórico-social, a filosofia pode escolher entre três possibilidades: em primeiro lugar, diminuir e empobrecer a noção de razão, a fim de que o reino da burguesia possa continuar a parecer o da razão; pode, depois, considerar a realidade como irracional; e, mais uma vez, vamos pôr de lado as múltiplas variações possíveis no âmbito destes dois pontos de vista.

É Hegel quem faz aparecer uma terceira possibilidade: enquanto, em presença das contradições de que falámos, um destes dois pontos de vista se transforma na negação da razão e o outro apenas procura subtrair-se a elas, Hegel coloca resolutamente estas contradições no próprio coentro da filosofia e da lógica, bem assim como da ontologia e de toda a parte concreta da filosofia, seja ela a filosofia social ou a filosofia da história. Todos os elementos da realidade que, tomados isoladamente, são absolutos, enquanto factos definitivos aos quais nada se pode mudar, servem de base ao irracionalismo aparecem, em Hegel, como simples elementos da nova razão, como problemas que se resolvem dialécticamente. Todas as contradições que a filosofia pré-hegeliana tinha considerado como conflitos entre a razão e a realidade surgem, a partir desse momento, como simples oposições dialécticas da inteligência que conduzem ao novo racionalismo.

Deste modo, duas tendências filosóficas encontram em Hegel a sua plenitude: antes de mais, a antiga filosofia dos contrários, cuja descoberta remonta aos Eliatas e a Heráclito, mas na qual Hegel introduz sistematicamente a contradição como fundamento de toda a filosofia; depois, a filosofia racionalista moderna, tal como em Descartes, mas tendo em conta a viragem mundial devida à Revolução Francesa. Uma exposição pormenorizada é aqui, obviamente, impossível. Sublinhemos, somente, para melhor situar o problema, dois pontos característicos. Por um lado, a razão da história. O anti-historicismo dos filósofos do Iluminismo, a que tantas vezes se alude, é decerto uma lenda reaccionária, mas é exacto que, segundo a concepção desses filósofos, a razão una e imutável se afirma através das vicissitudes da história. Hegel mostra, pelo contrário, a evolução, a realização, a tomada de consciência e a afirmação da razão na história pela história. Por outro lado, as contradições da vida elevadas ao nível da tragédia aparecem como veículo e manifestações supre-

Provas enviadas à Censura em

29 de 11 de 1966

Ref. 9

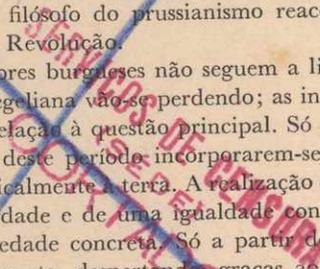
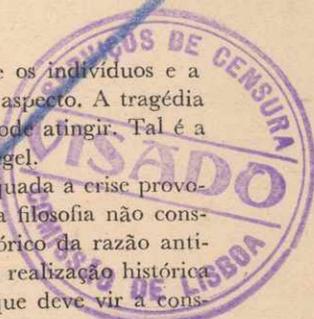
80

mas da própria razão. Isto é particularmente visível nas relações entre os indivíduos e a espécie. Contudo, os povos e as nações são igualmente indivíduos neste aspecto. A tragédia surge como a mais elevada forma de realização concreta que a razão pode atingir. Tal é a ideia comum ao *Fausto*, de Goethe, e à *Fenomenologia de Espírito*, de Hegel.

Assim, a doutrina de Hegel resolve e elimina da maneira mais adequada a crise provocada pela Revolução Francesa. Todavia, e por maior que ela seja, esta filosofia não constituiu mais do que uma solução relativa, metodológica. O conceito histórico da razão antitética estava descoberto, mas, do ponto de vista do próprio Hegel, a sua realização histórica completa era impossível. É a liberdade, com o seu novo significado, que deve vir a constituir o conceito central do desenvolvimento interno da razão, antitético em si; do ponto de vista concreto, porém, a filosofia hegeliana da liberdade marca, em consequência das condições desfavoráveis deste período (particularmente na Alemanha), um recuo relativamente à Revolução Francesa. É esta a razão por que uma névoa cintilante envolve a figura de Hegel. Alguns chamam-lhe o filósofo do prussianismo reaccionário, enquanto Herzen vê no seu método a álgebra da Revolução.

Como os seus alunos e sucessores burgueses não seguem a linha de Herzen, as novidades mais preciosas da dialéctica hegeliana vão-se perdendo; as inovações académicas permanecem sem efeito justamente em relação à questão principal. Só em Marx se verão os resultados e as experiências concretas deste período incorporarem-se no método filosófico. Em Marx, a razão hegeliana desce radicalmente à terra. A realização da liberdade e da igualdade torna-se a exigência de uma liberdade e de uma igualdade concretas para os homens que existem concretamente numa sociedade concreta. Só a partir de Marx e dos seus grandes sucessores se tornou a espécie concreta, despertando, graças ao seu desenvolvimento antitético e através das antíteses, para a consciência de si e para a actividade espontânea, o verdadeiro tema da história. Foi Marx quem, pela primeira vez, pôs em evidência o verdadeiro desenvolvimento do homem — e não esse sentimento desnaturado pelo capitalismo que faz dele um átomo no mundo «fetichizado» — nas suas relações concretas e antitéticas com os outros homens. As relações entre os homens surgem, daí em diante, como o fundamento da estrutura e do dinamismo do progresso, como os órgãos vivos através dos quais a razão se realiza na história.

Esta grande filosofia permaneceu, até hoje, quase totalmente sem efeito no mundo burguês; por isso foi preciso esquecer ou mascarar a dialéctica. Contudo, o curso das coisas não pode ser parado por este silêncio e por esta mutilação: continuamente se apresentam novos problemas dialécticos de uma importância cada vez maior — problemas que, em consequência da evolução filosófica que acabámos de esboçar, surgem a todo o momento como «dados insolúveis» do irracionalismo. Assim, distorcidas e falseadas, as perguntas recebem, necessariamente, respostas falsas e inadequadas, sem relação com os problemas concretos do homem.



4. Eis-nos, assim, chegados à crise do humanismo. Não são necessários longos discursos para pôr em destaque e existência real desta crise. Basta recordar que o fascismo reinou durante doze anos na Alemanha. Em que consiste, porém, esta crise do humanismo? Originalmente, e pela sua própria essência, o humanismo é o conhecimento do homem, com vista à defesa da sua dignidade e dos seus direitos. Por isso foi o humanismo combativo, e mesmo agressivo, desde o Renascimento, e através do século XVIII, até aos grandes momentos da Revolução Francesa. A crise que acabámos de analisar manifesta-se da seguinte maneira no que diz respeito ao humanismo: quanto mais intimamente solidárias estão com as filosofias antidemocráticas, antiprogressistas, e em especial com as filosofias racistas, tanto mais as diferentes ciências se desenvolvem em direcções anti-humanistas. O humanismo deixa de se fundamentar nas ciências concretas do homem, enquanto, pelo seu lado, a defesa da dignidade e dos direitos do homem se reduz cada vez mais a uma simples atitude defensiva ideologicamente condensada em abstracções, conduzido a uma passividade crescente e, pela perda de todo o contacto com a realidade social concreta, a um pálido utopismo. As causas decisivas desta crise ressaltam claramente da nossa anterior análise: o indivíduo isolado, que baseia as suas razões de vida nesse isolamento e que acredita achar-se enquanto pessoa privada, em face de uma sociedade que lhe é estranha, morta e desumana, só pode procurar, nesta base, meios pacifistas para cobrir a sua retirada.

Este empobrecimento do humanismo manifesta-se claramente na sua atitude em relação ao seu próprio passado e que produziu de maior no plano prático: a Revolução Francesa. Grandes escritores humanistas, como Vitor Hugo em *O Noventa e Três* e Dickens em *Duas Cidades* (!), constituem exemplos bastante típicos desta atitude. Quer no plano nacional, quer no da política externa, o humanismo é incapaz de opor qualquer coisa de verdadeiramente eficaz à política «realista» e desumana das forças no poder. Os conselhos humanistas reduzem-se a um «não faças frente ao mal» e um «conserva a tua rectidão individual», etc. O pacifismo puramente humanitário da primeira guerra mundial, a sua maneira de se proclamar abstractamente como o defensor do homem abstracto, não podiam indicar uma direcção para uma acção humana efectiva. Daí que a corme decepção dos intelectuais mais destacados dessa época coincida com o facto de a ideologia anti-humanística ganhar, de dia para dia, força de fascinação cada vez maior, em extensão e profundidade.

Esta fraqueza do humanismo reside no relaxamento das sus relações com a democracia em geral e com a democracia combatente em particular. Vitor Hugo e Dickens são, decerto, autênticos democratas. A crise do humanismo manifesta-se neles pelo facto de a verdadeira via para a realização dos seus ideais os assustar, levando-os a perder-se no labirinto de contradições criado pela Revolução Francesa, e porque o futuro da humanização da espécie humana não parece oferecer-lhes qualquer saída praticável. Aceitam os ideais jacobinos mas repudiam os métodos de os realizar. A recusa destes métodos é, porém, um sintoma do enfraquecimento do pensamento democrático e do humanismo activo. Enquanto os adversários da democracia, não sendo detidos por nenhum escrúpulo humanista, lançam mão de todos os processos para a realização dos seus fins reaccionários, a ideologia do humanismo democrático, atingido este ponto crítico, mostra-se, por um lado, conservadora no seu método de apoiar os ideais pré-revolucionários da filosofia do Iluminismo, ideais de facto absurdamente desviados do seu fim, e, por outro lado, hipercrítica e de um cepticismo autodestruidor no que respeita aos meios de realização concreta destes ideais. A negação do mal conduz a uma capitulação exterior diante dele, apenas se esforçando o indivíduo dominado por preservar de qualquer mácula a sua pureza moral individual. Só perante o triunfo das tendências anti-humanísticas e antidemocráticas, no período de conquista do fascismo e duranteo

Pol. 9

82

Provas enviadas à Censura em

28

11

de 1966

seu domínio, o humanismo reagiu, enfim, de um modo mais realista. Pode considerar-se Anatole France como o precursor desta reacção; apesar de um forte cepticismo em relação aos ideais dos jacobinistas, que devem ser ultrapassados, aprova o seu método heróico activo. Este movimento mostra bem que, deste ponto de vista, alguma coisa mudou nos humanistas mais eminentes do nosso tempo. Ultrapassar os ideais jacobinistas implica uma tomada de posição concreta e positiva perante o socialismo, o que não significa de modo nenhum que os humanistas devam forçosamente passar ao socialismo, mas somente que a sua concepção do conteúdo social das ideias democráticas se tornou mais concreta, de um humanismo mais realista que ultrapassou o velho formalismo; eles começam a perceber que a violência anti-humana, a violência desencadeada pela loucura anti-racista, só pode ser vencida pela violência desencadeada pela loucura anti-racista, só pode ser vencida pela violência, pelo poder do povo enfim desperto para a vida democrática. Esta evolução vemos-la cumprir-se em Romain Rolland passando do gandhismo à humanidade combativa; foi, também, a que seguiram Thomas e Heinrich Mann. Trata-se de uma reacção importante contra a evolução do fim do século passado. É o início do restabelecimento da aliança entre o socialismo e a democracia, e, através dela, da passagem a um humanismo concreto. Pelo seu lado, a segunda guerra mundial, a luta dos povos contra a «ordem nova» fascista, suscita neles — em graus diferentes segundo os países — reacções que tornam possível a cristalização de numerosas formas de vida democrática da nova Europa.

Eis-nos, desta forma, chegados ao problema da nova Europa. Cremos que o caminho seguido indica claramente a resposta que aqui deve ser dada. A nova Europa não poderá criar-se e manter-se senão quando conseguir extirpar as raízes do fascismo, mesmo no plano ideológico, de modo a tornar impossível a sua volta. Não é esta a ocasião para dizer quanto é suficiente aquilo que neste sentido foi feito até hoje quer em matéria de política interna, quer em matéria de política externa. Se procurarmos tirar alguns ensinamentos do domínio fascista do ponto de vista da concepção do mundo, verificamos que ele encontrou mais forte resistência onde reinava no povo um verdadeiro espírito democrático — U. R. S. S., Jugoslávia, França —, e não um liberalismo formalista diluído. Ora esta verificação é justa mas insuficiente. Devemos aperceber-nos de que o fascismo nunca teria podido vencer sem esta crise da democracia e aquele complexo de ideias que a ela se ligam e das quais traçamos um panorama. Esta crise tornou as massas e a elite intelectual acessíveis ao veneno ideológico da teoria racista e tornou impossível, ou quase impossível, a resistência ideológica. É necessário, de futuro, mostrar em todas estas questões mais clarividência e mais energia do que as que se puseram em luta contra a subida do fascismo; importa descobrir, antecipadamente, as posições de recuo da reacção — tal como assinalámos no início desta expedição — a fim de tornar impossível qualquer restabelecimento e qualquer nova realização concreta da sua ideologia.

Para tanto, é necessário desenvolver uma concepção democrática do mundo; melhor, é indispensável saber-se que, em matéria de aristocratismo e de democratismo, não é possível ser-se natural e que qualquer atitude filosófica implica uma tomada de posição perante a democracia. Por outro lado, um destino como o da República de Weimar mostra bem a fraqueza e a impotência inevitáveis de uma república sem republicanos e de uma democracia sem democratas.

Sei que muitas pessoas acreditam, hoje, no valor de um retorno à democracia de antes da guerra, de uma restauração da velha democracia formal. Esperamos ter demonstrado que esta última voltaria a passar inevitavelmente pela antiga crise fazendo assim renascer perante as massas a força de atracção da ideologia reaccionária, e tudo isto, como a história o prova,

a uma escala muito maior. O breve período e depois da guerra que acabamos de viver mostra já, com uma grande quantidade de exemplos, como esta forma de vida social é passiva em relação aos inimigos da democracia, quando esta última se ergue com todo o seu poder contra aqueles que verdadeiramente a desejam renovar. Creio, pessoalmente, que estes são, com frequência, socialista ou comunistas. Seria enunciar erradamente o problema, com todas as graves consequências que isso traria, falar aqui de uma escolha a fazer entre a cultura burguesa e o socialismo ou entre as formas de democracia oriental e ocidental. São justamente estes falsos dilemas de antes da guerra que é hoje necessário ultrapassar. O falso dilema «fascismo ou bolchevismo» contribui extraordinariamente para o enfraquecimento das forças progressistas no período que antecedeu a conflagração mundial.

Durante a guerra, em 1941, produziu-se uma importante modificação que está directamente relacionada com a indispensável modificação da frente de que estamos a falar. Se se quer que a paz seja ganha da maneira como a guerra foi ganha — mantido tudo igual —, a política de 1941 deve ser continuada. É preciso compreendermos bem que, depois dos efeitos devastadores do falso dilema de antes da guerra, a história universal oferece agora à democracia uma possibilidade inesperada de renascimento político, social e ideológico. A única questão que se põe é: «como utilizar essa possibilidade?»

Não é nossa função delinear aqui um programa, ainda que estejamos convencidos de que as nossas observações negativas e críticas lançaram alguma luz sobre certas das linhas gerais desse programa. Dessas observações ressalta a necessidade de uma reforma enérgica da nossa concepção do mundo; categorias como liberdade e igualdade, progresso e razão, devem revestir um novo brilho, um novo significado, e isso é possível desde que o conteúdo social da ideologia democrática, adaptada as novas condições, encontre a plenitude e o poder iluminador que teve em 1793 e em 1917, categorias às quais, além disso, se esteve agarrado durante muito tempo e que em certos meios se transformaram em axiomas, tais como a «constituição das massas», e devem vir a tornar-se caducas.

Do ponto de vista da concepção do mundo, esta última modificação é particularmente importante, pois o medo às massas, o desprezo pelas verdadeiras massas organizadas e conscientes, era e continua a ser uma das mais importantes vias ideológicas de acesso ao fascismo, quer entre as próprias massas, quer entre a *élite* intelectual. Um último ponto, mas de modo nenhum o menos importante (*the last but not the least*), acrescentamos ao exposto: a necessidade de ultrapassar, de um modo positivo, o isolamenoindividualista; é necessário despertar o cidadão. Sinto grande satisfação em ter oportunidade de falar deste assunto na Suíça, pois a Suíça pode orgulhar-se de ter tido, no século XIX, o maior poeta cidadão do ocidente, Gottfried Keller, e considero uma honra poder combater aqui sob a sua bandeira. Em primeiro lugar, a sua obra, e, depois, ainda melhor, toda a história do século XIX, ensinam-nos que só homens para quem viver como «cidadão» se tornará uma forma de vida quotidiana serão capazes de reconstruir uma verdadeira Europa nova. Mas ninguém pode tornar-se cidadão apenas porue tal resolveu. A causa do desaparecimento do cidadão, na Europa Ocidental, ou da sua transformação numa criatura abstracta, reside numa vida pública na qual não foi oferecida às massas nenhuma possibilidade de acção contínua e onde a ligação dos problemas essenciais da sua própria vida com os da vida pública não se podi estabelecer senão através de vias distorcidas e coruptas. Esta transformação dos seres de que se compõem as massas em «homens privados», tal como se produziu nas velhas democracias formais, paralisa estes seres e dá lugar a um tipo humano, a uma mentalidade e a uma moralidade, contrárias a toda a verdadeira democracia viva e viável. É necessário, no entanto, colocar-se em guarda contra um falso dilema saído do pensamento dominado pela «fetichização». As pessoas da nossa época fazem facilmente esta pergunta: é o homem novo, neste caso o cidadão

ressuscitado, ou são as instituições da nova democracia que devem reeducar os homens e fazer deles cidadãos? De facto, este dilema não se põe: é na medida em que os homens combatem pela nova democracia, na medida em que eles a reconstruem, que nasce neles o espírito de cidadão; na medida em que transformam a sua concepção do mundo, entram na luta pelas novas instituições da democracia.

Objectar-se-á, talvez, que esta nova democracia não é outra coisa senão uma tentativa para restabelecer as antigas democracias directas, quando já Rousseau tinha reconhecido que os grandes Estados modernos não se prestam à democracia directa. Neste aspecto particular, os liberais louvam Rousseau desmedidamente. É fácil de compreender que uma democracia directa no género da de Atenas, na Antiguidade, é completamente impraticável. No seu tempo heróico, porém, a grande Revolução Francesa estava toda ela imbuída do espírito da democracia directa e de elementos concretos delas tirados, assim como a vida económica, social e cultural da Comuna de Paris e da União Soviética contém uma infinidade de elementos que saíram da democracia directa. O facto de todas as questões concretas da vida quotidiana, enquanto questões do domínio da vida pública, interessarem as grandes massas de um modo directo mostra que é consciente a incorporação destes elementos na democracia proletária. A resistência em especial na Jugoslávia e em França, continua, naturalmente, larga margem desses elementos. Per toda a parte onde, depois da vitória do movimento da resistência, tais elementos foram abolidos, surgiu o perigo de um enfraquecimento concominante da defesa contra os restos do fascismo e, simultaneamente, de uma paragem do entusiasmo posto na construção da nova democracia.

A Europa luta para tomar um novo aspecto. Hoje, de ponto de vista formal, o que parece estar em causa são os vários tipos de democracia: a questão está em saber se a democracia é uma simples forma político-jurídica de Estado ou se deve tornar-se numa forma de vida concreta para o povo. Por detrás disso dissimula-se, contudo, um outro problema: o do poder. Deve a democracia continuar a ser uma forma de domínio anónimo das «duzentas famílias», como se diz em França, ou é possível fazê-la evoluir de modo a transformá-la numa verdadeira forma do poder do povo trabalhador? Na nossa opinião — quer no sentido ideológico quer no político —, só a segunda solução e a escolha de uma concepção democrática do mundo adequada ao esclarecimento e ao encorajamento da sua realização prática poderão levar ao nascimento de uma nova Europa, segura de impedir a volta do fascismo e o perigo que ele traz consigo de novas guerras e de novas devastações.

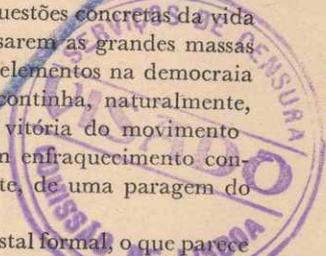
Ainda que não passe de um germe nascido sob o signo da contradição, a aliança de 1941 foi, desde a sua origem, mais do que uma simples aliança política. A sua forma inicial foi suficiente para permitir ganhar a guerra. A luta para uma paz verdadeira deve, porém, renovar o que era essencial do conteúdo ideológico de 1941: a aliança entre o socialismo e a democracia e a verificação de que os socialistas e os verdadeiros democratas se encontravam tão intimamente ligados na luta contra o inimigo comum, contra o inimigo da civilização, da cultura e da evolução, enfim, contra o fascismo, que as suas divergências de ponto de vista não os podiam separar por mais fortes que elas fossem no plano social, económico, político, cultural e universal. É esta aliança que constitui o conteúdo ideológico de 1941. E é a própria democracia que depende decidir se, com o auxílio desta aliança, levar a bom termo a luta para a renovação da Europa, promovendo assim o seu próprio e brilhante renascimento, ou se quer voltar a descer à situação de espectador impotente de um novo Munique. A finalidade da nossa intervenção foi a de esclarecer, do ponto de vista de uma concepção geral do mundo, as condições deste dilema.

(Trad. de M. VILLAVERDE CABRAL)

«O TEMPO E O MODO» N.º.....

Provas enviadas à Censura em

de de 196...



Provas enviadas à Censura em

78 de 11..... 1966

Ref 3



(1) FRANZ FANON, *Les Damnés de la Terre*, Ed. Masjero. Paris, 1962.

(1) Foram estes os argumentos eduzidos por Denis de Rougemont no artigo «Sarre contra é Europa», publicado no Jornal *Arts*, de 17 de Janeiro de 1962. Cf. Jean-Marie Posenoch, «Sartre et é Europe» in *Esprit*, pp. 454-463, Março 1962.

(1) *O Esp,rito Europeu*, trad. port. *Publicações Europa América*, Lisboa, 1962.

(1) MICHEL FOUCAULT, *Les Mots et les Choses*, Gellimond, Paris, 1966.

(1) O texto de Borges cita uma enciclopédia chinesa em que os animais se dividem em:

- a) Os que pertencem ao Imperador
- b) os embalsemados
- c) os domesticados
- d) os leitões
- e) as sereias
- f) os míticos
- g) os cães vadios
- h) os incluídos na presente classificação
- i) os que se agitam como loucos
- j) os que não se podem contar
- k) os desenhados com um pincel muito fino, de pêlo de camelo
- l) et caetera
- m) os que se «lixarem»
- n) os que, de longe, parecem moscas

Foucault escreve: «Le génie qui fait rise qard on lit Borges est apparenaté-sens doute en profond meloise de ceux dont le lengege est reuné: ovuï perda le «commun» du lieu et du nom». Cf. op. cit., pág. 10.

(1) Op. cit., pág. 7.

(1) ÁLVARO DE CAMPOS, *Poesias*, 1.ª ed., pág. 156.

(1) *O Esp,rito Europeu*, op. cit., pp. 72-75.

(11) É o caso, por exemplo, de Portugal.

91

O TEMPO E O MODO, N.º 42
Provas enviadas em



O TEMPO E O MODO

78

O espírito de Cristo nada tem que ver com estas distinções entre italianos e alemães, franceses e ingleses, ingleses e escoceses. Aonde encontraremos a caridade que nos faz amar nossos próprios inimigos, se uma mudança de nome, um modo de vestir um pouco diferente, um cinto, uns sapatos e outros misérias semelhantes levam os homens a odiarem-se uns aos outros?

ERASMO

Denn des ist Humanismus
Sinnen und Sorgen

HEIDEVGER

Trxs histórias e uma só moral

Albert Schweitzer narrou algures uma lenda africanq que procura explicar as desigualdades de cor entre os homens. Ao princípio — diz a lenda — todos os homens eram negros. Adão o era, e como Adão seus filhos, Abel e

Caím. Após o crime deste último, o Senhor perseguiu-o e encontrando-o perguntou-lhe: «Que fizeste do teu irmão?». Ao ouvir esta pergunta Caím fez-se branco e a primeira frase que pronunciou nessa qualidafe foi a negação famosa: «Porventura sou eu o guarda do meu irmão?». A partir desse momento, passaram os homens a distinguir-se pela cor da pele: a posteridade de Caím tomou a cor branca, a de Abel conservou a negra. E como o crime compensa sempre, não há que espantar que os descendentes do assassino hajam prosperado e que os justos tenham sido, ao longo dos séculos, humilhados e ofendidos.

Se esta lenda traduz uma determinada visão que o homem negro tem do homem branco o que é, pelo menos, historicamente exacta, traduz ainda uma situação que, historicamente também, se atingiu e que não deixa de se prestar a algumas reflexões. Em pleno século XX, o homem branco — com o escuro por confundido surge perante a opinião judicativa dos outros povos, como réu e como réu culpado. Os seus crimes retiraram-lhe e pigmentação a sua cor é uma cor de ausência e a única resposta que tem para dar é a impreciação -egoísta. Poucas justificações apresenta, a sua razão de ser e o papel que no mundo possa ainda representar acham-se gravemente comprometidos.

Não é sem razão que, e agora pelo próprio pena de europeus ilustres, apólogos semelhantes se achem registados. Recordemos apenas o conto de Blermann Messe em que, após novo dilúvio universal, em nova Arda de Noé, os cinco cínicos representantes salvos aos cinco continentes falam das contribuições repectivas dadas à civilização universal. De todos só um o europeu nada tem de original a apresentar: de tudo que era alheio se serviu, nada de próprio encontrou ou inventou. Por isso, os outros o lançarão fora da barca. Não estamos muito longe da apóstrofe de Sartre:» *Li Europe est fontue. Uma vérité qui n'est pas bonne à dire, mais dont — n'est-ce pas meu chers co-continents? — nous sommes tous entre chair et cuir conveiuuncus*. A prova disso qu a Europa está é que o autor do ivro, onde Sartre deixou em prefécio as palavras transcritas, não se dá sequer ao trabalho de se dirigir aos europeus: «*On y parle de vous souvent, o vous jamais*». Para Fanon tornamo-nos «objectos» da história. Com objectos não se fala.

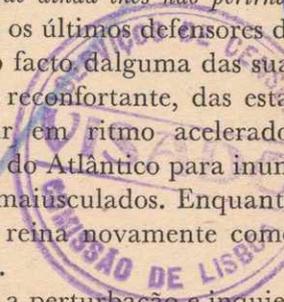
As palavras e as Coisas

Criminosos, egoístas, parasitas, inúteis, objectos da história. Uma tal visão, mais generalizada do que se convém, até pelo que contra ela se luta, donde brota, que raízes encontro? Como aconteceu que o comum or8ulho

de pertencerm à «mãe das civilizações» se haja transformado no pelourinho onde o que de nós resta se pendura? Que transformação, ou transformações, ditaram esta crise de consciência, se não esta móconsciência? Quem pode ainda, mesmo entre aqueles que o negam, fazer suas as palavras escritas por Hegel há menos de duzentos anos: «Desde que os navios deram a volta ao mundo, o globo é para os europeus um círculo fechado. O que ainda lhes não pertence, ou não lhes interessa ou ser-lhes-á submetido»? O mais que os últimos defensores da superioridade europeia alegam em defesa dela (1) é o facto dalguma das suas nações conhecerem, como nunca, uma prosperidade reconfortante, das estatísticas apontarem números com tendência a subir em ritmo acelerado, da doce sociedade da abundância descer do lado de lá do Atlântico para inundar com seus frutos as velhas terras dos patrimónios maiúsculos. Enquanto se aguarda — dizem-nos que uma bandeira comum reina novamente como um só rebanho esta prósperas pátrias em diáspora.

Os argumentos são fracos e estas vozes não calam a perturbação e inquietação patentes com que, pelo menos de há cinquenta anos a esta parte (1), os intelectuais e políticos europeus interrogam a Europa, auscultando o sentido possível que o termo possa ainda censurar, ou vencendo fórmulas jurídicas que deem realidade ao que, até sob essa forma, se vai revedando ficção. Uma longa série de ocos e belopos lugares-comuns é o mais que conseguiram encontrar para após um desmentido as teses negativas ou catastrófistas que já no fim da primeira guerra mundial. Oswald Spertzler anunciava, com o misto de lucidez e mistificação que a vocação de Cassadra quase sempre pressupõe.

Compulsemos a título de exemplo. o volume dedicado ao primeiro dos Encontros Internacionais de Genebra que naquela cidade decorreu em 1946, submetido ao significativo tema *O Esp'rito Europeu* (1). Oscilam as comunicações apresentadas entre o mais apocalíptico pessimismo é mais duvidosa retórica. Folheando-as, e através do desigual udor de cada uma delas e de nomes tão diversos como Julien Benda, Georges Bermonos, Karl Jaspers, Stephen Spender, Jean Ghehénno, Denis de Bayemont, Georg Lukács, em todas encontramos insólitas afirmações demonstrativas do que atrás se vem dizendo. Bendo sustento que «A Europe perdeu a consciência da sua unidade», que deixou de ser «o cérebro dum vasto corpo». Bernonos invectiva-a achando «que a Europa tem mécora» (...) «Se descomple» (...) «apodrece»; Jaspers alinha uma série de nomes e diz que «a Europa é o B'blia e a Antiguidade (...) é Hogero, Esquilo, Sópocles, Eur'dides, é F'dios, é Platão e Aristóteles e Plotino, é Virg'lio e Horácio e Dante e Shakespeare, é Goehé, Cervantes, Recina e Moliere, é Leonardo, Rafael, Miguel Angelo, Rembrandt, Velasquez, é Bach, Mozart, Beethoven, é Sto. Agostinho, Sta. Ansalmo, S. Tomás, Nicolau de Cusa, Espinosa, Pascal, Rousseau, Kent,



COMISSÃO DE CENSURA DE LISBOA

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em 28 de de 1966



Hegel, é Cícero, Erasmo, Voltaire (...) Rougemont entra em êxtase para proclamar que «a Europa é o pensamento do mundo» e terminir dizendo: «Pensando na Europa e na sua vocação mundial, conida-vos a dizer comigo: «Penso, logo nela existo!»; Guehenno sustenta, na esteira de Valéry, que a Europa é o novo Hamlet; Lukacs profetiza um novo mundo e garante que só uma Europa socialista nela sobreviverá. A ilustração propositadamente caricaturiza e basta, pois o que sob a retórica quase se não oculta, é a trágica confusão entre as «palavras e as coisas», umas tomadas por outras à medida da vãos desejos e fundas alienações, que assim se não querem assumir, como ainda recentemente teno-lo lembrou Michel Foucault (1). Estas pseudo-definições duma pseudo-realidade estarão reclamando longe do texto de Jorge Luis Borges que Foucault afirma ter-lhe servido de ponto de partida para o seu livro? (1). Não sentiremos perante elas o que o autor citado chama «*é impossibilité sue de pensar cele?*» (1).

Creio que a resposta não oferece dúvidas. Mas vejamos.

A retórica parte geralmente da geografia, onde a Europa mais não é do que «pequeno cabo da Asia» na célebre expressão de Valéry limitada pelos Ureis e pelo Atlântico, para, nela suportada, se passar à ética e logo é valor supremo, à sociologia e portanto é super-estrutura englobante e englobalizadora, ou é metafísica e definem-na como princípio espiritual, ou «sendo» de qualquer Ser. Outras vezes, o princípio definidor é o da oposição e assimilando a Europa ao Ocidente é ela contraposta ao terrífico e mútuo Oriente ao «*Oriente budista, boamásico, sinto,sta ao Oriente que tudo o que nós não temos*» (1). Outros ainda, em termos mais caseiros, se diz que os europeus erros vêm de se não ter escolhido o Mediterrâneo contra o Atlântico, os Alpes contra os Urais, o cosmoteologismo místico-existencial, contra o entropocentrismo nacionalista. Vogamos num tranquilo mar de absurdo, que termos como Europa, e Ocidente parecem irresistivelmente evocar, o que linha a linha se nos depara nos discursos ou textos de quase todos os que, dos enos 30 aos anos 60, se tem ocupado com este tema e se tem perguntado: «O que é a Europa?»

O que é a Europa?

Para tentar encontrar uma resposta a esta pergunta, e mesmo para avaliar do hipotético sentido dela, forçoso é colocar e questão nos termos em que Jean Wahl a pôs em Genebra, objectando ao romantismo de Julian Bental (1), Se a Europa é uma realidade, ela só pode ser uma realidade de consciência ou, então, uma realidade histórica ou geográfica.

Se a tomarmos como uma realidade de consciência (além de nos termos de interrogar sobre que isso seja) teremos que afirmar qualquer coisa a que só nós damos realidade e que, portanto, «em si» não pode ser isto ou aquilo, ter ou não ter consciência disto ou daquilo, se a tomarmos como realidade histórica ou realidade geográfica, há que a definir cuidadosamente nesses termos e guardarmo-nos de extrapolações indevidas. Pois deve parecer evidente que o facto duma determinada porção da terra estar situada em tal ou tal região do globo não nos deve autorizar a inferir que existe um espírito comum a esses lugares; igualmente parece evidente que o facto de numa admitir) ter surgido nesses sítios esta ou aquela civilização os não permite estabelecer uma relação de causa a efeito entre aqueles e aquelas.

Resta ainda observar que a definição por uma realidade geográfica só tem sentido quando a essas outras se opõem e que assim vamos cair nas dicotomias acima referidas (sempre muito mais do que geográficas) que, para além dos palácios evidentes, a não poucos maniquismos tem conduzido. Bem demais conhecemos as trágicas consequências deles, que passaram ou passam pela pura e simples afirmação duma superioridade gratuita e os slogans da «defesa do Ocidente» e outros sonoros mimos que só não são ridículos pelo muito sangue que já fizeram correr. Historicamente, a outro lado, também não temos realidade alguma. Além do facto, sobremaneira evidente, da história da Europa estar ligado à de outros continentes (há quantos anos sabemos nós que «milagre grego» foi coisa que só existiu na mente de alguns românticos exaltados) subsiste esse outro que a secção de história em que algumas importantes conquistas espirituais e materiais partiram da Europa é demasiado estreita para que possamos ser conduzidos a qualquer essência dela.

Não sendo, pois, nem realidade de consciência nem realidade histórica, nem realidade geográfica, a Europa não é realidade alguma (a menos que naquela visão que na Idade Média se chamava realista) e a pergunta que pergunta pelo sentido dela é uma pergunta que, ele mesmo, não tem sentido. Europa nada mais é do que um nome de continente, que apenas nos permite certas analogias e certas associações que só são legítimas se por associações e analogias as tomarmos.

O que interessa, assim sendo, não é, pois, procurar um «espírito europeu» que é coisa que nunca existiu, existe ou existirá, mas interrogarmo-nos sobre o que uma dada evolução histórica ocorrida neste canto do planeta permite hoje que se aguarde dele. Ou seja, e por outras palavras, o que temos nós, europeus, obrigação de perguntar é o seguinte: quais as contribuições, que na era planitária que é a nossa haverá a esperar do que resta da civilização greco-romano-cristã que para bem ou para mal se desenvolveu e subsiste no espaço geográfico conhecido pelo nome de Europa? Para que nos possamos inquirir — como notava Jean Wahl — se há contribuições específicas — e

Provas enviadas à Censura em 11 de 196..

quais — que os homens e países ditos europeus possam prestar à civilização mundial para que nos encaminhamos no preciso época histórica em que vivemos.

É o que se tentará expôr de seguida, com duas ressalvas importantes e que devem ser sublinhadas: é a primeira o facto dos residuos do que se convencionou chamar civilização europeia não serem idênticos em todos os países geográficamente na Europa incluídos: afigura-se claro que a periferia mediterrânica dela apresenta, hoje ainda, problemas mais semelhantes com os do chamado terceiro mundo, do que com os restantes do velho continente (11), como muito diversas são os problemas vividos pelos países do oriente dele; é a segunda o de que nada nos autoriza a supor que essa contribuição seja idêntica à que foi num passado mais ou menos distante, ou da que será num futuro que não sabemos qual seja: com adiante veremos, o que pode hoje ser original contribuição da chamada Europa pode estar mais próximo de contribuições que no passado doutros continentes vieram do que daquelas que ela mesma forneceu; transformações políticas, económicas e sociais futuras podem bem levar a que essa contribuição outra venha a ser e que aquela que aqui propugnaremos para a Europa venha a provir, afinal, de outras paragens do planeta, quiçá de outros planetas.

O Fim dos Humanismos

E assim somos levados a debruçarmo-nos um pouco sobre a tão falada crise europeia, afim de nos interrogarmos, *atentas as reservas acima espostas*, no que essa crise é e significa. Será ela sem dúvida uma crise política, se traduzirmos este termo por uma quebra de influência ou de prestígio que poucos De Gaulles existem para negar: as duas maiores potências mundiais não são potências europeias (11) e, se alguma coisa podemos profetizar, não o são também aquelas que maiores probabilidades têm de vir a recolher o cetro destas: a China e a futuras potências africanas ou latino-americanas. Será uma crise económica, se nos não deixarmos iludir pelas estatísticas exibidas por estruturas ilusórias e olharmos para o insustentável parasitarismo sobre que vivemos. O neo-colonialismo pode alimentar muitas ilusões, mas por muito tempo que dure não durará sempre; crise social sê-lo-á também num continente que exporta turistas ricos para os países pobres e importa trabalhadores pobres para os países ricos. Mas acima de tudo (ou pelo menos para o que mais nos importa) crise de cultura crise de civilização, crise chamada espiritual.

É um facto, que não pode ser iludido, o de que nenhuma nova realidade espiritual dominante ou nascente-se produziu neste século em solo europeu. O marxismo, a psicanálise, as filosofias da existência parecem ter sido, até à data, as últimas produções da chamada civilização europeia e todas elas, embora com seu florescimento no século actual, remontam ao século XIX e redicam hoje, mais profundo e existencialmente vividas, fora do solo europeu. Daí que as últimas «modas» culturais largadas na Europa decorram sobre o signo do impasse ou do fim próximo. Fala-se da crise ou «morte» das ideologias, põe-se em questão o papel da Arte e o seu lugar no futuro (após se lhe ter apressadamente vestido o figurino pragmático e utilitário que manifestamente lhe não servia), proclama-se o fim da filosofia, invocando os últimos dos seus grandes nomes que o silêncio («*Aquilo de que se não pode falar deve o homem calar*» (11)) quer o poesia como lugar adequado às locuções com que o pensador metafísico tradicional se ocupou (o Heidegger dos *Molzwege*). A nova escola estruturista francesa (Foucault, Althusser) disfarça uma vidente impotência criadora com um criticismo acerado e, por vezes, lícido e conclui Jean Paul Sartre o último filósofo encortado e actuante do país de Descartes, ao patíbulo filosófico, apelidando-o de último dos metafísicos e último dos filósofos (11). O papel da ciência é igualmente suspenso e suspenso e, cúpula do que muitos vêem como trágicas derrocadas, o humanismo, glória e carne do chamado pensamento europeu, é examinado a nova e muitos mais baça luz. Eis pretextos mais que suficientes para autorizar o brado «*L'Europe est foutue*»; eis igualmente, cremo-lo, perspectivas mais que suficientes para suscitar novas visões. Tentemo-las, pegando, povo tanto, no pejo que o último conceito invocado — precisamente o de humanismo — nos oferece.

Não se trata, é evidente, de discutir aqui o que humanismo seja, mas, outrossim, de, examinando as suas premissas descortinar o que este termo pode ou pode em si alimentar e o que o sua ausência ou falência pode permitir. É sintomático que a última metafísica em tempo lançada — o existencialismo — se tenha exactamente reclamado deste termo para se justificar, como sintomático é que Sartre tenha julgado responder às críticas ao seu sistema feitas infocando-o na conferência famosa *L'Existentialismo est un Humanisme*. Mas mais sintomática é ainda que tenha sido em torno desse termo e dessa pretensão que se travam a mais pertrante polémica filosófica destes tempos, e que exactamente quem o suscitou, para irrefutavelmente responder a Sartre, fosse o mestre tantas vezes por este invocado, Martin Heidegger. As implicações da sua *Carta e Beaufret* são, com efeito, tão fundas que é, em torno delas, que nos parece destacar-se singularmente a própria crise — ou desamparo — tantas vezes invocada pelos intelectuais europeus.

«O TEMPO E O MODO» N.º... 42 98

Provas enviadas à Censura em

... 78 de 4 de 196 9

RS



Início — OSCAR

O idela humanista surge historicamente ligado ao cultivo das humanidades e, conseqüentemente, ao conceito de *humanista* que após o humanismo quinhentista havia de ser precisado e ampliado com os de racionalidade e naturalismo. Pressupõe o primeiro como igualdade de essência para todos os homens, como uma vocação universal, ao serviço de valores igualmente universais e a que todo o homem, enquanto tal, pode aceder. Tal como não há duas verdades, não pode haver duas morais ou duas belezas. Verdade, moral, beleza seriam valores universais, comuns a toda a humanidade, e a eles o homem aspira, na medida em que para essa universalidade tendo a essa universalidade suscita. O século XVIII traria, com o preconceito naturalista com que pretende corrigir ou substituir as visões religiosas, a perspectiva que os homens do século XVI se haviam porventura, esquecido de inserir. Tais valores estariam inseridos na natureza humana e na natureza mãe, a recebiam, por isso, uma racionalidade que com a própria realidade se confundia. Vivendo em obediência a eles, a felicidade, ideia nossa na Europa, podia ser atingida. O máximo que em tensão didáctica se podia argumentar dentro destes estreitos limites ilustrarão a obra, por isso mesmo

tantos anos desatebdida, do mais lúcido e extremista dos humanistas de setecentos: o Divino Marquês de Sade. A obra deste mais não é, com efeito, que a procuro, através dessa obediência naturalista, das forças que podiam levar o homem a desenvolver as suas potencialidades, em acôrdo e ao serviço da própria natureza (11).

Estes básicos pressuposto de qualquer humanismo — existência duma só natureza humana, duma universalidade dessa natureza e da racionalidade dela, com a normatividade de tal valoração decorrente — vão ser postos em causa nos últimos séculos por diversíssimas razões, particularmente detectadas nas obras proféticas de Movx, Vierkejaard, Nietxche e Freud. Um humanismo integral só é hoje possível se fizermos delas tabela rasa e não há que estranhar que o mais recente proposta dela nos venha dum pensador, como Jacques Maritoin, que se situa em esquemas mentais medievalistas. Mas a ilusão de que era possível um humanismo que, rejeitados os seus presupostos clássicos, se apresentasse como um *novo humanismo* não desaparece e é ela exactamente que doutro vai retomar na sua conferência.

Lúcidamente, rejeita o autor de *Les Mots* a noção duma natureza humana e a duma universalidade de valores, reputando assim, com alguma coerência, o humansimo a que chama clássico e que pressuponha o homem como fim e valor supremo. Vai mesmo mais longe quando diz. «*O culto da humanidade conduz ao humanismo fechado de Conte e, é necessário diz-lo, ao fascismo: w um humanismo com o qual não queremos nada*» (11). Mas com estas críticas Sartre não enterra o humanismo. Ele é-lhe necessário, por razões que mais adiante examinaremos. E assim proclama um outro humanismo, a que chamo existencial e que define nestes termos: «*Há um outro sentido de humanismo, que significa no fundo isto: o homem está constantemente fora de si mesmo, é projectando-se e perdendo-se fora de si que ele fez existir o homem e, por outro lado, é perseguindo fins transcendentés que ele pode existir, sendo o homem esta superação e não se apoderando dos objectos senão em referência a esta superação, ele vive no coração, no centro desta superação. Não há outo universo senão o universo humano, o universo da subjectividade humana. w a esta ligação da transcendência como constituinte do homem — não no sentido de que Deus é transcendente, mas no sentido de superação — e da subjectividade, no sentido d que o homem não está fechado sobre si mesmo, mas presente sempre num universo humano, é a isso que chamamos humanismo existencialista. Humanismo, porque recordamos ao homem que não há outro legislador além deste próprio, e que é no abandono que ele decidirá de si, e porque mostramos que isso se não decide com voltar-se para si, mas que é procurando sempre fora de si um fim — que é tal libertação, tal realização particular — que f homem se realizará precisamente como ser humano*» (11).

Contra esta proposta se insurge Heidegger na *Carta Sobre o Humanismo*. O erro de Sartre, segundo ele, continua a ser o erro tónico de todo o huma-

nismo: pressupor uma essência do homem como evidente, pouco importando que Sartre situa essa essência na existência (11). Os dois termos continuam a ser utilizados pelo autor de *L'Être et le Néant* em sentido metafísico tradicional, isto é naquele que, desde Platão, afirma que a essência precede a existência. Sartre inverte esta proposição. Mas o invrso duma proposição metafísica continua a ser uma proposição metafísica que esquece, como todo o metafísica, o esqueceu, «a verdade do Ser» (11). O homem esté presente ao Ser na inabituação extótica na verdade do Ser e daí lhe advém uma dignidade própria, que nenhuma interpretação humanista consiga captar e que é radicalmente mixteriosa. x neste sentido que Heidegger se opõe ao humanismo. «*Oposição que, aliás, não significa que chega uma orientação contra o humano, em defesa do inhumano, da barbória ou que rebaixa a dignidade do homem. Se se penso contra o humanismo, é porque o humanismo não situa suficientemente alto o humanistas do homem*» (11). A missão do homem — direi ainda o autor do *Seir und Zeit* é proteger a verdade do Ser — ou nõ seu feliz vocabulário — o homem é o pastor do Sr. E aqui nos situamos na zõna em que qualquer humanismo se suspende, por inútil e falacioso.

A interpretação heideggeriana — e por isso nos demorémos nesta polémica e por isso ela é tão singularmente decisiva — aponta simultâneamente para uma impossibilidade e para um imposse; impossibilidade de pensar em termos metafísicos o problema do humanismo, imposse do humanismo, quando se transpõe em termos éticos — e sempre terá que se transpor — por isso mesmo que nenhuma ética para o homem se pode deduzir hoje das pressupostos que implica. É certo que Heidegger, irá no mesmo carta invocar como reflexão ética que é segundo ele, fundamental e que se deve colocar em termos novos, a partir do que essência do homem sea, É certo que ele também apela para uma repensar dos pressuposto em que ela se baxeia: rasão, valores, Deus. Mas não o é menos que essa reflexão se não fez e tudo leva a supor que jamais se faça, nos seus esquemas. Ela só abre para o vazio, para o «aberto». E daí, na suspensão da ética se inicia e se cerra a crise mais funda do que se convencionou chamar «pensamento europeu».

Sobre ela se podem iniciar as reconstruções possíveis, e por isso o malogro dos himanismos é, a tantos títulos, exemplar. É-o ainda porque só na transfiguração as crises se assumem, e os sinais dessa transfiguração e dessa assunção começam a ser patenteados. Donde, o podermo-nos legítimamente interrogar sobre se não será a partir do fim do humanismo que novas propostas específicas poddm surgir e qu uma contribuição ao destino do homem no universo pode ser tentada, o part.r do pensamento que o este imposse nos levou.

Do Anátemo ao Diálogo

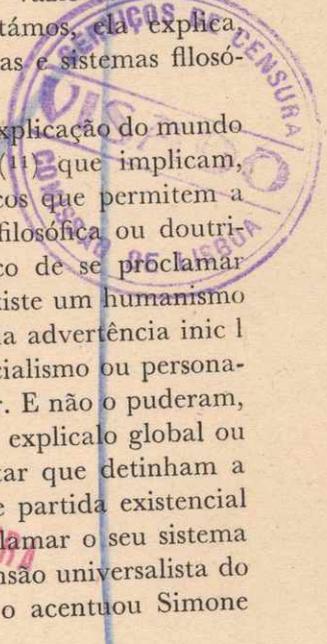
Outro motivo existiu ainda para nos ocuparmos, em tão largo espaço, da destruição do conceito de humanismo e do suspenso vazio sobre a sua indispensabilidade existentes. É que, como acima o apontámos, ela explica, melhor do que qualquer outro, a derrocada das ideologias e sistemas filosóficos e que se assiste nesta Europa de 66.

Com efeito, umas e outras, assentam em tentativa de explicação do mundo e do homem, melhor dizendo do mundo pelo homem (11) que implicam, mesmo quando os negam, os pontos de partida metafísicos que permitem a afirmação dum humanismo. Nenhuma grande corrente filosófica ou doutrinaría, deixou, contemporaneamente, e isto é sintomático de se proclamar com humanista. Existe um humanismo marxista, como existe um humanismo católico e as filosofias da existência, quando esquecidas, da advertência inicial e iniciativa de Kierkegaard se transformaram em existencialismo ou personalismos, do humanismo não puderam deixar de se reclamar. E não o puderam, nenhuma delas, porque procurando explicar o homem, e explicá-lo global ou totalitariamente, no puderam também deixar de acreditar que detinham a chave dessa explicação. Por isso, apesar do seu ponto de partida existencial e subjectiva, Sartre não pode deixar igualmente de proclamar o seu sistema como humanista. Renunciar a isso, era renunciar a pretensão universalista do existencialismo, sabedoria das nações, como em tempo o acentuou Simone de Beauvoir.

Marxistas, cristãos, existencialistas julgaram ou julgam deter o monopólio da verdade, de toda a verdade necessária ao homem ou, o que é bem mais grave e bem mais pesado, de toda a verdade necessária é salvação do homem. Como tal, todas pressupõem uma dogmática, uma axiomática e uma escotologia. Não podiam ser sistemas se o não pressuposessem, não podiam ser sistemas do homem, recusando o humanismo.

Simplesmente, ainda aqui a *praxis* comendo a teoria e o trágicos acontecimentos vividos na Europa nas últimas décadas — e particularmente na Europa — conduziram senão ao repúdio, à interrogação das dogmáticas, axiomáticas e escotológicas. Por isso, Heidegger viu bem mais longe do que os seus contemporâneos. Podemos recusar as suas premissas, não podemos alienar o bem fundado das suas conclusões.

Dos anos 50 aos anos 60 as grandes ideologias ortodoxas da Europa abrem falência e descobrem a sua imensa fragilidade. Assiste-se à derrocada do dogmática marxista de estreita observância moscovita, pela pressão de acontecimentos que vão da morte de Estaline ao diferendo sino-soviético;



78 de de 1966

presencia-se idêntico fenómeno na dogmática no juridicamente organiza-
díssimo corpo da Igreja Católica e o Concílio Vaticano II mais não é que
o reconhecimento do fortíssimo abalo que não permitirá jamais que Roma
seja o que no passado foi, as incipientes formulações doutrinárias do existen-
cialismo a ninguém afinal convenceram e a impossibilidade de construção
duma ética, por parte daquele, prova-o claramente. O mmmmmmm, o
lugar de habitação do homem, de que Heidegger — na esteira de Herocrito
— nos fala é o Doinov — o deus e por o ser é igualmente aquilo a que o
mesmo pensador chama noutras passagens — *dos Ppfene* — o aberto. O extraor-
dinário comentário do fragmento de Heraclito e do de Aristóteles (*De Porg.*
Anim. A 5 645 e 17) ⁽¹¹⁾ reverte a dizê-lo o mmmos, e que a palavra ética está
etimológica e fundamentalmente ligada não se limita, um nada do que divi-
namente é povoada.

A desmitologização não é uma palavra de ordem apenas entre os cristãos.
Introduziu-se em rodas as correntes doutrinárias, tornando-nos atentos ao que
nelas é mitetico ou mitologizador. E uma e outra coisa, em verdade, elas o
são, na medida em que o são — ou o descobrimos como tais — a próprias
hipóteses explicativas que nunca abandonaram, ou, dum modo, ainda mais
explícito na medida em que míticas são as *ortodoxias* que todas, mais ou menos,
diferenciaram. Sobre o passo do fundo dum imenso vazio e dum imenso «*dissarroi*»,
sob o logro e a mistificação desnudadas ou entrevistas, a crise dessa ortodoxias
tornou-se um facto e se há lugar-comum hoje a afirmar é que essa crise pro-
veio de não sabermos ou não podermos mais acreditar que ui humanismos
posso existir.

Quando proclamamos que a verdade cristã, ou outra, pode não ser
a cínica, como não cínica e mesmo ambiguo pode ser a ética pregada; quando
suspendo uma doutrina de salvação que não sei como encarnação; quando
o mesmo se passa com as verdades, morais e escotologias de qualquer outra
corrente *humansitica*, em verdade desse humanismo já não sei que fazer e em
verdade todos os *ismos*, *doxias* e *práxis* daquelas correntes revelam o mesma
inviabilidade. Não há verdade ao homem comum, porque verdade não sei
que seja e homem comum é abstracção que difficilmente admito. Diante de
uma, como diante de outra, a mesma impossibilidade de os pensar, e, con-
seqüentemente, a impossibilidade de evitar normas para qualquer da sonti-
cas ou éticas sobre as quais elas sempre imperavam. O deserto sob nossos
passos estendido não é reconfortante, mas um mínimo de lucidez obrigamos
a costatar que ele exista e que as multiplas «crises de fé» dos melhores dos
apassignados das paisagens sociedosas são apenas palpável testemunho disso.

Restam-nos apenas duas atitudes: ou encarar estes factos como sintoma
de ruína e perdição, lançando sobre o solo europeu anotemos ainda mais

violentos enquanto nos volvemos para humanismos ou ortodoxias em que o Leste e o Oeste não deixaram de acreditar; ou pressentir nesta fundamental cisão a proposta de algo igualmente fundamental, tomando como aparente a negatividade proposta. E encontrando oculto, sob a derrocada dos colossais impérios ideológicos, o sentido da complementaridade e relativização que, num sentido não usual mas não menos nobre, a palavra diáloga reveste.



Reflectir e Vigiar 27 de 4

Pois que iniciamos este artigo com algumas considerações sobre uma obra colectiva. *O Esp,rito Europeu*, a uma obra colectiva voltemos para o findar. Referimo-nos a *Humanismo e Educação no Oriente e no Ocidente*, volume dedicado às comunicações e debates que, em forma desse tema, se travaram em Bombaim, em 1952, num colóquio patrocinado pela U. N. E. S. C. O. (11) Retem-nos particularmente a elocução de Radhavrishnam proferida na sessão inaugural.

Preocupado em estabelecer uma distinção entre o pensauento oriental e o ocidental, Radhakrisnan afirma que o primeiro contrariamente ao segundo, onde descortina como elementos salientes a razão científica, o humanismo, o militantismo agressivo e tendência para as dicotomias irreductíveis, se caracteriza principalmente «pela crença numa realidade invisível, da qual toda avida é manifestação, pelo primado da experiência espiritual e pelo preocupação de concilia noções aparentemente contrárias» (11). E, mais adiante sustenta, na fidelidade ao pensamento oriental que «devemos considerar as oposições aparentes como sendo não fundamentalmente irreductíveis, os extremos como conciliáveis, à custa duma reciproca adopção se tal foi necessário» (11). Radhakeishnan multiplica os exemplos para provar que históricamente sempre esta adopção se deu a que uma tal actividade é a cínica que pode salvar a humanidade dum suicídio colectivo. E cita a impugnação de Constantinopla pelo neo-platonismo, mau grado de perseguição que a este lústiniono mover, o triunfo do aristotelismo na Idade Média, contra as condenações iniciais, e inter penetração do mundo mussulmano e do mundo cristão graças ao movimento inicialmente dirigido por este para eliminar aquele — as Cruzadas é, mais moderadamente, refere a inserção da Alemanha, inimiga da véspera, no conceito das nações aliadas. Numa palavra, e adentro dum certo irenismo descarnado, Radhavisnan prega a consiliação, o tolerância diáloga. Se retemos as suas palavras, não o faremos só pelo fundo delas, mas porque elas permitem situar melhor

124

Provas enviadas à Censura em

as conclusões com que queríamos finalizar este artigo. 4 de 196... 9

Radhakrishnan invoca ao valores acima enumerados como essenciais ao pensamento oriental e esse é o primeiro erro que queríamos revelar. Historicamente, o conferencista tem razão, ou melhor, tinha razão: catorze anos volvidos sob a sua palavra, quando o chamado Oriente, encabeçado pela China, propõe ao mundo uma das mais drásticas e vitais opções dos tempos modernos não nos parece que sejam os termos de conciliação ou tolerância os mais adequados para a caracterizar. Essa é mesmo o grosseiro erro, daquelas que, pouco compreendendo da história presente, invocam o «caracter chinês» para julgar como acidente passageiro uma realidade com prolongamentos irversíveis. Ou seja, e esse é o primeiro ponto para que queríamos chamar a atenção: os valores aludidos por Radhakrishnan correspondem apenas a uma crise histórica que por muito prolongada, pelo menos para quem mede por centúrias o tempo histórico, pôde ser identificado com uma peranidade. Segundo ponto e não menos importante: esses valores de crise são valores necessários, e a essa necessidade corresponde a atracção perante eles ressentido por alguns dos melhores espíritos de outros continente. Mas, no sentido humanístico e existencial com que foi vivida, a hora de crise passou para o continente asiático. Uma nova civilização se ergue nele e as aprendizagens difíceis e obscuras não se coedunam com a froça e esplendor que lhe são próprios. O fecho se pode ser retomado, pode sê-lo na Europa pelos motivos e considerações atrás eudizados. E é na Europa que nos parece hoje poder situar-se essa proposta anti-dogmática e dialogante, que durante séculos foi apenágio do oriente.

Sobre a crise civilizacional vivida, sobre a morte das ortodoxias e das verdades exclusivistas, um certo relativismo e um certo cepticismo podem ser não só o preço duma determinada lucidez, como a redenção deles. A aso, mais e melhor do que nunca, a tarefa dos intelectuais europeus nos anos próximos consistirá na descoberta da violência e violação que toda a verdade monopolizante em si mesmo pressupõe, na descoberta duma missão dialogante entre apostas que não detêm nem todo o erro nem todo a certeza. Não uma proposta irénica, ou angélica, mais ou menos «ou dessus de la melâe»; não um búdico quietismo à medida de impalpáveis frustração; não um estorcismo amável que do humanismo retivesse apenas uma certa paz desvirilizante. Mas a construção, numa outra violência, das certezas duvidosas sobre as quais se pode fundar numa civilização à escala mundial a difícil aprendizagem de sermos em comum.

E então será, neste continente, o tempo da reflxão e da vigilância.

JOÃO BÉRNARD DA COSTA

CRÍTICA DE NOTICIÁRIO

«TEMPO DO MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em

17 de de 196..7

Recordar é viver

«Todos os funcionários do Serviço Meteorológico Nacional incluindo o director têm um chefe; e o primeiro dever do funcionário para com o chefe é a lealdade. As ordens que ele dá executam-se integralmente seja qual for a opinião sobre elas; e a atitude do funcionário deve ser tal que dê a impressão de concordar inteiramente com elas sem mostrar nem sequer das a entender que os pontos de vista do chefe não merecem a sua aprovação.»

(Artigo 19 (2.º do Decreto n.º 37.109 de 19 de Outubro de 1948).

Nota do dia

Coerência

Não se pode negar coerência à entrevista que o Chefe do Governo concedeu ao «Figaro» e que teve a devida repercussão dado que as declarações do sr. dr. Oliveira Salazar cuja discrição verbal é notória se revestem sempre de um significado especial. O Presidente do Conselho mantém inalteravelmente os seus pontos de vista quanto aos problemas internos e internacionais dos quais o jornalista o interrogou. O seu pensamento político não sofreu a menor alteração. Manifesta a mesma opinião acerca dos problemas africanos daqueles que nos dizem respeito e daqueles que dizem respeito aos outros. A mesma perplexidade acerca de certos aspectos da política externa dos Estados Unidos. A mesma descrença na acção medianeira da O. N. U. e as mesmas

dúvidas acerca da legitimidade de processos da N. A. T. O. A mesma desilusão acerca da interpretação insólita dada pela Inglaterra ao texto dos tratados firmados com Portugal. A mesma certeza acerca do valor da solidariedade luso-espanhola e a mesma esperança na projecção da Comunidade Luso-Brasileira. Finalmente e esse aspecto não é o menos importante da entrevista a mesma confiança ilimitada no futuro das estruturas políticas que nos regem. É certo ter o Chefe do Governo reconhecido que «na vida dos homens como na das nações muito pouco há de definitivo se é que a alguma coisa se pode atribuir tal característica» e que o mundo que nos rodeia evolui necessariamente num sentido ou noutro. Não admite porém que essa evolução altere as linhas fundamentais das instituições que nos governam «uma vez que a ideia da existência do poder pessoal não é exacta» e «tudo está felizmente entre nós institucionalizado» na previsão do futuro. Haverá porventura quem não pense do mesmo modo. Sejam porém quais forem as dúvidas e as preocupações que nos assaltam o que se não pode negar às palavras do Presidente do Conselho é a virtude da coerência embora alguns lhes dêem outro nome.

Diário de Lisboa — 7-11-966

Perguntava o Repórter: — E qual é a sua opinião sobre a civilização ocidental?

Respondia o Historiador: — Acho uma boa ideia.

Pif Paf — Diário Popular Novembro

700
746

«O TEMPO E O MODO» N. 42
Provas enviadas à Censura em
12 de de 1967.



Há quarenta anos

DUBLIN 28 — (F. P.) — Os homens de Letras irlandeses de língua inglesa decidiram constituir uma associação que tentará lutar contra a censura que existe há quarenta anos.

Depois de declararem que a comissão de censura interditou até agora mais de nove mil obras das quais perto de 300 o ano passado os homens de Letras afirmam que os seus membros são escolhidos arbitrariamente pelo ministro da Justiça e tomam as decisões secretamente, sem que seja permitido ao autor ou editor defender o seu ponto de vista.

Diário de Lisboa — 20-11-966

O Congresso da U^a N^a

A União Nacional através das suas comissões executivas e distritais prossegue nos preparativos do seu congresso plenário.

101-#

«TEMPO DO LUSO» N. 117
Provas estatísticas à Censura em
de 1967

rio cuja realização determinada pelos estatutos daquele organismo político está marcada para o mês de Março do próximo ano.

Diário de Lisboa — 22-11-966



Política do Espírito

Do S. N. I. recebemos a seguinte informação:

«Foi mandada aplicar à Editorial Minotauro a pena de encerramento definitivo prevista no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 33 015 de 30 de Agosto de 1943.

Esta pena foi aplicada àquela empresa por ter editado um volume com graves implicações prejudiciais à defesa dos fins superiores do Estado e nomeadamente ofensivo do prestígio das Forças Armadas que neste momento se batem numa guerra que nos é imposta em defesa da integridade nacional»

Diário de Notícias — 7-12-066

Os Negros^o a América e o exemplo português

Em Chicago um incidente insignificante deu lugar a distúrbios que se saldaram com mortos dezenas de feridos em estado grave centenas de presos e milhões de dólares de prejuízos. As massas negras norte-americanas estão sedentas de vingança e de sangue.

Kennedy e a sua equipa atearam este ódio incontrolado que não consegue já distinguir o justo do injusto.

Não se pode defender a escravatura mas convém lembrar que a prática da escravatura não foi levada para a África pelo homem branco. Ela já existia no Continente negro quando os portugueses lá chegaram. A escravatura corresponde de tal maneira ao modo de ser das popula-

102



lição que demos e continuaremos a dar.

Por esta lição é que a plutocracia americana desencadeou contra nós uma vaga de terrorismo que ainda hoje continua a ser sustentada com dólares.

Mas a verdade vencerá.

A. de C.

Ecos de Extremoz — 11-12-966

**Lourenço Marques
uma verdade certa**

Uma verdade é certa: O negro, s§zinho, retorna sobre si mesmo às trevas de há séculos ou milénios e, em vez de liberdade, sofre a tirania feroz, o arbítrio, a escravidão mal disfarçada.

L. Marques, 5-10-966 *Matos Gomes*

Not. de Basta 7-12-11-966

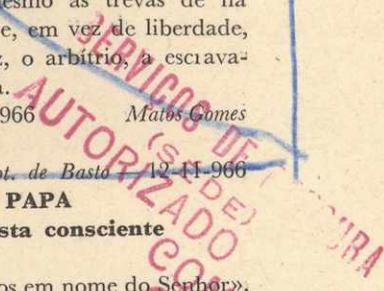
O PAPA

Estadista consciente

«Parai. Pedimo-vos em nome do Senhor», solicitou Sua Santidade Paulo VI aos norte-americanos e vietcongs que combatem no Vietnem do Sul, na sua recente encíclica «Christi Martri Rosari». Neste apelo, o Papa expressou a sua angústia pelos sofrimentos dos combatentes e das martirizadas populações vietnamitas que de há 25 anos para cá têm vivido permanentemente em luta, e a sua inquietação pelos perigos da propagação do conflito.

Este patético apelo emocionou todo o Mundo, mas parece não ter sido bem compreendido, com efeito, muitos viram nas palavras de Paulo VI um apelo mais dirigido aos norte-americanos do que aos vietcongs. Um pedido a Washington para que se prontifique a negociar com Hanoi uma paz que respeite a liberdade dos vietcongs e os direitos da sua comunidade. Enfim, uma paz que seria uma vitória para o comunismo e uma derrota para a democracia norte-americana.

Nada estará, concerteza mais longe do



104



pensamento do Papa do que esta abdicação total por parte dos Estados Unidos. O Papa compreende bem, como todos os estadistas conscientes (salvo os dos países comunistas), que esta é a guerra que não pode ser perdida. Uma paz de abandono traduzir-se-ia não só numa absurda e inexistente derrota americana, mas também, em dois ou três anos, na comunização de toda a Ásia do Sudeste e da própria Índia. Os grandes e graves perigos para a Humanidade, só então começariam. Para conseguir a paz no Vietnam, ter-se-ia gerado uma situação que tarde ou cedo, levaria inevitavelmente a um terceiro conflito mundial.



«O TEMPO E O MODO» N.º...
Provás enviadas à Censura em
...t.2. de 1 de 196..7

Ecos de Extremoz — 12-11-966

**Em busca
de melhores condições de vida**

Continua o êxodo de portugueses para o estrangeiro, em busca de melhores condições de vida. Só no decorrer do presente ano já partiram para terras da França quase 33 mil emigrantes.

A Rabeca — 11-12-966

»

Existe hoje, entre Portugal e a França, uma forte corrente migratória, que funciona nos dois sentidos, embora com características diferentes e volumes desiguais. Nos últimos anos, aumentou a afluência de franceses ao nosso País, ao passo que subiu o número dos portugueses que se dirigem para além dos Pirinéus. Não são evidentemente idênticas as razões desta deslocação bilateral. Os franceses vêm nos períodos de férias em busca do sol que lhes oferecemos, como usufrutuários de um bem com que a natureza nos brindou,

105

sem nos exigir qualquer esforço de compensação. Os portugueses, pelo contrário, vão nos períodos mais propícios para as duras tarefas que outros mostram cada vez mais relutância em executar. Uns, deixando, temporariamente, o ambiente que caracteriza a definição da sua pátria, vêm gastar o excedente dos seus ganhos. Outros, atraídos pelas condições que lhes oferecem o mesmo ambiente, vão ganhar o que precisam para gastar em circunstâncias menos favoráveis. Neste vaivém entre o sol a que uns vêm aquecer-se e o pão a que outros vão recorrer estabeleceu-se um desequilíbrio estatístico, em que os portugueses adquiriram mais importante expressão. Com efeito, segundo números agora divulgados em França, entre os 90 mil trabalhadores estrangeiros que ali entraram, os primeiros oito meses do ano, o maior contingente foi o dos portugueses: 32 559. Seguem-se-lhes os espanhóis e os italianos, respectivamente com 24 265 e 9 000 imigrantes, os primeiros dos quais mantinham desde 1960 a posição que outrora pertencera aos segundos. Desempenhando sobretudo pesados misteres na construção civil, os portugueses ficam ausentes temporadas mais longas do que os franceses que nos visitam. O trabalho e o lazer têm medidas diferentes, conforme as latitudes e as possibilidades de cada um.

Diário de Lisboa - 23-11-1966

O Ensino em Portugal

Uma representação de 300 alunos do Curso Nocturno do Instituto Comercial de Lisboa veio à nossa redacção para nos comunicar que neste ano escolar, não tiveram ainda aulas por não dispor o Instituto de instalações suficientes para albergar todos os que naquela casa procuram a sua educação e um melhor meio de ganhar a vida.

— Houve até estudantes que ficaram aprovados no exame de admissão e, depois, a matrícula não lhes foi aceite por não

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em

12 de de 1967



haver vagas — disse-nos um dos estudantes que nos procurou. — E acrescentou:

— A situação é grave porque não só nos impossibilita de estudar a matéria do programa para os exames como, ainda, nos agrava a situação militar, dado que quase todos pertencemos ao ciclo preparatório para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e sem ele não só não conseguimos alcançar a Universidade como não teremos equivalência ao 3.º ciclo liceal, o qual possibilita o ingresso nos cursos para oficiais milicianos.

Parece-nos, na realidade, não ser difícil solucionar este caso premente para mais de três centenas de jovens que aspiram à sua promoção social e a servir o Exército como oficiais.

Tem sido, de resto, o próprio Ministério da Educação Nacional a dar o exemplo no que respeita a facilidade para os jovens poderem ingressar no Exército como oficiais milicianos, permitindo, por exemplo, que se façam exames de duas cadeiras em Outubro. É, portanto, ao Ministério da Educação que cabe resolver este problema cuja solução se nos afigura fácil.

É certo que as actuais instalações do Instituto Comercial de Lisboa são anacrónicas e não servem o seu fim. Mas porque não utilizar um liceu ou a escola técnica que não funcionem à noite? Não é tão difícil ao alcance da autoridade e do colar? Parece-nos bem que im e que uma vez ventilado o problema e vão envidar todo o esforço no sentido de o solucionar.

Diário de Lisboa — 21-11-966

**Vai construir-se
o quartel de F^a A^a P^a na base de Beja**

O com elho administrativo da Direcção do Serviço de Infra-Estrutura da Força Aérea foi autorizado a celebrar três contratos para a construção do aquartela-



107



mento para a F. A. P. na ba e aérea n.º 11 (Beja): um para a execução do edifício de tinado à in talação logí tica: pela importância de 19 050 875\$50; outro para a execução do posto de transformação, pela importância de 1 071 000\$00 e outro para a execução da rede de cabos de iluminação exterior, pela importância de 446 645\$80.

O encargo com esta obra, no montante de 20 568 521\$30, a custear por conta do orçamento suplementar de defesa, será liquidado pelo referido conselho administrativo em 1966, 1967 e 1968.

Diário de Lisboa — 26-11-966

Não sabemos se é lícito...

Está sendo de não boa qualidade algum pão que a Cidade consome. O pão de segunda não se conserva fresco em casa. Da manhã para a tarde endurece extraordinariamente. O pão pequeno, o conhecido por «papo-seco» parece feito, de borracha, dada a dificuldade que a faca encontra para o cortar!

E, assim, temos notado várias queixas contra a citada má qualidade de pão, o pão que uns comem com o suor do seu rosto e outros com o suor do rosto do semelhante...

Não sabemos se é lícito pedir providências para este facto; no entanto registámo-lo com o natural desagrado.

A má qualidade do pão, se é penosa para todos os povos do País, é-o em muito maior escala para o homem alentejano, o homem que tanto trabalha, sua e sofre, para colher o pão, com fartura, que às tantas do ano agrícola desaparece.

A Rabeca — 3-11-966



108

50 112

Título: Guilherme o Veterinário
Género: Infantil
Autor: Richmel Crompton
Páginas: 163
Editor: Estúdios Cor

«O TEMPO E O MODO» N.º 46

Provas enviadas à Censura em
28 de 4 de 1966

Título: O Processo de Adão Polo
Género: Romance
Autor: J. M. G. Le Clézio
Páginas: 264
Editor: Publicações Europa-América



Título: Corpo Vivo
Género: Romance
Autor: Adonias Filho
Páginas: 169
Editor: Publicações Europa-América

Título: Era, Tempo de Poesia
Género: Poesia
Autor: M. António
Páginas: 77
Editor: Lambordeiro

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

REVISTAS
RECEBIDAS NA REDACÇÃO

Os números 186-187 e 188 da revista *Preuves* referentes a Agosto-Setembro e Outubro de 1966. O primeiro deste número contém uma entrevista com Ignazio Sillone, um artigo de Enat Junger, um notável ensaio sobre o romantismo alemão de Robert Minder e ainda colaboração de Roger Caillois, Peter Ustinov, Herbert Luthy, etc. DI n.º 188, destacamos o artigo que Raymond Aron dedicou ao X aniversário da revolução húngara, sintomática de certa mentalidade europeia.

O número 170 da revista *Économie et Humanisme*, de Setembro-Outubro de 1966. François Perroux e o Padre Chena, dois

113

nomes famosos, evocam a memória de Leboet, fundador da revista, recentemente desaparecida.

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em

O número referente a Novembro da revista *Projet*. A destacar um precioso artigo de Aline Controt, *Catholiques et Socialistes en France*, depois 1945.

28 de 11 de 1966

Refs

O número 57, referente a Setembro de 1966, da revista católica canadiana *Meintenant*. A corajosa e progressiva orientação desta revista que a tantas pressões tem sido submetida \$ltimamente, está presente no notável artigo *Chrétienté Hier Liberté Demoin*.

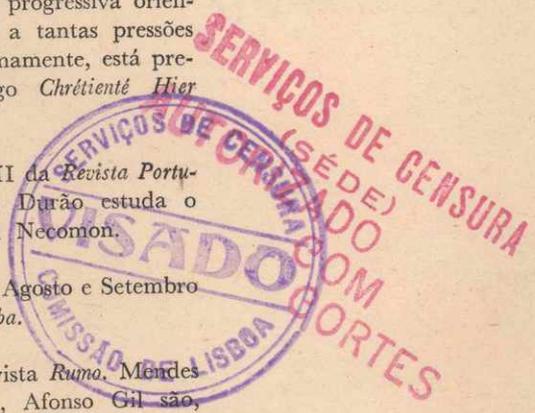
O n.º 4 do tomo XXII da *Revista Portuguesa de Filosofia*. Paulo Durão estuda o pensamento do Cardeal Necomon.

Os números de Julho, Agosto e Setembro da revista ilustrada *Cuba*.

O número 117 da revista *Ruma*. Mendes Ferreira, Luís de Pina, Afonso Gil são, entre outros, os colaboradores. Orientação habitual.

O número 1453 de *Seara Nova*, onde registamos com particular realce o artigo de S. Homeyer Cerdia «*O Delicte*» e os *Sindicatos*, duma probidade e força eram placas e a que O TEMPO E O MODO espera poder fazer mais larga referência. A assinalar igualmente um estudo do Prof. Henrique de Barros, *Uma Nova Dinâmica Universitária*. No seu conjunto — de que não deve ser esquecido o excelente artigo de Alberto Ferreira, — este é um dos melhores números de *Seara Nova*, entre os \$ltimamente saídos.

O número de Outubro de *Estudos*, órgão do C. A. D. C. inclui estudos sobre Teilhaut de Cherdin, Encíclico *Christi Mati: Rosarii* e a acção educativa.



114

O número de Outubro do jornal espanhol *El Cierro*. Lorenzo Gomis pergunta no editorial *Se Abre Espana?*

«O TEMPO E O MODO» N.º 47

Os números de Setembro e Outubro da revista *Cuba Socialiste*. O último, inclui um discurso de Fidel Castro e um artigo de Ngo Mau.

Provas enviadas à Censura em 28 de de 1966

O número 14 da magnífica revista literária francesa *Le Quinzeine Littéroire*. Numa entrevista importante Sartre responde às críticas de Michel Foucoult; Adré Breten é evocado por Jean-Vocques Lebel e San Staobinski estuda Leo Spitzer.



O órgão de filosofia portuguesa, *Espiral*, dedicado à cultura brasileira. Colaboração de Gilberto Freyre, António Quadros, Fernando Syluen, etc. Noutro plano, Agostinho da Silva, Mansoud Moisés e Washington Vite.

O número 11-12 de *Política Internacional*, editada pelo Ministério das Relações Exteriores de Cuba.

O número 19-20 de *Note di Culture*, dedicado à Europa.

O número 23 de *Igreja e Missão*. *A Igreja, Sacramento do Mundo* é o título dum bom artigo de Frei Bento Domingues, O. P.

Os números 13-14 do boletim da *Fédération pour le Respect de l'Homme et le l'Humanité*.

Além destas revistas, recem-se regularmente na Redacção *Encounter*, *Diogéne*, *Mundo Nuevo*, *La Nouvelle Revue Française*, *Tel Quel*, *Informations Catholiques internationales*, *The Nation*, *Cuadernos para el Diálogo*, *NeÉ Statesman*, *NeÉsEeck*, *The Economist* e a edição diária dos jornais *ge Monde* e *NeÉ bork Times*.

Qualquer dos números das revistas e jornais mencionados, está à disposição dos jornais mencionados, está à dissat assinantes que o queiram consultar.

SERVIÇOS DE CENSURA AUTORIZADO (SE DE) COM CORTES

para Oranienburg, transferido depois para Itter. A libertação vem em Maio de 1945 com a chegada das tropas americanas.

Não desiste da luta política. A breve trecho regressa. Mencionaremos apenas as suas tomadas de posição mais importantes:

— EUROPA: «Não há lugar no mundo de hoje para países de 40 milhões de habitantes», afirma Paul Reynaud aludindo à criação de uma Europa Unificada. A este propósito o seu papel foi preponderante na criação do Conselho da Europa onde foi delegado de 1949 a 1957, presidindo à Comissão dos Negócios Económicos durante seis anos.

— FORMAÇÃO DE NOVOS GOVERNOS: Salientemos a sua tentativa falhada para a formação de um governo de união nacional. Motivo: recusa dos socialistas em participarem em negociações onde esteja associado o R. P. F. Palavras de Paul Reynaud: «É preciso rever a Constituição. A instabilidade dos seus governos aflige os nossos amigos no mundo e provoca o riso dos nossos inimigos.»

A 27 de Maio de 1953 é chamado mais uma vez por Vincent Auriol para formar governo, depois da renúncia do gabinete René Mayer. E é então que o hábil parlamentar anuncia perante a estupefação geral, que não formará o novo governo se a Constituição não for revista. Eis a proposta: a Assembleia seria automaticamente dissolvida se substituisse o governo nos seus primeiros dezoito meses. No decurso de debate, afirma: «Aceitais que se diga da França que ela é o país da impotência?»

É derrotado: 276 votos contra e 235 a favor.

— DE GAULLE: Maio de 1958! Paul Reynaud saúda com alegria o regresso do general ao poder. Motivos: resclução do drama argelino; reforma das instituições.

— Apoio até ao fim? Não. Depois de críticas e reservas, vem a condenação: Pompidou sucede a Michel Debré como primeiro ministro.

Mais opções: a «force de frappe»; a Europa e a Aliança Atlântica; o poder pessoal de De Gaulle.

Crítica: «O general De Gaulle quis acumular as honras de chefe de Estado e os poderes de primeiro ministro, ser ao mesmo tempo Jorge VI e Churchill.»

Voto de censura ao governo De Gaulle: «A Constituição violada, o Parlamento espedaçado, ides curvar a cabeça? (...) Não é um patriotismo forte aquele que consiste em desesperar de todos os Franceses à excepção de um só ... É a nossa honra de parlamentares que está em jogo.»

Desta vez foi a vitória: Ovação dos deputados, exceptuando a U. N. R. A censura é votada por 280 votos, ou seja, mais 39 do que a maioria necessária. A 6 de Agosto Pompidou apresenta a demissão. De Gaulle em resposta, por decreto de 10 de Outubro, dissolve a Assembleia.

Que deseja Paul Reynand?

- Que se aplique a Constituição.
- Que se faça uma verdadeira política europeia.
- Que se ponha termo ao aumento das despesas com a «force de frappe».

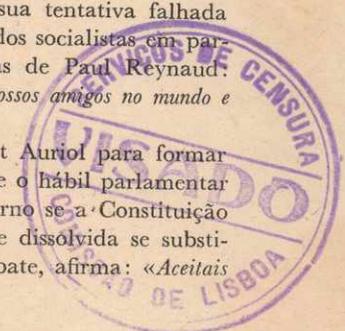
Que se fale com o Leste.

Que se tenha para «uma equitativa repartição entre os trabalhadores dos benefícios devido ao aumento da produção.»

Eis em breves traços, um retrato imperfeito da forte personalidade de Paul Reynand. Como sempre é à História que compete o julgamento.

A nós, apenas, nos cabe lamentar, que uma voz subtil, e que «teve quase sempre razão», se tenha calado para sempre.

A. A. R.



(SÉDE) AUTORIZADO COM CORTES



127

ção do real. Teme-se a,, sobretudo, que o demasiado respeito por concepções teóricamente certas resulte numa manifestação degradada e falsa. A arte em termos de fidelidade verdadeiramente «sem fronteiras», ou seja, a partir de uma óptica que nada descure do real, terá de ignorar esquemas pré-determinados, terá de produzir-se em plena e total liberdade. Só assim — e tanto mais quanto mais consciente for de que é uma peça, entre outras, na luta contra a alienação — ela poderá cumprir por inteiro, até às suas mais consequências, a sua função moral.

COPIAS E O MODO N.º 62
enviadas à Censura em
de 196.6

Dizia ainda não há muito Virgílio Ferreira, num muito lúcido e vigoroso ensaio intitulado Arte, progresso, que «não é possível entender a História senão um função disso mesmo: da luta do homem contra tudo o que é reconhecidamente uma opressão. Luta contra a opressão económica para um horizonte imediato de socialização, é-o ainda também contra a opressão política e ideológica. Assim a História não parou onde terá cessado a luta contra a opressão económica...»¹¹. Isto também pode querer dizer que o combate pela desalienação total — que não temos visto ser proposto, entre nós, com a mesma convicção e entusiasmo, com que se propõe a luta pela desalienação económica (e se o problema da prioridade tem significado aqui, já não o terá acolá, além do que perspectiva humanista terá de ser integral no espaço e no tempo) — terá de inscrever obrigatoriamente no seu programa a conquista da transparência, da visão franca e aberta de todos os problemas humanos. Se a arte tem aqui o seu papel, e nós acreditamos que sim, ele terá de ser o esforço para se integrar nesse processo de clarificação, para não recuar os confrontos, por mais árduos que sejam, com o real. A não consciência disso, ou a consciência demasiado constrangida por objectivos apenas parciais, talvez explique porque algumas vezes se aproximam, num mesmo parentesco de abstracção e de ineficácia, certas obras de cunho idealista, indiferentes às implicações morais de se estar-no-mundo e de se estar-com-os-outros, e certas obras de um realismo interessado re-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

se num lado o real pouco mais é do que um testemunho de vaporização, espaço indeterminado ou determinado apenas pela imaginação, no outro esse real é anquilosado por uma observação demasiado estreita, distorcida ao impacto de excessivamente presentes intenções, quando não obscurecido por absurdos preconceitos.

«O TEMPO E O MODO» N.º 62

Provas enviadas à Censura em

28 de de 1966

»

Ref 9

Não há muito tempo foi moda — e para muita gente ainda o é — cultivar o optimismo. Tal como fazem os fotógrafos de profissão, dizia-se a cada fabiano que se aprestasse para compor umas prosas, pintar um quadro ou fazer um poema: «Vá, olhe para o passarinho. Sorria». Como se o sorriso fosse coisa que se adaptasse como se adapta um chapéu! Como se fosse possível passar uma esponja pelos dramas mais íntimos e pessoais! Como se houvesse detergentes para embranquecer a alma angustiada ou triste ou ofendida de cada um! Como se no espaço em volta não continuasse a haver motivos de indignação, de revolta e mesmo de desespero! Como se mesmo nos domínios sempre meio reais e meio místicos, do lá fora, a perplexidade e a dúvida não tivessem ainda muito de que se alimentar! Como se... Talvez com o pensamento nessa mesma época e no mesmo problema, Mário Dionísio, autor do livro de poemas que nos sugere estas abreviadas considerações, declarava recentemente, em notável entrevista organizada por Alvaro Salema e publicada num jornal diário: «...agora já não vejo teorias. Vejo esquemas. Esquemas de pensamento e acção que nada ou muito pouco têm a ver com o que realmente se passa em nós e à nossa volta. Para onde vamos? Sim. E, sobretudo, por onde? Oxalá o soubessem os que dizem sabê-lo e nos quizeriam ver incansavelmente que espanta e dói, o «tout va bien, madame la marquise» (a). É significativa a reflexão, partindo de quem parte, alguém que já tem sido bastante acusado de promover, à escala de uma corrente estética e de uma geração literária, o esquematismo abstracto, a unilateralidade, a mais implacável intransigência na defesa de orientações dogmáticas.



SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) AUTORIZADO COM CORTES

(23)

E significativa por ter todo o valor, em relação à parte de validade que pode ter aquela acusação, de uma autocrítica que ninguém lhe exigiu, de uma afirmação de independência de espírito que só dignifica quem a subscreve. Não se segue, e o próprio Mário Dionísio põe isso bem a claro na referida entrevista, que vamos inverter os dados da questão, fazendo substituir o dogma do optimismo pelo dogma do pessimismo, e que devemos tratar carinhosamente a angústia e o desespero como quem trata um jardim precioso. A lição da fábula, para os que a quiserem entender, é que não se pode erigir a imperativo categórico a expressão deste sentimento ou daquela emoção; que se não pode amordaçar num reino de determinismo aquilo que só vive e é fecundo na liberdade; que é uma forma de atraíçoar o real o pretender-se conter em fórmulas os processos e os temas da criação artística; que a atitude rinocerônica de obediência cega ao que quer que seja (e a obediência, quando não frequentemente revista, reconhecida, torna-se sempre cega) foi, é e será a menos adequada à fidelidade que o homem deve a si mesmo, à descoberta e expressão da sua totalidade.

«TEMPO E O MODO» N.º.....
 Provas enviadas à Consura em
 de de 196...



SERVIÇOS DE CENSURA
 (SEDE)
 AUTORIZADO COM CORTES

»

Um livro onde tudo são línguas vivas, gritos e soluços ou apenas palavras claramente, esta Memória dum Pintor Desconhecido é bem uma história pessoal que, por múltiplas vias, nos expõe todo um itinerário de angústias, de desencanto, de hesitações entre ser e não ser, de procura de uma luz essencial, talvez aquela pequena luz bruxuleante a que Jorge de Sena deu tão magnificente e inesquecível expressão poética ou a acerada pesquisa de uma libertação capaz de redescobrir novas energias, capaz de justificar renovadas esperanças. Entre os muitos dramas do pintor verdadeiro, ou seja, as do artista, e os dramas do homem não menos verdadeiro descortina-se o problema central de uma realização que, tanto no plano estético como no ético, se deseja plena, generosa, triunfante. Problema não solucionado e profundamente presente, e é aqui equacionado em termos de clareza



NOTICIÁRIO CRÍTICO

OU NOTAS CRÍTICAS?

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em



A PROPÓSITO DO REFERENDO DE SOFIA

1. Se já se tinha generalizado a convicção de que o diferendo sino-soviético estava longe de constituir um simples conflito de personalidades ou mesmo um fenómeno de confronto de poderes, a revolução cultural chinesa veio comprovar a ideia de que as divergências provêm de evoluções basicamente diferentes. Os chineses têm por vários modos procurado denunciar as contradições de base — designadamente, o ressurgimento das forças capitalistas — a que corresponde a fenómenos revisionista (cf. «Lutons jusqu'au bout contre le revisionisme khrouchtchevien», Pekin, 1965, pp. 7 e segs.) A política da coexistência pacífica, que desde o XX Congresso do P. C. U. S. não deixou de ser reafirmada, começou, aliás, cedo a exibir a sua equívoca natureza. Quando se pta exclusivamente pela competição económica e se põe entre parêntesis a ideia da revolução permanente; quando se admite que o resultado final da confrontação capitalismo-socialismo não será decidido revolucionariamente mas por essa competição; quando se sacrificam os interesses de classe à conservação duma paz e duma segurança que fundamentalmente significam estabilidade — é incontestável que se instala alguma ambiguidade no marxismo-leninismo.

O menos que para o efeito se poderá dizer é que este amolecimento ideológico faz diminuir consideravelmente o interesse do Kremlin em novas revoluções comunistas. Agora é que já não se poderá, supor com toda a certeza, que em Moscovo está um exército em pé de guerra, pronto a garantir os sucessos revolucionários em todo o mundo. O internacionalismo proletário soviético, solapado por este afrouxamento ideológico, resvala para um certo cordialismo...

Parece que não se pode dizer o mesmo a propósito de Pequim. A revolução cultural configura-se rigorosamente como um processo antifético do amolecimento soviético. As depurações anunciadas na China estão no polo oposto das que, há alguns anos, atingiram Malenkov, Molotov e Kaganovitch. Jandat Rikabi, deão da Faculdade de Pedagogia da Universidade de Damasco, pronunciou-se sobre a revolução cultural nestes termos: «Trata-se duma revolução que toca o homem no que ele tem de mais profundo». O órgão dos comunistas franceses pró-chineses, «Nouvelle Humanité» entendeu-a como «a preparação activa dum homem comunista». Duma coisa parece não haver dúvidas: trata-se da maior operação que até agora o marxismo-leninismo empreendeu ao nível das super-estruturas. Não terá o comportamento soviético de ser analisado em função da ausência duma revolução semelhante?

Apoiando argumentação soviética, os dirigentes checoslovacos referiram-se à ausência das palavras «coexistência», «paz» e «humanismo» como índice seguro da distância a que os chineses se encontram do comunismo. Não será lícito perguntar se a ideia da coexistência pacífica não será uma caricatura, para uso presente (e precoce) da paz comunista que ainda se não desenha? Enfim, os ideólogos do P. C. U. S. viram já bem que tinham de fundamentalmente provar isto a coexistência pacífica é ainda uma forma de luta de classes. Mas o seu poder de convicção não parece desmedido...

123
132

123

12 de 1967

A questão do «humanismo» levantada a propósito da revolução cultural chinesa não deixa de ter a sua pertinência. Com efeito, um dos objectivos que a U. R. S. S. nunca visou directamente nas suas planificações foi a revolucionarização da ideologia do homem — escopo declarado da revolução cultural. Um dos princípios do exército chinês que a revolução cultural generalizou (o princípio dos quatro primados: primado do homem sobre o material, do trabalho político sobre as outras actividades, do trabalho ideológico sobre os outros aspectos do trabalho político, das ideias vivas sobre as ideias livrescas no trabalho ideológico) adianta algumas das características dum humanismo que parece não andar longe do projecto de Mars. Os parâmetros deste humanismo diferem sensivelmente do programa soviético. Vejámo-lo num único ponto. «Selon la direction du P. C. V. S., avec l'apparition de l'arme nucléaire, il n'y a plus de distinction entre guerres justes guerres injustes. «La bombe atomique, dit-elle, n'observe aucun principe de classe», «la bombe atomique me demande pas où est l'impérialiste et où est le travailleur, elle frappe des superficies, et c'est ainsi que pour tuer un monopolist on détruirait des millions d'ouvriers». La direction du P. C. V. S. soutient qu'avec l'apparition de l'arme nucléaire, les nations et les peuples opprimés doivent renoncer à la révolution, renoncer aux guerres justes que et la guerre de libération nationale. («Deux lignes différentes dans la question de la guerre et de la paix», Pekin, 1963, pp. 24 e 25). Donde há que concluir que nem mesmo a chantagem nuclear impressiona grandemente os homens de Pequim. Afinal nem a bomba atómica é capaz de transformar as coisas justas em coisas injustas...

2. Postos os factos neste pé, a irredutibilidade das duas posições é indiscutível. Se restavam dúvidas a revolução cultural veio desfazê-las. Os dirigentes soviéticos, que há anos esperavam a oportunidade de patrocinar uma semi-Internacional que condenasse frontalmente a posição chinesa e a isolasse ainda mais, viram as condições amadurecerem. Vossyguine, há bem pouco tempo ainda, referira-se à necessidade de responder à China, a nível internacional.

Era preciso recolher previamente a opinião dos outros PP. CC. sobre o assunto. E não fosse boa parte deles opor-se à ideia, convinha que fosse alguém sem prestígio tão melindroso como a U. R. S. S., a fazer a proposta. A Bulgária parecia, nas vésperas do Congresso do seu PC, talhada para o efeito. Nem lhe faltavam, até, algumas aparências de independência no diferendo. Se a sua solidariedade com Moscovo nunca estivera em causa, é certo que nunca fora ao ponto de acrescentar às investidas do Provda detalhes da sua lavra, como o têm feito Praga e Budapeste. Presentes Brejnev e Gauseur, secretário geral do PC romeno, e mais de sessenta delegações de PP CC e afins de outros tantos países, Sófia seria portanto o local do importante referendo. Coube a Jivkov, secretário geral do PC búlgaro, apresentar a ideia.

É claro que Jivkov, ao propor uma conferência internacional de PP CC não excluiu expressamente a China. Mas teve o cuidado de fazer essa sugestão depois de atacar vigorosamente a posição chinesa, de modo que a natureza e os objectivos da conferência ficassem bem claros.

A prudência de Moscovo revelou-se justificada. Se Jivkov, julgara as condições amadurecidas para o efeito, os delegados dos outros PP CC não foram tão longe. E se alguns foram ao ponto de reconhecer que as condições caminhavam ainda para o amadurecimento, outros exprimiram abertamente os maiores reservas.

Brejnev, no seu discurso, não pode manifestar-se tão entusiasticamente como teria desejado. Por um lado, a imaginação soviética não era estranha, como vimos, à proposta de Jivkov; por outro lado, estando a U. R. S. S. directamente (e visivelmente) interessada nessa conferência, mal lhe ficava exprimir-se de modo que levantasse suspeitas sobre a originalidade da ideia do secretário geral do PC búlgaro. Brejnev limitou-se assim a aplaudir

convictamente a proposta e a lamentar, não sem uma ponta de hipocrisia, que a China andasse por maus caminhos...

Interessa discriminar as posições tomadas pelas delegações dos PP CC mais importantes presentes em Sófia, não só para se dar uma imagem do resultado qualificativo do referendo, mas também para vermos como se distribuem as forças pelos dois campos.

Romenos, italianos e jugoslavos manifestaram claramente as maiores reservas. A atitude de Gauseur não era inesperada. É conhecida a neutralidade romena no diferente e as boas relações que Belgrado tem mantido com Pequim faziam prever essa resposta. O secretário geral do P C romeno frisou bem que nada se deveria fazer que pudesse dividir mais os dois campos. A Itália e a Jugoslávia também não saíram do seu tom habitual: depois de defenderem a legitimidade das vias nacionais, não puderam revelar entusiasmo pela ideia da conferência.

Dos PP CC no governo, pode-se dizer que só a Hungria e a Checoslováquia aderiram abertamente à proposta de Jivkov. Cuba e a Coreia do Norte, não tendo respondido abertamente, também de acordo com uma linha de independência que vêm procurando manter — se bem que a Coreia do Norte tenha acusado ultimamente alguma aproximação da U. R. S. S. — preferiram ainda a neutralidade.

Nem sequer a Alemanha Oriental e a Mongólia, tradicionalmente afectas à R. R. S. S., se pronunciaram a favor da conferência. A Finlândia, ao declarar que, de momento, preferia simples acordos bilaterais a qualquer iniciativa multilateral, mais não fazia, afinal, do que encontrar uma fórmula habilidosa para salvaguardar também as posições neutrais.

Enfim, dos partidos europeus não no governo, só o belga e o francês não usaram de reticências. A proverbial dedicação dos comunistas franceses à Rússia Soviética obteve comprovação, tanto mais que os pró-chineses já abandonaram o P C. É certo que o peso dos pequenos PP CC da América Latina fez com que os números indicassem uma maioria aprovando a ideia da semi-Internacional. Mas, se repararmos na posição tomada pelos PP CC mais importantes, teremos que concluir que a U. R. S. S. não obteve os resultados que desejava. Esteve bem expressa, antes, por parte desses mesmos PP CC, uma certa relutância em sancionar a ofensiva soviética num plano internacional. Tal resultado nem era de todo imprevisível. Já no Congresso Pan-Africano do Cairo houvera também, cuidado de não tomar partido no diferendo.

Não deixa de ser sintomático referir que os países que mais reservas opuseram à ideia da conferência, são precisamente os que, dum modo mais efectivo, se tem preocupado com o Vietnam; e que os que a ele aderiram, com maior ou menor exigentes se tem revelado a propósito do cessar-fogo.

Os resultados apurados no referendo de Sófia devem ser rapidamente ultrapassados por novos factos e não autorizam, de momento, previsões. No Congresso do P C húngaro as coisas tomarão, provavelmente, feição mais definitiva. Aliás, o modo como a maioria das delegações respondeu à proposta de Jivkov parece revelar que não houve — ou não pôde haver — por parte dos respectivos partidos, o devido amadurecimento das posições assumidas.

Por agora, verificamos — e isto incontestavelmente — um facto muito importante: no actual momento do diferendo sino-soviético, a U. R. S. S. revelou-se, pelo menos aos meios apelos, incapaz de promover uma conferência que sancionasse a posição que presentemente sustenta nesse diferendo.

ALBERTO COSTA

B
125

126

Na imprecisão das suas verdades, pelas verdades de uma realidade que, mesmo quando sacudida por um frémito de solidariedade, não está disposta para nela escolhermos, definitivamente, um alvo a que se dê total adesão, na confusão de contornos e de solicitações, como não colher apenas na interrogação difícil o prémio da consciência demasiado exigente? Como pintar esta paisagem / sem montes sem planície sem árvores sem casas (...)? Como saber / não querer pintá-la? A salvação há-de encontrar-se ou não. Entretanto procura-se.

Falámos da luz, de uma libertação. Por aparentemente escassas possibilidades o poeta tenta. Cantar de novo, falar outra vez de futuro e de esperança? Atirar, como gritos, novas e rutilantes palavras? Anarquizar, matar, desorganizar, dissolver? Ir com a maioria dos outros, adormecido rebanho, para as comuns distrações? Perguntas desfraldadas para muitas soluções. O poema «E agora?», que sendo um dos mais belos deste livro, é um das peças mais profundamente emocionantes da poesia destes últimos anos e constitui desde já, pode afirmar-se, documento capital para a futura compreensão sócio-cultural do nosso tempo, dá-nos a resposta mais típica do autor, bem como a atmosfera de melancólica depressão que, embora dele, Mário Dionísio, é também a de muitos de nós:

E agora?

Agora é aguardar que as tintas sequem
depois de secas pouco a pouco estalem
cada pedaço caia o varra o vento
e tudo se esboee na paz enfim total do
esquecimento

Cores que não queimam quem as vê
palavras que não chamam quem as ouve
mãos estendidas na bruma que só bruma
(envolve e esfuma
para quê?

Olhos em brasa
sob a cinza do medo para quê?

Inútil esperar mais que os mudos falem
os surdos oiçam e o milagre ano a ano

«O TEMPO É O MODO» N.º 42
Provas enviadas à Censura em
28 de de 1966



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM CORTES



28

127

(construído
 por quem entende e porque entende mais
 (odeia o sofrimento
 sem razão senão o espanto e nojo de nós
 (mesmos sabido e consentido
 alguma vez se dê

Devo chorar ou rir?

Tudo está tão certo e afinar contente ou
 (faz de conta
 na ventura tranquila e tão bem policiada
 da cidade a saque

Então que é que se conta?
 Fui ao Fellini Viste? Que estopada
 Diz que sim mas não vi Agora com a TV
 é raro sair
 de casa

Excelente este conhaque

«O TEMPO E O MODO» N. 42

Provas enviadas à Censura em
 ... 28 de 1/..... de 1966

Ref 5



SERVIÇOS DE CENSURA
 (SÉDE)
 AUTORIZADO
 COM
 CORTES

Outras vias, porém, podem abrir-se, além das que conduzem aos muitos opiários que a técnica, quando conspirativamente organizada contra o homem, põe ao nosso alcance: rompermos os diques de um mínimo de bom senso e de equilíbrio (é, até certo ponto, o que o autor propõe em «Tambor Azul»); ajudarmos lucidamente a nossa própria derrocada (cite-se, ainda outra vez, o poema «E agora?»); generalizarmos e meditarmos na derrocada do nosso tempo ou de uma geração (Nus aqui estamos / perante as carabinas da cegueira / que da nossa pobreza alimentamos); ou revolvermo-nos ainda, como quem diz adeus, numa tênue esperança:

Que nada são os dias e os anos
 para um tão grande amor que vou pintando
 com o próprio sangue dos meus e teus en-
 (gãos
 que há-de nascer que há-de florir que há-de
 e há-de e há-de

quando?



15 NEO-NAZIS NO PARLAMENTO DA BAVIERA

O inevitável aconteceu. As organizações judias espalhadas pelo mundo assustara m-se, a gente bem pensante também, a imprensa democrática liberal diz que é um caso muito sério.

A Europa vê assim surgir no curto espaço de meses, um agrupamento político que se reorganizou na cervejaria de Munique onde Hitler iniciou os seus primeiros passinhos de dança. O estado da Baviera viu uma campanha de propaganda, excelentemente bem montada, parecendo até que o dr. Goebbels tinha regressado; viu que ainda havia muitos rapazes na casa dos cinquenta anos, pensando que a camaradagem dos S. S. era uma coisa excelente e que estavam cheios de saudade desses velhos tempos.

Pois é! Há quem conte uma história dificilmente comprovável.

Terminada a guerra, os exércitos aliados, queriam e com toda a razão o «capitalzinho» que os marechais do III Reich muito previdentemente tinham depositado nos bancos Suíços. Mas os bancos Suíços tinham uma tradição de segurança que não poderia, em nome de que valores da humanidade ser abalada, e categóricos começaram por recusar terminantemente, alegando: «não diremos quem são os nossos depositantes até porque não sabemos». E candidamente relatavam que os depositantes não eram conhecidos pelo próprio banco muitas vezes senão através de um número, que os seus clientes podiam ser entrevistados através de um vidro opaco se o desejassem, e quejando mecanismos complicados que deixam a imaginação de um pobrezinho extasiado.

Claro que alguns dos excelentes «Boys» do U. S. Army, começaram a murmurar que não custava mesmo nada a quem estava ali à porta, entrar e dar uma olhadela à contabilidade bancária. Perante o risco, os bancos Suíços encontraram uma solução de compromisso — O exército aliado diria a quanto é que julgava montarem os depósitos nazis e os bancos entregariam a quantia sem pestanejar. Dizem os entendidos que assim foi. Só que os cálculos aliados saíram por baixo e não custa a crer que alguns dos senhores do terceiro Reich tenham ficado com os números secretos, continuando a movimentar as suas contas. E a Europa pasmou com a «goebelseana» propaganda do Partido Nacional Democrático.

E um slogan surgiu, repetido, martelado — *«esqueçamos o passado, acabe a investigação do passado, acabem os julgamentos sobre o passado»*. E a justiça de Nurenberg revela-se cada vez mais lenta, mesmo depois da turbulenta polémica, sobre a prescribibilidade dos crimes nazis.

O perigo vinha de leste, os maus eram os vermelhos, esqueça-se o passado. E perante este simplificado campo de posições éticas, o Partido Nacional Democrático chegou viu e começou a vencer. (Hitler também começou por vencer parcialmente aleições...)

Entretanto a prolongada permanência no poder, começou a corroer fatalmente o dinamismo democrata cristão e o esquema político até então claro Partido de governo-democratas cristãos-Partido de oposição-SPD-Partido de coligação-Liberais-estes fiéis aliados da Democracia Cristã começou a ruir.

A Democracia Cristã começou a dar mostras de decomposição e de desentendimento entre várias tendências, o governo do chanceler Erhard a sofrer constantes reveses em maté-

ria de política externa, Starfeighthers a espátifarem-se no chão e militares a reclamarem armas atómicas em nome da sacrossanta defesa ocidental, e o orçamento em deficit.

Os liberais abandonaram o navio e precipitaram o Chanceler mago da economia do alto da rocha a Trapeia.

Surgiu a coligação, sobre ela e a sua política é cedo para falar. Pode é desde já prever-se uma alteração no esquema de funcionamento das instituições políticas, a nível federal repercutindo-se os efeitos a nível estadual. O debate vai fugir do Parlamento, empurrado por uma esmagadora quase unanimidade, passando os corredores que se vigiam suspeitosos. A população não é oferecida alternativa política; e um sistema que parecia encaminhar-se inicialmente para o bipartidarismo, foge de o ser. Aliás o sistema de escrutínio eleitoral serve o multipartidarismo. Sabe-se bem que o bipartidarismo, mantém-se na Grã-Bretanha, porque a forma de escrutínio maioritário numa só volta afoga os liberais, que proporcionalmente teriam direito a uma muito maior representação nos Comuns. Mas regressemos além Reno. A coligação Kessinger, se por um lado e sob o prisma de uma pedagogia política é lamentável, porque vem retirar vivacidade e desligar o interesse dos cidadãos pelo desenrolar da vida política, por outro lado, vem permitir a grande maioria parlamentar, capaz de enfrentar todo o estilo de reformas políticas.

E aqui podemos acrescentar que os problemas fundamentais da Alemanha federal são efectivamente de carácter político, e para os resolver seria necessária verdadeira audácia que estamos em crer o governo Kessinger não consegue dispor, não lhe servindo para nada a tal grande maioria.

Paradoxalmente para a ética política parlamentar, as actividades do NPD são permitidas, mas o partido comunista é banido. O espectro da divisão da Alemanha em dois estados só poderá ser resolvido, encarando realisticamente os factos; uma grande percentagem da população alemã é comunista e vive em regime socialista, e não deixa por isso de desejar resolver o problema nacional. Se houver a coragem de pôr de parte os preconceitos, o método social-democrático de acordos por etapas em questões restritas pode vir a ser um caminho.

Quando não, a questão nacional, manuseada pela propaganda de Goebbels defunto (mas Borman vivo...), fará reviver a imaginação de generais, senhores a quem por engano ou má fé voltaram a vestir a farda.

JÚLIO CASTRO CALDAS

127



BRASIL — NOVAS ALIANÇAS, VELHAS ALIANÇAS

I — Acontece que por vezes os tabuleiros de xadrez políticos se complicam e a verdadeira função de cada uma das peças torna-se, à primeira análise, indefinível. Acontece isso nos chamados continentes de crise: América Latina, África e Ásia, que igualmente são os três continentes do subdesenvolvimento. Neles os interesses particulares chocam-se com os interesses de classe e os interesses de classe chocam-se com os interesses nacionais e com os interesses estrangeiros. A dificuldade está sempre em encontrar a mola real que desloca as peças.

Quando há tempos abordámos pela primeira vez o problema brasileiro, contava o regime de Castelo Branco poucos meses de vida e as eleições para governadores pareciam dizer que poucos mais teria. Enganamo-nos. Com o correr do tempo, afinal, as peças foram tomando a posição mais exacta e mais próxima da realidade das funções. Com o correr do tempo vimos desenrolar-se um processo, que só não é espantoso, porque o Brasil é o país da América Latina onde as coordenadas mestras que dirigem a política e a história deste subcontinente, melhor se tornam perceptíveis. É aqui que encontraremos as ilações que nos possibilitam um melhor entendimento do complicado sistema de interesses em jogo nas passagens do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

A futura Argélia dos Americanos — afirmou-o Carlos Fuentes — é um continente à procura de um caminho. Revolução? Constitucionalismo democrático? Ditaduras de classes? Para compreendermos o Brasil recordaremos os dados que o mesmo Carlos Fuentes pôs à claridade no citado texto:

- 74 % da exportação é constituída pelo café, sendo este, pois, uma quase monoexportação;
- 2 % da população possui 50 % das terras cultiváveis;
- 4 % da população recebe 50 % da renda nacional global.

Esta pequena introdução impunha-se. Porque como todas as análises, esta fundamenta-se em hipóteses e, como se costuma dizer, os homens não são deuses. Ela expressará apenas o nosso ponto de vista, a nossa maneira de ver um problema fulcral do xadrez político do nosso tempo.

II — Podem-se compartimentar os resultados das eleições para deputados em duas zonas: os centros urbanos e industriais (o triângulo Rio de Janeiro, S. Paulo e Belo Horizonte), onde o partido da oposição teve vantagem; e o interior agrário onde a vantagem pertenceu aos governamentais.

Vemos neste breve esquema que as burguesias industriais optaram por uma oposição ao regime que lhes tinha sustado a inflação. E vemos que os latifundiários optaram por um regime que lhes convinha. É em haver ou não inflação que encontramos a explicação do confronto. Porque a inflação longe de afugentar os capitais estrangeiros, servia o estabelecimento de empresas que no Brasil quisessem investir-se — tese de, por exemplo, Juscelino Kubitschek. E, além do mais, essa inflação como demonstrou a política económica de Castelo Branco, pode ser travada.

Esses grandes centros industriais onde uma burguesia economicamente activa se agita, vivem precariamente de capitais importados. Logo, o seu descontentamento. Por outro lado, os latifundiários do

128

... 12 de 1 de 1957

do Maranhão; 3) Uma bandeira americana queimada por uma centena de estudantes no Rio de Janeiro; 4) Uma desordem de rua em que morreu uma pessoa e quatro outras ficaram feridas em Limoeiro (Pernambuco); 5) em S. Paulo, o candidato da oposição João Rocha foi morto, mas, ao que consta, o motivo não terá sido propriamente político.

As previsões pré-eleitorais davam ao M. B. D. (partido de oposição) o avanço de 30 ou quarenta lugares em desfavor do ARENA. Contudo, assim contariam os governamentais com 320 lugares na Câmara contra 140 da oposição. Foi o que aconteceu. Tudo demasiado claro, tudo demasiado previsto. O Brasil, aliás, é terra de macumba e de adivinhação. E não é de estranhar que tal progresso conviesse ao Governo que contava assim com um parlamento representativo e reforçado, com a colaboração da oposição que se lhe entregava carinhosamente nis braços. O recuo do ARENA é uma vitória do jogo governamental, quicá uma das poucas que o seu programa de acção conseguiu, mais por erro dos oposicionistas, menos por mérito de jogo.

O Governo, que não quer ser obviamente de extrema-direita, ou não o quer parecer, pretende dividir melhor as forças, equilibrá-las, para não ter com que se assustar. Dividir para reinar, é o lema. Os interesses contrários chocam-se e acqbariam por se harmonizar num termo equilíbrio. E tal facto mais evidente, quanto observarmos que houve a preocupação de procurar plataformas de aproximação como o atestam as eleições de deputados do ARENA em S. Paulo e Paraná, com vnculos de dependência de antigas consagradas personagens do «tableau». São os casos de Carvalho Pinto, estado de S. Paulo, que foi ministro das finanças no governo de Goulart e de Ney Braga, estado do Paraná, que foi ministro da agricultura no governo de Castelo Branco e simpatizante do Lacerda.

Porém, nem tudo se enquadrou nos desejos governamentais, talvez porque houvesse alguém que previsse a armadilha e agitasse as razões. Nota-se que foi demasiado larga a percentagem de votos nulos e de abstenções, cerca de 20%. Os estudantes tinham lançado a campanha do voto branco, voto esse que corresponderia a uma realidade que era a de nem ter confiança no Governo, nem a ter numa oposição sem sem réditos, nem créditos.

A oposição convinha mais o voto contra nas suas urnas, não só porque se reforçava, como aparentemente auferiria de um maior prestígio. E convinha também ao Governo. A oposição viu-se assim a braços com uma luta que não era o ARENA, mas antes contra aqueles que poderiam estar do seu lado se confiassem ou tivessem esperanças. E até aos últimos dias de campanha, teve que berrar contra o «irrealismo» do voto nulo. Em vão.

Também não era previsto o ataque de Lacerda. Este ataque assenta numa proposta, cujos passos essenciais convém recordar:

- a) Criação de uma frente reagrupada de todas as oposições;
- b) Acusação ao governo de militarismo néo-fascista;
- c) Convite aos militares para se unirem aos civis contra as anomalias governamentais.

É sobre este depoimento que se processa a «impossível» aliança Kubitschek-Lacerda. Dela diria o deputado governamental Tarso Dutra: «Trata-se de um diálogo entre dois velhos inimigos que se têm digladiado ao longo de cerca de duas décadas. Nada justificava que se viessem a entender, apenas porque os dois têm um objectivo — combater o actual governo*».

Mas o que é curioso é como as afirmações de Lacerda coincidem com as de outros descontentes. Por exemplo, este de Miguel Arraes que no seu exílio de Argel recentemente declarava: «Não existe nem liberdade, nem soberania nacional quando o país depende de decisões tomadas em função de considerações e de interesses estrangeiros no Brasil*. E mesmo com as do general Amaury Kruehl, comandante do II Exército e que fora um dos pilares do 31 de Março, recentemente passado à oposição: «Sinto-me no dever de protestar perante a história contra um regime que mergulha o Brasil nas trevas do absolutismo».

Mais preocupante é para o Governo o facto de certos dirigentes católicos tomarem posição que é concorde com estas vozes. Por muito ambulacrárias que sejam as vozes que se erguem não deixam, de momento, de tomar uma posição que é uma achega para os que vão sonhando com um golpe militar ou

130

golpe armado, como é o caso de por exemplo Carlos Lacerda, pelo que se conclui do que dissemos. E se a oposição vive do enredo que à sua volta vai tecendo ou deixando tecer, a revolta de 20 de Novembro do Congresso brasileiro demonstra que o que interessa à oposição é sobretudo sobreviver politicamente. Quer isto dizer, que, a haver ameaça, a sua aparente passividade pode virar em agressividade desesperada. E, para mais, sabe o Governo que o seu partido conta com personagens lacerdianas que não acreditarão muito na morte a que alguns julgaram estar sujeitos o antigo governador da Guanabara.

E, por último, a justificar o voto em branco não estará aquilo que um observador francês ainda há pouco fazia notar? Que o pensamento do homem da rua era esta pergunta pertinente: «Votar para quê? Para que servem as eleições se lhes é permitido cassar os mandatos dos deputados, sempre que isso lhes fôr do seu agrado?»

IV — Afastando do terreno de combate os seus adversários mais destacados, pensaria Castelo Branco limpar a cena de umas tantas cabeças e abrir o caminho ao que se propunha ser revolução. Como vimos o jogo saiu furado. Temendo um coro de quebras, Castelo Branco afastou-se dos seus aliados da primeira hora, extremistas da direita que procuravam impôr uma «linha dura*». Isto fez levantar contra ele uma feroz oposição das direitas que acusavam o governo de vendido. Por outro lado, o facto do governo ter sido imposto por um golpe militar, levava os partidos políticos tradicionais a repudiá-lo, gerando-se uma outra frente. Quer dizer, Castelo Branco viu-se posto entre a espada e a parede e nessa posição se manteve.

Não há diferenças substanciais, e isto importa esclarecer, entre este governo brasileiro e qualquer dos outros. Todos eles tiveram que se manter atados às directrizes de Washington para não sossobrem economicamente, e visto não tomarem a alternativa revolucionária. Todos eles se apresentam como governos das classes tradicionalmente directoras da nação. Todos eles se encontram no impasse de uma evolução falhada da estrutura económica primitiva, de raiz feudal, para uma outra estrutura económica característica de um processo de evolução industrial. E enquanto nenhum dos governos se ocupar com o problema básico dos brasileiros — objectivamente —, ou seja, do sistema de propriedade e de exploração da terra como plataforma para um desenvolvimento posterior, não haverá governos diferentes. Consiste o problema em executar a reforma agrária, melhor dizendo, a revolução agrária, não com os olhos vesgos da Aliança Para o Progresso, mas partindo de realidades específicas de clima, de solo, de população, de condições sociológicas que não se podem curar com panaceias caritativas. Consiste ainda e malar-gar o complexo de exportação, sem monopólio de explorador e de produtos explorados, estendendo a exportação a novos produtos, como resultado de um maior e melhor aproveitamento da terra. Consiste ainda, a partir da exploração de matérias-base, numa industrialização transformadora desses mesmos produtos.

Mas, para o Governo de Castelo Branco, e para os estratos onde assentq a sua acção governativa o problema estava desde início neste ponto: a continuidade. A perseguição aos comunistas, logo posta em prática, teve as consequências que sabemos. Julião, saindo da custódia militar, refugiou-se no México; Bezerra encontra-se preso no Recife. E o processo de violência proletária para a conquista do poder está em marcha. Já o predissera Goulart e tentara a seu modo neutralizá-lo.

Empurrada a extrema-esquerda para a clandestinidade subversiva e activa, de comunhão com Goulart e Brizzola, encontraram estes uma conjunção de finalidades e de situações que naturalmente os aproximou. Aliás, não estaremos a ver num espelho um retrato da Dominicana? Só que aqui, no Brasil, parece não haver uma divisão de extremas-esquerdas como ela nos surge nas Caraíbas: um conflito entre os que se dizem pró-soviéticos, e os que se dizem pró-chineses e os que se dizem castristas.

Por seu turno, as extremas-direitas votadas à oposição, fariam entrar na liça o «tomba-presidentes* Carlos Lacerda. Lacerda surge na Liça como um fulcro activo da oposição permitida, procurando e obtendo o apoio de Kubitschek de Oliveira, num pacto assinado em Lisboa e do qual nada se sabe, mas muito se adivinha. Adhemar de Barros, que, tal como Lacerda, fora um dos sustentáculos do 31 de Março,

A 131

CRÓNICA

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em

12 de de 1967



SOBRE O NOVO CÓDIGO CIVIL

INTRODUÇÃO

Diz-se que Stendhal nas horas de ócio folheava o código de Napoleão e assim encontrava fonte de inspiração e dorrecção de linguagem. Vem visto a propósito de vos falar no novo código civil português.

Mas como O TEMPO E O MODO não é uma revista técnica de direito ao menos valha-nos isso...), pretendemos sempre fugir que possível, ao seu ambiente que para a generalidade das pessoas é fastidioso. E no entanto, ainda que fastidioso este é um problema de grande projecção e sobre o qual é dever de cada cidadão meditar, até porque o vai atingir mais directamente do que muitos pensam.

Se o leitor nunca frequentou uma Faculdade de Direito toda esta problemática do novo Código Civil, lhe parecerá um mundo de Kafkaesca obsessões; e tem muita razão, pelo que tentaremos tratar o assunto o menos doentamente possível, isto é como crónica e em fuga do tecnicismo.

*
* *
*

Tendo estudado direito pelo antigo Código, dito de Seabra a pouco e pouco começamos a «cultivar» uma certa afeição por ele, e mesmo pelo Seabra, visconde depois do Código. Pois foi Seabra o magistrado sabedor e misógino quem se encarregou de elaborar um projecto de código que substituisse as velhas Ordenações e os milhares de leis extravagantes que eram o «quebra cabeças» dos juristas da época.

Mas façamos um pouco de História.

HISTÓRIA

A 8 de Agosto de 1850 foi publicado o decreto que encarregava o Desembargador António Luiz de Seabra, juiz da Relação do Porto de elaborar um projecto de Código Civil. Simultaneamente foi constituída uma comissão revisora, onde entre os juriconsultos figurava Alexandre Herculano.

133
148

133

Provas enviadas à Censura em

12 de 1 de 1967

Em 1863 perante cortes e alterações introduzidas no seu projecto, pela comissão revisora, Seabra zanga-se e abandona os trabalhos. Porém pouco tempo depois Seabra reconcilia-se e volta a participar nos trabalhos de comissão redactorial (1).

Finalmente a 9 de Novembro de 1866, Barjona de Freitas apresenta à Câmara dos Deputados o Projecto para aprovação.

Refere Cunha Gonçalves (2) — «Nesta fase da elaboração do Código o interesse do público só se manifestou, durante todo o ano de 1866, em roda do casamento civil, estabelecendo-se uma larga polémica, com a publicação de quarenta e tantos folhetos polémicos, suscitada por alguns ultra-católicos, e em que interveio Alexandre Herculano.» E mais adiante. «O parecer da comissão de legislação da Câmara dos Deputados só foi lido na sessão de 21 de Julho de 1867 sendo firmado por António Ayres de Gouveia (vencido quanto ao casamento civil), António Gonçalves de Freitas, Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco, Luis Frederico Bivar Gomes da Costa, Tomás António Ribeiro, Luiz de Freitas Branco, Carlos Zeferino Pinto Coelho (vencido em parte) e José Luciano de Castro, relator.»

Aprovado após rápida discussão iniciada por José Dias Ferreira — que foi depois o notável anotador do código-era esse projecto de lei, votado no dia 26 de Junho na Câmara dos Pares, sendo o respectivo parecer assinado, por José Bernardo da Silva Cabral, conde de Fornos de Algodres, Diogo António Correa de Sequeira Pinto, Felix Pereira de Magalhães-o autor da iniciativa do Código- e Francisco António Fernandes da Silva Ferrão

Sancionado pelo Rei em 1 de Julho de 1867 o Código foi publicado no Diário de Lisboa (3).

Exposta resumidamente a História do nosso anterior Código Civil estará o leitor no direito de inquirir donde é que nos vem a simpatia por ele. Não deixando de lado, o aspecto sentimental de ter andado com ele debaixo do braço durante cinco anos, deve dizer-se que as razões são realmente outras.

O Código de Seabra foi a concretização legislativa no campo das relações jurídico-privadas, de um movimento revolucionário que tentou pôr termo à velha sociedade feudal portuguesa; um Código revolucionário que pretendia impor concepções filosó-

(1) É importante salientar que mesmo zangado, nunca Seabra deixou de responder às censuras ou ataques que lhe eram feitos. São famosas as suas apostilhas: *Apostilha (n.º 1) à censura do Sr. Alberto Morais de Carvalho, sobre a primeira parte do projecto do Código Civil. Apostilha n.º 2 e n.º 3 de idêntico título.*

No próprio Brasil o projecto criou celeuma, respondendo Seabra com *«Nivissimo Apostilha, em resposta à diatribe do Sr. Augusto Teixeira de Freitas, contra o projecto de Código Civil Português.*

Ainda outras polémicas de Seabra; *Resposta do Autor do projecto de Código Civil às Observações do Sr. dr. Joaquim José da Silva. Resposta às reflexões do Sr. dr. Vicente Ferrer Neto Paiva, sobre os sete primeiros títulos do Projecto de Código Civil Português.*

(2) Cunha Gonçalves — *Tratado de Direito civil, v. I.*

(3) *Diário do Governo da Época.*

Q 134

12 1 da 195.7
fico-políticas: um pensamento individualista numa sociedade burguesa. Recorrendo ao próprio Seabra encontraremos a alma do Código (4)

«Qual o nosso fim? Diremos-Expor o direito civil na ordem mais simples e natural. Ora essa ordem não pode ser fundada senão na mesma natureza do direito. E que é o direito civil? — Sem dúvida o complexo de regras ou disposições legais que determinam e regem as relações privadas dos cidadãos entre si. — Ora quais são os elementos jurídicos essenciais nestas relações? — O sujeito dos direitos, ou seja o credor, — o sujeito da obrigação ou seja o devedor, — e o objecto desses mesmos direitos e obrigações.

(...) Como no sugieto do direito há necessariamente, duas ideias predominantes e distintas, ou seja a autonomia, a faculdade imanente, e a acção ou faculdade prática, cumpria definir a primeira, antes de tratar da segunda, ou por outras palavras era preciso começar pelo princípio-definir primeiro a capacidade do ente jurídico, em que se resume a sua existencia ideal, antes de entrar no exame da vida que lhe é própria — no reconhecimento dos meios porque pode adquirir os elementos externos necessários à sua existencia, e de como os pode fruir, conservar e defender.»

Numa palavra poderemos dizer que o Código de Seabra parece ser o desenvolvimento da conhecida definição de kantiana de Direito — «O Direito é o completo de concições, pelas quais o arbitrio de cada um pode coexistir com o arbitrio dos outros, segundo uma lei racional de Liberdade».

O código de Seabra é isto: Idealismo, individualismo, o direito como atributo da vontade livre, autonomia da vontade, o direito absoluto de propriedade. Ideologia discutida, posta em causa e sepultada nos baús do século XIX. Mas o Código de Seabra é um Código do seu tempo, é um Código da Idade Moderna que fereceu à sociedade portuguesa, uma compilação de comandos jurídicos sistematicamente organizados, apta a resolver os conflitos de direitos no campo das relações jurídico privadas.

E se os esquemas mentais, que elaboraram o código de Seabra estão definitivamente sepultados no século XIX, houve conquistas da Revolução burguesa que o século XX não cidadãos de uma sociedade herdeira de 1867, exemplar na mecânica constitucional como foi oferecido à comunidade.

Quer isto dizer que mantivemos os vícios e afastamos as qualidades... Os anos foram pesando sobre o texto antigo de Seabra. Sobre modificações de forma, algumas modificações de fundo. Uma Revolução Republicana, que altera o estatuto familiar, e introduz a mitificada questão do registo civil. Um pronnciamento nacional. A rsforma do decreto 1926 de 1930 as leis avulsas do registo predial e civil, de águas, do inquilinato, da nacionalidade, da caça e da pesca, da propriedade literária e artística, o instituto da

(4) António Luís de Seabra — Apostilha (n.º 1).

ausência, o arrendamento rural, uma Concordata, e tantas outras modificações parcelares, fizeram nascero espírito de muitos a convicção que um novo Código se impunha. Ainda, que se apontasse como exemplo da sua desnecessariedade a citada reforma de 1930 que tomou por base um projecto de reforma da autoria de António Pinto de Mesquita, e que cingindo-se ao esquema do Código modificou artigos. Diga-se de passagem que esta sugestão não era de todo destituída de valor, ainda que cheia de dificuldades de execução.

Optou-se pois, pela elaboração de um novo Código. E assim durante cerca de vinte e dois anos, dle foi gestando, crescendo amadurecendo, prenoitando pelos institutos jurídicos das noass facultades de direito, ragendo debaixo da caneta dos mestres encarregados de o deitarem ao mundo.

Era para estes, a oportunidade de poderem introduzir na lei as teses anualmente defendidas nos cursos, as teorias as hipóteses académicas, donde er-se podido dizer que o projecto cheirava a «sebenta»...

Na realidade a responsabilidade da realização do novo código caiu sobre ombros de profssors universitários na maior parte. Tendo o Sr. Ministro da Justiça destacado fundamentalmente:

«O Prof. Pires de Lima, que há mais de dez anos se consagrou devotadamente aos trabalhos da reforma, depois de ter redigido todo o anteprojecto do direito das coisas, foi quem tomou sobre si a tarefa, entre todas espinhosa, da coordenação, unificqção e revisão final dos diferentes livros de projecto.» (...)

«O Prof. Vaz Serra foi, como ministro da Justiça, quem corajosamente tomou a iniciativa desta obra de ampla revisão legislativa. Nomeado presidente da comissão do código, há vinte e dois anos que exerce dentro dda uma actividade infatigável e excepcionalmente fecunda: além do trabalho espantoso de investigação científica em que solidamente alicerçou toda a parte geral das obrigações, tem estudado ainda a fundo todas as alterações posteriormente sugeridas, a essa, como às partes restantes do diploma em preparação (5).

Em 10 de Maio de 1966, foi apresentado com grande serimonial o projecto de novo Código Civil, em sessão solene no Supremo Trigunal de Jsutiça.

Era o projecto naquela hora apresentado ao País para este durante quatro meses o apreciar. Lá dentro, na arquicheia sala do Supremo, explicou-se solenemente a toda a Nação, o transcendental significado do código.

(...) E assim como a economia de muitos povos se foi gradualmente afastando do capitalismo puro a caminho do socialismo ou das formas inter-

(5) José de Matos Antunes Varela — A Reforma do Direito Civil in «Projecto do código civil — Lisboa, Ministério da Justiça, 1966.

4 13.6

Provas enviadas à Censura em

médias do dirigismo ou do intervencionismo estatal, também os sistemas jurídicos se foram progressivamente deslocando do jusnaturalismo individualista e do liberalismo filosófico para os domínios do socialismo jurídico, da publicização do direito, da actividade inquisitória do estado. A lei passou a ser, aos olhos de todos, o instrumento indispensável para conciliar o respeito da liberdade individual com as exigências crescentes da justiça social.

Assim começou a declinar o império do contrato, e foi nascendo o esplendor da lei e do intervencionismo, na regulamentação da vida privada; e assim se foi robustecendo a autoridade do Estado, enquanto as supremas exigências do bem comum teciam no sistema jurídico a mortalha fatal do individualismo.

(...) Desta feita, a própria conjuntura edonómico-social levou muitos autores a reconhecer que, ao lado da lei, outros astros brilham ainda no firmamento do direito, enquanto alguns deles, trilhando o mesmo caminho, compreendem como as próprias estrelas que cintilam fora do sistema jurídico — a moral, a religião, os usos, as regras de cortesia, as convenções sociais — não deixam de projectar alguma luz sobre o território que é pretença da ordem jurídica, tal como os comandos emanados do legislador se reflectem nas outras zonas da vida por onde se distende a complexa personalidade do ser humano.

(...) Fa. ar na tendência social do direito moderno ou como outros afirmam em termos mais equívocos, na crescente socialização do direito privado não significa que o projecto negue a propriedade privada dos meios de produção, nem que dos sistema tenham sido banidos os princípios da liberdade negocial ou da autonomia da vontade. Quer apenas dizer que as leis, no geral, se dão conta das numerosas restrições que hoje limitam a antiga soberania absoluta do proprietário (...)» (6)

Sobre o solene acontecimento o homem da rua não emitiu evidentemente juízo crítico; Mas noutros sectores o acontecimento teve eco. As salas da Ordem dos Advogados, assistiram a debates e polémicas acesas, e caso raro a imprensa reproduziu opiniões diversas e controvertidas sobre o assunto. O simpls factu de controvérsia em letra de imprensa foi foco canalizador de atenções. E tal como ao tempo de Herculano, o institut do casamento foi o martelo e a bigorna das discussões, ainda que outros assuntos merecessem igualmente atenção polémica.

Os quatro meses correram e o projecto de Código foi para o Diério do Governo. Dias antes, na Conferência do Institut da Ordem dos Advogados, o Sr. Dr. Roque Laia, pedia a palavra para assunto prévio, sobre a noticia de que o projecto de Código ia sair brevemente no Diário do Governo. Tendo lhe sido negada a autorização por não ser essa a ordem do dia, seguiram-se trocas vivas de palavras e abandonos da sala.

A Ordem dos advogados via-se impotente perante o factu consumado, do projecto do Código publicado como Decreto Lei.

(6) José de Matos Antunes Varela, *ob. cit.*

137

No dia 25 de Novembro de 1966, o Sr. Ministro da Justiça, pela primeira vez na história constitucional do regime, apresenta o decreto que promulga o Código Civil à apreciação da Assembleia, proferindo um discurso, em que se tomava em atenção algumas críticas, e se defendiam outros pontos do projecto mais criticados.

Na realidade essas críticas tinham surgido de duas espécies. De política legislativa, e quanto a elas estava formada a prevenção de inatendibilidade, e de interpretação ou conjugação de artigos, que poderiam ser ou não atendíveis.

Mas pela palavra do Sr. Ministro da Justiça, os técnicos de Direitos já tinham recebido jubilosamente o novo Código.

«Pois ides ter agora um diploma actualizado, um estatuto de direito privado que, embora se mantenha fiel aos valores eternos da personalidade humana e não repudie as tradições perduráveis da comunidade nacional, se acha impregnado das maiores nobres as pirações da época em que vivemos.

Um novo sangue vai circular nas artérias da lei, para revigorar a força do organismo jurídico.

Um vinho novo vai correr nos velhos toneis que a ciência jurídica pode armazenar ao longo de um século.

Mas para que o legislador cumpra realmente a sua função, a vós compete operários especializados da vinha, escavar a fundo as estranhas dos preceitos legislativos, fertilizar o terreno das novas instituições com o suor do vosso esforço e o próprio calor dos vossos ideais, defender os frutos de uma nova estação do direito contra os ataques da reacção ou contra a força da rotina, com as armas incruentas da vossa juventude e da vossa inteligência». «(7)

Assim demos de passagem o sugestivo e inspirado bucolismo do estilo — na melhor tradição combrã e passemos uma breve análise crítica de alguns dos assuntos mais controvertidos.

DIREITO DA FAMÍLIA

Interessando fundamentalmente discutir, nesta troca de impressões, aspectos de política legislativa, faremos notar que a análise crítica, que durante os últimos meses se debruçou sobre o novo Código, se fixou predominantemente sobre um número restrito de pontos.

O estatuto familiar mais uma vez fez correr rios d tinta. O pensamento oficial exposto, foi de que (...) «o projecto começou por integrar no código, com múltiplos apetrechamentos, o regime aceite para o casamento concordatário, consolidando a obra de restauração plena da dignidade sacramental do matri-

(7) José de Matos Antunes Varela, *ob. cit.*

6138

mónio canónico e a política de recristianização da sociedade conjugal iniciada com a Concordata de 1940».

(...) «A consideração expressa do matrimónio canónico como instituição diferente do casamento civil, a recepção dos sacramentos católicos celebrados nos próprios países que o não reconhecem como forma válida de celebração, a dispensa de revisão consagrada às decisões dos tribunais eclesiásticos em matéria de nulidade de matrimónio, entre outras soluções de menor relevo, mostram que a lei civil reconhece a jurisdição da Igreja «por direito próprio», sobre o matrimónio católico. Mais porém, do que esta aceitação concreta da natureza sacramental de uma instituição canónica, interessa no plano dos princípios o reconhecimento e validade de uma e outra ordem jurídica, ao lado do direito estadual, no espaço tradicionalmente reservado ao sistema legislativo nacional (8).

A polémica ressuscitou entre divorcistas e anti-divorcistas, e como muito acertadamente fez notar o Dr. Alfredo Manuel Pimenta, um dos seus depósitos à imprensa, bem ou mal o divórcio subsistiu como instituição de direito português.

A questão trouxe à lide o pensamento católico, quer de feição integrista quer progressista.

Um facto parece, porém, evidente: fundamentalmente está em causa o sistema concordatário. E não nos parece que a Santa Sé volte a negociar Concordatas pois elas correspondiam, a um ponto de vista hoje superado de maneira da Igreja estar no mundo. Uma Concordata surgia como um acordo entre dois sujeitos de direito internacional; a Santa Sé no uso de um direito de soberania. As perspectivas Conciliares da Igreja como Povo de Deus, da Igreja como sesva e não soberana, despiando-se de prerrogativas Constantinianas, oferecem horizontes diferentes.

Não admira pois que as concordatas tenham vindo e venham a desaparecer.

A trágica Concordata celebrada com a Alemanha Nazi em nome da qual se tentou justificar o silêncio da Igreja perante os crimes praticados pelo governo de Hitler.) Morreu com o III Reich. A Concordata Argentina já foi revista. Brevemente em Espanha, onde se anuncia igualmente a sua revisão. Em Itália, onde a lei do divórcio vai ser apresentada ao Parlamento o que implicará por certo a revisão da Concordata Italiana e sérias dificuldades para os demo-cristãos que governam aliados com os socialistas, adepto seguros do divórcio (9)

(8) *Idem.*

(9) A situação italiana não se apresenta no entanto clara. Por um lado Rumor e Piccoli o firme secretário geral da DC, lançaram decidida e unitariamente, toda a Democracia Cristã na batalha contra o divórcio; por outro lado Nenni na constituinte socialista, precaveu-se bem de fazer qualquer espécie de referência ao assunto, e preocupa-se em afastar qualquer recontro entre uma concepção moral laica e católica. Os influentes De Martino e Tanassi, julgaram imatura a situação política do país, diante da televisão. O próprio deputado que tomou a iniciativa do projecto de lei, afirmou a um jornal que na melhor das hipóteses, o problema só poderá estar resolvido em duas legislaturas. Entre-

7139

Provas enviadas à Censura em

Confirmando a ideia de que é o próprio ~~espírito~~ ¹⁹⁵⁷ concordatário que está em crise (podem apresentar-se os exemplos dos recentes acordos celebrados pela Santa Sé (Checoslováquia e Jugoslávia) que foram apelidados unicamente de protocolos.

Mas levando a crítica para mais longe; afirmar que o matrimónio católico é uma instituição diferente do casamento civil, parece uma ideia altamente contestável. A instituição é só uma, ainda que de valor sacramental para os fiéis que o celebrem canonicamente. A igreja reconhece como matrimónio o casamento natural celebrado por infiéis, não reconhecerá como matrimónio o casamento de fiéis baptizados, se este não for celebrado canonicamente sistema perfeitamente lógico e harmónico do ponto de vista canónico.

Misturar porém vínculos de ordens diferentes, de ordem civil e de ordem canónica, é que deve reconhecer-se como sistema desprovido de lógica e inarmónico. Obviamente que toda a ilogicidade do sistema se apagaria se a lei civil se limitasse a copiar os efeitos do casamento canónico e suprimisse pura e simplesmente o divórcio, como instituição de direito português. Não houve coragem para isso, ainda que fosse dado a entender que esse era o real desejo do legislador, o que revela haver fortes razões que justificam a instituição divórcio e que não permitiram o seu afastamento.

Certo, que a unidade familiar é um interesse prevalente sobre todos os outros que se lhe opõem, e por isso deve ser protegida, e por isso devem as possibilidades de divórcio ser restritas e dificultadas. Mas há situações em que o divórcio se apresenta como um mal menor, como única saída e solução para situações familiares insustentáveis.

Mais: os motivos que levaram ao não afastamento do divórcio como instituição de direito português, revelam-se igualmente quer no casamento civil quer no matrimónio católico. A única justificação lógica que foi oposta para esta dualidade de regimes, foi de que no momento da celebração do matrimónio canónico, se podia entender que celebravam os nubentes um contrato tácito de renúncia ao direito de obterem o divórcio, figura que oferece muitas semelhanças com o contrato de renunciar a herança de pessoa viva, que a nossa lei proíbe.

Repetidos pois, que misturar vínculos de ordem civil, com vínculos de ordem religiosa parece ser situação de repelir.

Repetimos pois, que misturar vínculos de ordem civil, com vínculos de ordem religiosa parece ser situação de repelir.

Em reforço deste ponto de vista, apontamos o seguinte passo da Declaração Conciliar de Liberdade Religiosa — «a autoridade civil que tem como fim próprio olhar pelo bem comum temporal deve, sim, reconhecer e favorecer a vida religiosa dos cidadãos, mas excede os seus limites quando presume dirigir ou impedir os actos religiosos (derigere vel impedire praesumat)

tanto para escandalizar as consciências conservadoras, os «capelloni» agitam o slogan — «gli animali non divorziano, i popoli civil si» e a Piazza del Popolo viu uma manifestação divorcista genuinamente espontânea, de cerca de quinze mil pessoas que deixou todos os políticos surpreendidos.

DS 140

Provas enviadas à Concursa em

Há mesmo situações em que a impossibilidade lógica de conciliação se reveta. Diz o numero 1 do artigo 1599 do projecto: «O casamento in articulo mortis, na eminencia de parto ou cuja celebração imediata seja expressamente autorizada pelo ordinário próprio por grave motivo de ordem moral.» (10)

Porém o número 2 do mesmo artigo diz que «a dispensa de processo preliminar não altera as exigências da lei civil quanto à capacidade matrimonial dos nubentes, continuando os infractores sujeitos às sanções estabelecidas na lei». Isto é, o número 2 contradiz o número 1. E a situação poderia assumir aspectos de gravidade quando o Ordinário autorize um casamento canónico, nas circunstâncias supra-indicadas, porque encontra fortes razões para o fazer, não tomando em conta um impedimento de ordem civil; o que pode acontecer se por exemplo algum dos nubentes estiver civilmente casado e a Igreja não reconheça esse vínculo, caso de casamento civil anterior de fiéis baptisados; a ordem estadual encontra-se perante um crime de bigamia punível pelo Código Penal com a pena de 2 a 8 anos de prisão maior envolvendo não só os nubentes como todos os intervenientes no acto.

Esta questão do instituto da Família mais tarde ou mais cedo terá de vir a ser repensada e reformada.

Não poderá por certo ser recolocada nos termos em que fez a campanha do Registo Civil, sob o regime republicano. Hoje checa absolutamente ver como a montagem de serviços que se mostram imprescindíveis, como são os do registo civil, pôde levar a tantos mal entendidos, confusões, preconceitos e atropelos.

A sociedade portuguesa terá de escolher legislativamente, qual o seu estatuto familiar, através de uma análise sociológica atenta das realidades que constituem este agregado primário da sociedade humana. Um estatuto unitário que terá de ter em conta a posição da Igreja, reconhecendo jurisdicionalidade aos casamentos por ela celebrados, e as razões ponderosas que levaram as sociedades de uma forma mais ou menos correcta a admitir o instituto do divórcio.

Mas dentro do direito de família do Projecto, o próprio conceito de casamento enunciado pelo artigo 1577 parece dever ser posta em causa:

«Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir legitimamente a família, mediante uma comunhão plena de vida, que tem como fim primário a procriação e a educação da prole»

Servindo-nos das palavras do Dr. Pinto Carneiro (11) que expõe o ponto de vista de católico, «a nitida preocupação em salientar um dos fins primários do matrimónio — a procriação e a educação da prole — leva a esquecer um ele-

(10) O sublinhado é nosso. Prevê esta disposição o denominado casamento de consciência. — Pode celebrar-se independentemente de processo preliminar de publicações e de passagem do certificado de capacidade matrimonial dos nubentes.

(11) De. Pinto Carneiro — conceitos velhos no projecto do código Novo — editorial Livros — Ermesinde.

141

mento básico que é o amor conjugal» e *continuando a transcrever*. «É indissolúvel que perante a doutrina da Igreja a procriação constitui um fim primário do matrimónio mas não o único.

Mas como ensinam os teólogos, não é um fim intrínseco substancial, mas um fim intrínseco accidental (Marc e Gestemann — Institutiones Morales, tom. 2 pág. 489).

Na verdade, será com vista à efectiva geração que contraem matrimónio pessoas cuja senectude, deixando vivo o amor, matou contudo a capacidade procriadora?

Terá em vista a geração o matrimónio contraído por nubentes portadores de esterilidade inata ou adquirida?

Terá como fim a procriação o matrimónio celebrado in articulo mortis?

Já buelens com ostensivo acerto, observou: «As relações sexuais, que ainda há pouco, deviam com toda a evidência ser consideradas como actos essencialmente procriadores são espontaneamente considerados, em consequência dos conhecimentos científicos, cada vez mais constituindo, em princípio, actos dos cônjuges que, na maioria dos casos, não são procriadores» (A Igreja e o Mundo 1 — pág. 282)

Na realidade um dos problemas mais angustiantes que se põem ao Mundo moderno, sobretudo nos países em que as taxas de crescimento demográfico superam as taxas de crescimento de produção, anulando todos os efeitos das tentativas de desenvolvimento, é o problema do controle dos nascimentos sobre o qual a Igreja Católica ainda não se pronunciou definitivamente, e sobre o qual uma visão global se apresenta extraordinariamente delicada, em virtude das múltiplas implicações, de ordens várias, que rodeiam o problema.

Mas perante a perspectiva da limitação de nascimentos, não ousaremos em afirmar que o fim primário do casamento antes da procriação é o desenvolvimento harmonioso do amor conjugal. Sem ele a vida do casal tornar-se-á impossível, visto a sociedade conjugal, ser a consequência desse mesmo amor. Sem filhos a sociedade conjugal poderá subsistir, sem amor conjugal dificilmente. Devemos portanto pôr em causa a própria noção de casamento do projecto.

Em torno do já tão falado impedimento de casamento por ordens sacras ou votos solenes a crítica foi unânime. Tratava-se de mais uma intromissão da ordem civil na ordem religiosa. Sobre este ponto merece um breve apontamento o esforço extraordinário de argumentação desenvolvido pelo Rv. Padre António Leite, no jornal Novidades, em sua defesa, criticando o depoimento lúcido do Rv. Cônego Urbano Duarte. O Rv. Padre António Leite tentou justificar o que era insustentável. E tanto o era que o decreto que promulgou o Código, retirou o contestado impedimento.

E, continuando dentro do directio de família exposto no projecto, ainda haveria que fazer referência a outros pontos como a inovação que é a figura da investigação

oficiosa da paternidade ilegítima, que merece admiração e logio bem como o instituto da adopção, se esta exposição fosse uma análise exaustiva, e não uma crónica breve.

Em referência porém ao instituto da adopção, regulado a partir do artigo 1973 do projecto, teremos de fazer um reparo.

Não existindo em Portugal um sistema eficaz e legislado de assistência às mãos solteiras, na generalidade dos casos, lutando com grandes dificuldades económicas, na manutenção do filho nascido em tão infeliz situação, a tentação do abandono é grande e os nossos jornais relatam frequentemente casos dolorosos de crianças abandonadas, à esquina de uma rua ou no vão de uma porta.

A adopção surge como um óptimo remédio de dar família a uma criança que naturalmente estaria votada a uma vida difícil.

No entanto não prestará a inovação do código civil um incentivo à mãe solteira, a que esta abandone o seu filho, ou o entregue a pais adoptantes, ainda que segundo o regime da adopção restrita; por motivos de ordem económica?

Não poderemos cair num mal maior, que é o de poder fazer surgir um especial mercado de crianças, onde a oferta e a procura estejam sujeitas à maior base de licitação?

Quer isto dizer que reputamos o instituto da adopção de pernicioso? De modo algum! Entendemos no entanto que objectivamente ele tem de estar enquadrado num sistema eficiente de assistência às mães solteiras, para já não falar nas famílias que sintam a tentação de a despojar de seus filhos por carência de meios económicos.

DIREITO DE PROPRIEDADE

Passaremos seguidamente a analisar a parte do projecto que se refere aos direitos reais ou seja fundamentalmente ao direito de propriedade.

Na sequência das afirmações programáticas da Constituição e do Estatuto do Trabalho Nacional, de que a propriedade desempenha uma função social, o projecto tenta concretizar essa ideia, como explica o legislador.

«A propriedade já não é definida como poder absoluto e ilimitado, nem as limitações que o direito sofre aparecem enunciadas como uma excepção à plena soberania do proprietário: são elas, pelo contrário que definem o âmbito dentro do qual se movem normalmente os amplos poderes do proprietário, diz o artigo 1305.º do projecto, «goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas». (12)

O preceito funciona, assim, como um polo de concentração de todas as limitações à propriedade, dispersas não só pelo código, mas principalmente pela legislação administrativa, e a luz delas é que se define o perímetro normal dos poderes atribuídos ou reconhecidos ao proprietário.»

(12) José de Matos Antunes Varela, *ob. cit.*



Assim quando feita a afirmação de que a propriedade desempenha uma função social, viam-se normalmente os teóricos de tal formulação perturbados pela exata definição dessa função social, tentado estabelecer quais os limites que se imporiam aos direitos do proprietário, e nunca conseguindo fixar sistemática e logicamente, a forma ou o estatuto de como a propriedade poderia desempenhar essa mesma função, recorrendo normalmente às chamadas servidões administrativas, como delimitação por forma negativa do direito de propriedade, na impossibilidade de se apresentar em direito com um conteúdo de preceitos de forma positiva.

Passando ao estudo do projecto, e cotejando as definições do conteúdo do direito de propriedade encontramos o facto surpreendente de que a definição dada pelo artigo 1305.; do projecto que segue de perto o exposto no Código Civil Italiano de 1942 (13) se aproxima muito mais do que a do código de 1867 (14) da definição Napoleónica do direito de propriedade — simbolode uma ordem social individualista burguesa — «A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta, contanto que se não faça uso proibido pelas leis ou regulamentos».

Com efeito a restrição postaa conteúdo do direito de propriedade na definição do projecto — «dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas», não chega para definir a função social do direito de propriedade, e nem mesmo a consagração da teoria do abuso de direito (15).

Na realidade a questão da função social da propriedade continua a ser formulada negativamente. E o problema não é de limites. Segundo esta teoria, a de que a propriedade desempenha efectivamente uma função social, o bom proprietário não poderá ser aquele que não abusa di seubdireito de propriedade e se submete por força da lei às restrições de ordem administrativa, mas aquele que utiliza o seu direito de propriedade com o maior benefício possível em favor da sua comunidade. Não estando portanto definidos quais os deveres precisos que rodeiam o direito de propriedade, não estará razoavelmente definida a situação, em que se verificará o abuso de direito por parte do proprietário.

Assim a afirmação de que a propriedade desempenha uma função social não passará de uma mera afirmação prgramática sem qualquer espécie de flexão sobre a ordem social. E a questão não terá de ser reclocada de modo diverso? Se parece exisia uma impossibilidade prática de definição de deveres do roprietário que integrem uma nção de direito de propriedade, impulsionadora de uma função social, definição de deveres que nedessariamente aparecerão nebulosos e fluidos, seremos levados a concluir que a ideia de que a propriedade desempenha uma função social é uja concepção insusceptível de imerços na

(13) Art.º 832 «Il proprietario ha diritto di godere e dispere delle cose in modo pieno ed exclo sivo, entro i limiti e con l'osservanza degli oblihi stabiliti dall'ordinamento giuridico».

(14) Art.º 2167 «Diz-se direito de propriedade a facultade, que o Homem tem, de aplicar à mente adquirir, e de que pode portanto dispor livremente».

(15) Teoria consagrada pelo art.º 334 «É ilegítimo o exercicio de um direito quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa fé, pelos bons costumes, ou pelo fim social ou económico desse direito».

124



modalidade é surgiu como tentativa conciliatória que forma atenuar um mal sem o irradiar. E mais uma das ideias mitos que povoam a mitologia da sociedade burguesa individualista.

Provas enviadas à Censura em

(..... de)..... de 1967.

PROPRIEDADE RÚSTICA

Ainda outro aspecto a considerar. O da propriedade rústica.

Atravessa o país uma crise da agricultura, generalizada, e reconhecida. Como reflexo, ouvem-se as lamentações dos proprietários, alegando que os preços dos produtos agrícolas não são rentáveis, e sabe-se do escolho maciço dos cultivadores directos, na generalidade dos casos assalariados, mas também pequenos empresários cultivadores.

Para além dos problemas de ordem demográfica e de transformação sociológica e económica que o fenómeno implica, a crise ameaça transforma-se dia paa dia em generalizada cruse de carência de subsistências. As razões são multiplas, não nos ocupareos delas Fundamentalmente estamos perante um problema de deficientes estruturas.

Mas passemos adiante. Se eficarmos uma exploração agrícola de estrutura óptima, e não nos interessa agora desenvolver qual ou quais as estruturas óptimas, verificamos que entre os elementos integrantes da empresa, o bom equipamento técnico e uma boa gestão ganham relevância em relação ao elemento fundiário. O que leva a dizer que hoje em dia, o problema da propriedade deixou de ter importância, e que ganha relevancia sim a formulação de direitos de utilização do elemento fundiário.

Por outras palavras; a aspiração de acesso à terra por parte do cultivador directo, não interessa grandemente que se doncretize através, de uma integação numa relação jurídica real absoluta,— direito de propriedade—, mas em termos de novas relações jurídicas reais, em termos de um direito de utilização da terra.

Por estas razões uma lei de arrendamento rural que dê garantias e ofereça compensações relevantes ao cultivador directo pode numa estrutura política que insista em manter o direito de propriedade, oferecer vias de modernização à agricultura, melhorando mesmo as condições de existência do cultivador arrendatário.

Não foi sem uma alguma justificação, que durante o século passado alguns teóricos de feição socialista populista, recomendavam a enfiteuse obrigatória como processo de reestruturação agrária, e como fosse transitória para a sociedade socialista.

Ainda é de notar que a tendência demonstrada pelos modernos cultores dos direitos reais, apresenta como característica predominante dos direitos reais a «inerência» como a «imediação» na relação jurídica do sujeito com a coisa. Imediação que se acentuará mediante o progressivo aumento de relevância do cultivador directo «versus» pripietário..

O que se passa no entanto em Portugal, é que o cultivador directo, quer assalariado, quer pequeno empresário, perante uma existência degradante e semprespectiva, resolveu abandonar a terra e participar num exodo que está a transformar o país numa capital de um deserto. Exodo este que aniquilou as estruturas tradicionais de propriedade rústica — proprietário «fainlant» ou absentista, rendeiro ou caseiro e assalariado —

J. L. de de 1967

constatando-se assim que através de um processo histórico trágico desordenado e caótico as estruturas tradicionais se condenaram, sem que outras se tivessem imposto através de um plano, que tivesse em vista o completo reordenamento das formas de exploração propriedade rústica. E a produção inevitavelmente degradou-se. E o consumo começou a ressentir-se.

Perante este contexto, de necessária valorização do direito à exploração, e de inutilidade social do direito de propriedade quando dissociado da exploração directa o projecto continua a dar pura e simplesmente o primado ao direito de propriedade.

Tudo se passa no projecto, como se continuasse a rdinar uma paz idílica campestina, quando assistimos a um processo voraz de desagregação.

O direito de propriedade fundiária, já não precisa de regulamentação nem de protecção, nem de delimitação porque está em crise de transformação, e outros direitos necessariamente o virão substituir.

Ainda dentro dos problemas da propriedade rústica; a questão sucessória, Desaparecida a lei dos Morgadios, com muito ra-ão conciderada subjectivamente injusta, verificamos que objectivamente ela desempenhava uma relevante função no seu tempo: o impedir o fraccionamento da propriedade e consequentemente da exploração agrícola. A sua renovação foi causa do parcelamento microfundário, e daí até hoje, não foi encontrada uma solução satisfatória para o problema.

Consideremos agora uma exploração agrícola viável e rentável. Morto o empresário podem os seus Herdeiros exigir partilhas (art. 2101 do projecto) e uma exploração agrícola que era rentável ficar transformada em várias não-rentáveis ou inviáveis. Não apresenta pois o projecto uma solução moderna para o problema, ainda que já existam tentativas ensaiadas de solução sobretudo no direito sucessório Francês. (11)

Um último comentário sobre esta matéria nos parece pertinente..

As matérias que integram o direito agrário estão numa evolução permanente, inseri-las num Código Civil, como foi feito com o arrendamento rural e com o regime das águas bem como todos os outros contratos agrários, não parece curial, porque transforma num esquema rígido qqulo que necessariamente, deveria ser, flexível, para permitir rápidos reajustamentos, que os ensaios experimentais aconselham.

Resta-nos concluir que em matéria de direitos Reais o projecto de código civil, não acrescenta praticamente nada ao regime Napoleónico de direito de propriedade.

Estamos no século XX, num país Europeu, e no projecto do Código Civil em matéria agrária tudo se passa como se «não se passasse nada».

(16) Decreto-Lei de 17 de Junho de 1938. Lei n.º 61-1378 de 19 de Dezembro de 1961.

AS PROVAS COLECTIVAS

12 de ... de 1967

Para finalizar um ponto de extremo melindre e paradoxalmente ao que supomos, ainda não foi dada relevância suficiente.

Respeita às pessoas colectivas, ou melhor a um dos direitos inalienáveis da pessoa humana — o direito de livre associação — reconhecido em todas as cartas de direitos do Homem.

O artigo 158.º refere: «1. As associações e as fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, salvo disposição da lei. 2.; O reconhecimento é individual e da competência do Governo, ou do seu representante do distrito quando a actividade da associação ou fundação deva confinar-se na área dessa circunscrição territorial».

A forma naturalmente vaga e imprecisa, bem como a alínea do número 2 do artigo 182.; que permite a extinção de uma associação «Quando a sua existencia se torne contrária à ordem pública», sabendo-se bem que a expressão ordem pública pode conter dentro de si tudo quanto se lhe queira atribuir, é o mesmo que deixar submetida a existência de todas as associações bem como o exercício do direito de associação ao livre arbitrio da entidade encarregada de zelar pelo seu reconhecimento.

Perante isto parece-nos bem que se o Visconde de Seabrq se pudesse levantar do túmulo, bem viria pressuroso escrever mais uma das suas vigorosas apostilhas, não em favor do Código mas contra.

O SILÊNCIO RATIFICATIVO

Chegámos ao fim desta nossa crónica breve, com a consciência plena das suas insuficiências e do muito que ainda deveria ser dito e poderia ser dito, e de melhor forma.

Podrá parecer a tantos, ridícula a nossa pretensão de abarcar um assunto de tanta responsabilidade e projecção com tão grande falta de preparação para o fazer; assim é de facto. Mas é também um facto que constitui um direito, que não devemos deixar de exercer, seja por que razão for, o de manifestarmos publicamente as opiniões com o conhecimento claro da responsabilidade com que o fazemos, no desempenho de um dever cívico que quando não cumprido transformá as sociedades em comunidades paralíticas e irresponsáveis.

O Código foi promulgado. A Assembleia Nacional abdicou do seu direito de analisar o diploma. Não podemos deixar de estranhar o facto de que em relação ao mais importante diploma legal dos últimos anos, o país não tenha ouvido o parecer da Assembleia Nacional nem sequer da Câmara Corporativa.

O Palácio da Assembleia, um dos mais belos edifícios da Arquitectura Portuguesa há já muitos anos que perdeu a memória das palavras ouvidas. Mas os homens não esquecem que precisamente há cem anos José Luciano de Castro foi relator de um parecer

197



da Assembleia. sobre o Código Civil, e José Dias Ferreira dirigiu as críticas, embora que breves, a esse mesmo Código, numa arquiteia. bancada de 1966.

O Código Civil de 1966 unicamente mereceu da Assembleia um «silêncio ratificativo». E vale a pena transcrever a palavra do Senhor Deputado Soares da Fonseca, «leader» da Assembleia.

«Com a de hoje, terão decorrido 10 sessões necessárias para que se considere concedida por esta Câmara a ratificação do Código Civil. Não apareceu até agora e estou seguro que não aparecerá hoje qualquer embaraço a esta ratificação. Quer isto dizer que a partir do fim da presente sessão, o texto integral publicado no diário do Governo» de 25 de Novembro, será texto definitivo. O Código Civil estará assim ratificado.

Lá fora porém, e até dentro alguns senhores deputados menos experiente da vida parlamentar (quanto os invejo!) têm perguntado porque não se fez ou não se faz a ratificação expressa desse diploma.

Entende-se neste modo de ver (e não lhe negarei moralmente razão) que um diploma legal como este tão excepcional pelo seu valor de significado tão profundo na vida da Nação, tão — digamos — «Monumental» em si mesmo e na predurabilidade a que se destina, e tão amorosamente concebido e afeiçoado pelos mais altos valores (e muito altos eles são) do nosso Direito Civil, bem merecia a forma solene de uma ratificação expressa.

Simplesmente, nenhum senhor deputado a pediu e, conforme a interpretação dada aos textos constitucionais e regimentais só a deveria pedir se tivesse alguma emenda a propor.

O silêncio unânime dos senhores deputados a este respeito é que deve tomar-se como «eloquente» demonstração da nossa aprovação total ao diploma em feliz hora enviado pelo Sr. Ministro da Justiça para o «Diário do Governo».

E a terminar — «Fique o descolorido deste breve apontamento como explicação de que o nosso unânime silêncio ratificativo é a afirmação legal da nossa clara ratificação». (17)

E assim os nossos tribunais passarão a aplicar o novo código a partir de 1 de Julho de 1967.

Aapesar de tudo quanto foi dito contra e!e constitui um grande empreendimento humano, e sentimos que o que mede a grandeza de uma obra é o poder-se até da fim da sua concretização e vida apostar a favor ou contra ela.

O tempo indicará os vencedores e os derrotados, independentemente da razão subjectiva das suas apostas. Nós apostemos contra,

JÚLIO DE CASTRO CALDAS

(17) Dr. Soares da Fonseca, Discurso no Ano Novo no dia 16 de Dezembro de 1966.

1418



«O TEMPO E O MODO» N.º.....

Provas enviadas à Comissão em

28 de de 1956

Ref Out.



154

NOTA DE ABERTURA

Certamente este número de O TEMPO E O MODO sobre aspectos e problemas da Europa de hoje. Foi nossa intenção ao elaborá-lo contribuir para uma elucidação de temas actuais e que a todos nós dizem respeito. Apesar das suas lacunas — e lamentemos, particularmente, que a ocorrência da última hora nos tenham impedido de publicar is artigos sobre o federalismo europeu e a N. A. T. O. cremos que o material apresentado cumpre as intenções que nos nortearam e dá matéria a reflexão útil. Os artigos originais são completados com o texto de ANTOLOGIA de Georg Lukhgs, que, duma outra perspectiva, fornece uma visão importante para a compreensão da Europa actual e futura. Fomos buscá-lo ao volume O Espírito Europeu, zsirado por Publicações Europa-America e que já nos fornece, com o texto de Karl Jaspers, a antologia do nosso número 3.

Não queríamos terminar este nota de abertura sem pedir desculpa aos nossos leitores pelo atraso, uma vez mais registado na saída da Revista. Esperando a sua compreensão para os motivos que o explicam, esperamos nós, no que nos diz respeito, tudo fazer para que estes inconvenientes e prejudiciais atrasos terminem, o mais brevemente possível.

AUTORIZADO
SERVIÇOS DE CENSURA
COM CORTES

109

«O TEMPO E O MODO» N.º 42

Provas enviadas à Censura em
...12 de de 1967



Marcenários congolezes em Lisboa afirma Mobutu

LINSHASA, 26 — O Presidente da República Democrática do Congo, general Mobutu, repetiu as acusações de que Portugal auxilia «os mercenários que preparam um ataque a território congolês». Falando num estádio, no primeiro aniversário da sua subida ao Poder, Mobutu afirmou:

«Agora, no momento em que vos falo, quinhentos mercenários estão a ser treinados em Lisboa para um ataque ao Congo.»

Diário Popular — 26-11-966

Vai rever-se a Concordata entre a Espanha e a Santa Sé?

MADRID, 30 — (*Crónica especial da Europa Press para o «Diário de Lisboa»*) — Ninguém duvida de que o actual processo da apresentação e nomeação dos bispos em Espanha será posto de parte, segundo resulta de uma pormenorizada análise da questão, publicada na revista «Mundo». O facto de tal processo se verificar ao abrigo da Concordata entre Espanha e a

110
«O TEMPO E O MODO» N.º 112

Provas enviadas à Censura, em
..... de de 196..7

Santa Sé leva aquela revista a perguntar:
«Haverá uma revisão da Concordata?»

Segundo o decreto «Christus Dominus» — um dos documentos conciliares que se refere ao ministério pastoral dos bispos — «o direito de nomear e instituir os bispos é próprio, peculiar e exclusivo da competente autoridade eclesiástica», e «é desejo do sacrossanto concílio que, em consequência, não se concedam às autoridades civis mais privilégios de eleição, nomeação, apresentação ou designação para o cargo do episcopado». Quanto às autoridades civis, cuja obediente vontade para com a Igreja o Concílio reconhece e altamente estima, pede-se-lhes que renunciem espontaneamente, depois de consultada a sede apostólica, aos direitos ou privilégios referidos, dos quais, por acordo ou costume, têm gozado até ao presente.

No caso da Espanha, esse direito adquirido inscreve-se na Concordata, com o seguinte texto: «Logo que se verifique a vaga de uma sede arcebispal ou episcopal, ou quando a Santa Sé julgue necessário nomear um coadjutor com direito de sucessão, o nuncio apostólico, de modo confidencial, tomará contacto com o Governo espanhol, e, uma vez conseguido um princípio de acordo, enviará à Santa Sé uma lista de nomes de pessoas idóneas, pelo menos em número de seis». O Santo Padre escolherá, então, três de entre esses nomes, submetendo-os, então, através da Nunciatura, ao chefe do Governo espanhol, que apresentará oficialmente, no prazo de trinta dias, um dos três. O Papa poderá, ainda, acrescentar os nomes que entender aos que lhe forem enviados.

Chega-se à conclusão, na revista referida, de que «ninguém duvida de que

12 de de 1966

este processo deixará de ser usado». «É de desejar — termina — que se possa saber quando, também, em Espanha, poderá levar-se à prática o estabelecido na citada Concordata: o Pontífice Romano terá o direito de nomear livremente os bispos, organizar as conferências episcopais, de acordo com as normas estabelecidas ou a estabelecer pela sede apostólica, nas quais se tratará todos os anos, com segredo e prudência, dos sacerdotes que possam ser promovidos ao ofício episcopal, e cujos nomes serão propostos à sede apostólica».

30-11-966

Pedida em Barcelona a demissão do arcebispo-coadjutor

BARCELONA, 19 — (F. P.) — Mais de mil católicos da arquidiocese de Barcelona entregaram ontem ao arcebispo-coadjutor da capital catalã, monsenhor Marcelino Gonzalez, uma petição na qual reiteram o desejo de que «peça pessoalmente a demissão ao Papa». Insistindo em que «os bispos da Catalunha sejam catalães», os signatários lembram que mons. Gonzalez foi designado em Fevereiro deste ano «por apresentação prévia do Estado, segundo um direito denunciado pelo Concílio Ecu-ménico». Afirmam também que «nenhuma personalidade da arquidiocese foi consultada, aquando da designação» e qualificam o prelado de «bispo político».

Diário de Lisboa — 19-11-966

Talvez esteja a votar «sim» no Referendum

Já por várias vezes o «Diário Popular», através de apelos publicados nas suas colunas, tem proporcionado o reencontro de pessoas desde há muito separadas e o encontro de outras dadas como desapare-

113

12 de de 1966
O ex-candidato republicano à presidência poderia visitar aquela área de guerra como civil, mas parece que preferia fazê-lo como militar.

Diário de Lisboa — Novembro

Euº que sou um intelectual

Ao jornal *A Bola*, declarou o Dr. Azeredo Perdigão:

— Não serei, pelo menos ao figurino comum, um desportista. Mas, sem a mais pequena reserva, curvo-me, vergo-me, rendo-me perante esse extraordinário fenómeno universal que permite o contacto e, até, a convivência franca entre povos das mais diferentes e contrastantes ideologias religiosas e políticas e, mais, estão em claro antagonismo, quanto aos seus complexos interesses internacionais (...)

E, mais adiante:

(...) Rendo-me. Eu, que sou um intelectual, rendo-me. Rendo-me perante uma grande equipa de futebol, perante um Eusébio, enfim, perante a fonte de atracção popular do espectáculo desportivo. Não há dúvida que os Estádios, mercê do sentimento comunitário que o Desporto cria entre os homens de todo o Mundo, se convergem em grandes catedrais, onde se pratica um culto de evidente e indiscutida universalidade.

Ian Smith passou por Luanda

LUANDA, 2 — (A. N. I.) — Um «Comet» da R. A. F., a bordo do qual seguia o primeiro-ministro da Rodésia, para o encontro com Harold Wilson, reabasteceu-se, ontem de manhã, nesta cidade.

Admite-se que Smith tivesse realizado o periplo do continente, a fim de evitar escalas nos países africanos que lhe são hostis.

Diário de Lisboa — 2-12-966



Encontra-se em Lisboa uma missão comercial da Rodésia

Encontra-se, desde ontem, em Lisboa, uma comissão comercial rodesiana, que veio estabelecer contactos com comerciantes portugueses interessados em desenvolver as relações económicas com a Rodésia.

Compõem essa missão dez agentes de empresas e representantes de entidades ou organismos comerciais, os quais estiveram, esta manhã na Associação Comercial de Lisboa. Ali trocaram impressões com comerciantes portugueses de vários sectores.

tarde, visitam o Matadouro Municipal e amanhã prosseguem as entrevistas, na Associação Comercial de Lisboa. A missão rodesiana estará em Lisboa até à próxima sexta-feira.

Diário de Lisboa — 7-11-966

Encontra-se em Luanda uma missão comercial da Rodésia do Sul

Objectivo: intercâmbio de mercadorias e matérias-primas

LUANDA, 19 — (A. N. I.) — Encontra-se em Luanda uma missão comercial rodesiana, interessada em acelerar o desenvolvimento económico de toda a África Austral — noticia o diário «A Província de Angola».

Um dos componentes desta missão, Bill Jones, representa uma empresa que se encontra em negociações para importar mensalmente mil bicicletas fabricadas nesta província.

Aquele jornal recorda a visita que uma missão comercial de Luanda efectuou à Rodésia, em fins de Julho, sendo então dado o primeiro passo para um largo intercâmbio de mercadorias e matérias-primas.

Os meios económicos rodesianos propõem-se, em especial, exportar para Angola habitações pré-fabricadas, carne enlatada, conservas de fruta e alimentos para crianças.

Provas enviadas à Censura em

de de 195...

Diário de Lisboa — 19-11-966

Os quatro polícias, depois de muito esforço e muito suor, conseguiram arreban-
tar a porta do apartamento e carregaram
de lá de dentro o menininho que berava
e chorava. Sim, amigos, agora, no Rio de
Janeiro, o ensino é realmente obrigatório!

Pif Paf — Diário Popular — Novembro

Racismo rendoso

SALISBURY, 4 — (A. N. I.) — A equipa
cinematográfica do realizador italiano Ja-
copetti trabalha actualmente na Rodésia,
nas filmagens de «África de hoje», peli-
cula colorida e em cinemascópio, produ-
zida para uma empresa de Roma.

A nova realização de Jacopetti deve
reunir imagens de vinte territórios do con-
tinento africano, podendo ser considerada
uma continuação do filme «África, adeus».

A película deve estar concluída em Março,
para logo em seguida ser distribuída por
toda a Europa Ocidental.

Diário de Lisboa — 3-11-966

comportamento revoltante de estran- geiros

BEJA, 11 — Instalados desde há dias,
numa pensão residencial, andam por aqui,
à rédea solta, uns franceses e belgas, alguns
deles, sem noção de dignidade e decoro
próprios, nem o respeito por quem lhes dá
a melhor hospitalidade, comportando-se de
modo a tornarem-se indignos do nome de
civilizados.

O comportamento insólito, grosseiro,
ofensivo dos brios e dos sentimentos da
população desses energúmenos, tem pro-
vocado reacções de desgosto e colérica
repulsa — por vezes com a intervenção

Provas enviadas à Censura em

de de 1966

da P. S. P.

Ainda a noite passada, a revoltante atitude dum deles para com uma jovem e sua mãe provocou tal urururinho que só a presença e a acção dos agentes da autoridade tornou possível acalmar.

Diário de Lisboa — 11-11-1966

Deixou Beja o grupo de estrangeiros que se tornou indesejável

BEJA, 18 — O grupo de doze belgas e três franceses que há dias se encontrava nesta cidade, e ao qual o «Diário de Lisboa» se referiu pelo seu comportamento incorrecto, deixou Beja, com destino ao Algarve.

É de salientar que nos últimos dias da sua estada nesta cidade os componentes do grupo modificaram a sua atitude nos contactos com a população, que deixaram de escandalizar com as suas repugnantes intromissões.

Diário de Lisboa — 18-11-1966

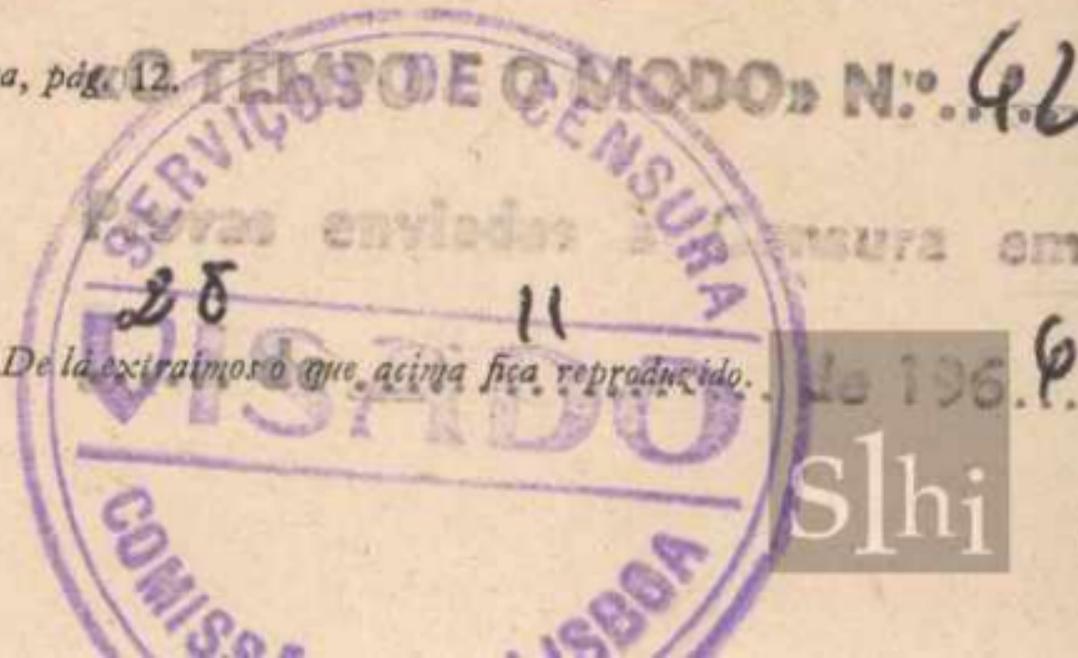
Portugal e a Rodésia

O embaixador português na O. N. U. desmentiu também a assinatura de um pacto entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia.

O dr. Bonifácio de Miranda afirmou: «Trata-se de outra invenção pura e simples. E como as outras invenções, a alegação é feita, repetida mas nunca comprovada. Aqueles que afirmam saber que tal pacto ou tratado existe deveriam poder fornecer alguns detalhes positivos. A minha delegação afirma, uma vez mais, categórica e solenemente, que tal tratado ou pacto não existe.

Diário de Lisboa — 30-11-1966

- (.) «Le Nouvel Observateur» de 28 de Setembro a 4 de Outubro de 1966.
- (.) Estes dados históricos são de André Massan, in Histoire de Vietnam, coleção Que sais-je? de Presses Universitaires de France.
- (i) São igualmente esclarecedores os artigos O equívoco da conferência sobre os acordos de Genebra (I e II), de Atticus, publicados nos Diários de Lisboa de 21 e 23-10-66.
- (.) Do livro, Vietnam, segunda Resistência, de Wilfred G. Burchett, Edição Seara Nova, pág. 12.
- (.) Governo americano.
- (i) Fazem parte desta comissão a União Indiana, o Canadá e a Polónia.
- (.) Op. cit. pág. 38. O sublinhado é nosso.
- (.) Op. cit. pág. 89.
- (i) O leitor interessado poderá lê-lo no n.º de Outubro de 66 da revista Seara Nova, pág. 305. De lá extraímos o que acima fica reproduzido.
- (,,) «Diário de Lisboa» 25-10-66.
- (,,) «Diário de Lisboa», 24-10-66.



42
Provas enviadas à Censura em

28 de de 1966 98

(11) Que a U. R. S. S. não seja um país europeu é, pelo menos, geograficamente discutível. Parece-nos sê-lo muito menos, em termos históricos, mau grado uma certa embilância que transpusera em tantos dos seus pensadores e escritores e, com rara acuidade e rara beleza, no poema de Alexandre Blok, *Os Citao*.

(11) WITTGENSTEIN, *Trelectus Logico-Philosophicus*, (7.^a Proposição).

(11) Cf. *La Quinzeine L'Héroire*, 15-10-966, polémica entre Sartre e Foucourt.

(11) Cr. p. ex. *François, encore un effont...*, Ed. J. J. Pawers, 1963 ou o notável abertura de *Les Infortunes de la Vestre*. «Le triomphe de la philosophia secreit de Jeter un Jour sur é obscurité des voies dart le providence se ser pour jervenis aux fins qué elle se propou sur é homme, et de trecer après ela quelque planche conduite qui jut foise connoitre a ce melheureux individuo bipede, persétuellement albt par les coprices de cet ét,e qui, dit-on, le dirige aussi despotiquement, la merieu dont il fout qu'il te prête les décuts de cette providence sur lui, la route qu'il e fout qu'il tienne pour privenir les caprices bizarres al cette fetalité o laquelle on donne vinzt noms differents, sons être encore parvenc e le définir.» (SADE, *Les Infortunes de la Vertu*, col. 10-18, pág. 21).

(11) SARTRE *O Existencialismo é um Humanismo*, trad. port., de Vergílio Ferreira, Ed. Presença, 2.^a Ed., pág. 293.

(11) *Op. cit.*, pp. 283-285.

(11) Cf. *Uber den Humanismus*, trad. fr. de R. Mumier, Acbiev, 1957

(11) *Op. cit.*, pág. 67.

(11) *Op. cit.*, pág. 71-72.

(11) «Précisément, nous sommes sur un plen or il n'y a que der hommes» escreve Sartre.

(11) HEIDEGGER, *op. cit.*, cf. págs. 137-151.

(11) *Humanisme et Éduccion en Orient et en Occident*, UNESCO, 1953.

(11) *Op. cit.*, pág. 47.

(11) *Op. cit.*, pág. 52.

